

ÁLVARO DIAS

**MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**PARANÁ
1991**

353-0212
19223
1991
MFV 950

TITULARES DO PODER EXECUTIVO EM 1990

GOVERNADOR

Álvaro Dias

VICE-GOVERNADOR

Ary Veloso Queiroz

SECRETÁRIOS DE ESTADO

CASA CIVIL

Antonio Acir Breda

Gino Azzolini Neto

Wagner Brússolo Pacheco

CASA MILITAR

Darcy Cooper

ADMINISTRAÇÃO

Mário Pereira

Erickson Diotalevi

Gino Azzolini Neto

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Osmar Fernandes Dias

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luiz Fábio Campana

Mussa José Assis

Ricardo Cansian Netto

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Paulo Roberto Pereira de Souza

CULTURA

René Ariel Dotti

DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Roberto Requião de Mello e Silva

Paulo Roberto Pereira de Souza

EDUCAÇÃO

Gilda Poli Rocha Loures

ESPORTE E TURISMO

Edson Gradia

FAZENDA

Luiz Carlos Jorge Haully

Adelino Ramos

JUSTIÇA, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Rubens Bueno

Bruno Lofhagen Cherubino

Odeni Villaca Mongruel

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Francisco de B. B. de Magalhães Filho

José Bernardoni Filho

POLÍTICA HABITACIONAL

Odeni Villaca Mongruel

José Lagana

Roberto Caneppele Pasinato

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Wagner Brússolo Pacheco

Divanil Mancini

João Conceição e Silva

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Luiz Chemin Guimarães

SAÚDE

Delcino Tavares da Silva

Manoel Antônio Almeida Neto

Sebastião Rodrigues Pimentel

SEGURANÇA PÚBLICA

Antonio Lopes de Noronha

José Moacir Favetti

TRANSPORTES

Heinz Georg Herwig

Francisco Deliberador Neto

PRECEITOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ DE 05.10.89

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

X — remeter mensagem e plano de governo à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Estado.

(...)

Art. 90. (...)

Parágrafo único. Compete ao Secretário de Estado, além de outras atribuições estabelecidas nesta Constituição e na lei:

(...)

III — apresentar ao Governador do Estado e à Assembléia Legislativa relatório anual de sua gestão na Secretaria, o qual deverá ser obrigatoriamente publicado no Diário Oficial.

O Decreto n° 7398, de 30.10.90, determinou que os relatórios anuais de que trata o art. 90, parágrafo único, inciso III, da Constituição Estadual, serão encaminhados pelo Governador à Assembléia por ocasião da apresentação da Mensagem prevista no art. 87, inciso X.

Mediante a Resolução Conjunta n° 01/90 — SEPL/CC, de 30.10.90, foram adotados os procedimentos necessários ao cumprimento do citado Decreto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	I
1. FUNDAMENTOS E FATORES INSTITUCIONAIS E DIRETRIZES GERAIS	1
2. CONJUNTURA NACIONAL	5
3. ECONOMIA PARANAENSE — DESEMPENHO RECENTE	7
4. FINANÇAS PÚBLICAS	11
5. AVALIAÇÕES DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	13
6. PRINCIPAIS PROGRAMAS E METAS	44
7. PARANÁ: PERSPECTIVAS	76
APÊNDICES ESTATÍSTICOS	79
1. ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS	81
2. ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL	127

INTRODUÇÃO

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES DEPUTADOS:

Afirmávamos, em nosso discurso de posse, que o compromisso maior deste Governo seria o compromisso com a verdade.

Hoje, ao entregar esta Mensagem à apreciação desta Casa, e às vésperas de encerrar o último período do mandato que nos foi conferido pela vontade popular, não hesito em afirmar que, conscientemente e na medida das nossas forças, tudo fizemos para manter, em sua plena integridade, aquele compromisso radical.

O compromisso com a verdade levou-nos às medidas drásticas de racionalização e adequação da máquina administrativa do Estado, tornando-a mais ágil e eficaz. Realizamos, assim, a verdade na administração pública.

O compromisso com a verdade levou-nos às medidas dolorosas, porém necessárias, de combate inclemente aos desmandos e à corrupção, usando de todos os meios legítimos para não deixar sem punição quaisquer culpados. Realizamos, desta forma, a verdade da moralização do trato da coisa pública, princípio basilar para a reconstrução da Nação.

O compromisso com a verdade exigiu a ruptura sem meias medidas com as práticas viciadas que traziam enormes prejuízos ao Erário, caso, por exemplo, da Usina de Segredo e das aposentadorias ilegais, num enfrentamento de forças tão poderosas quanto malévolas. Assim realizamos a verdade da transparência, mostrando que os tempos que se descortinavam eram outros.

Finalmente, o compromisso com a verdade determinou que traçássemos, com meridiana clareza, os parâmetros do relacionamento do Paraná com o Governo Federal, numa interação respeitosa, porém jamais esquecida, de cobrar os justos compromissos para com nosso Estado, a fim de superar o ostracismo e o abandono a que fomos relegados por nossa timidez em exigir o que era de direito exigíssemos. E assim realizamos a verdade da ousadia na construção do verdadeiro sentido de uma República Federativa.

Senhores Deputados:

No fecho da introdução à Mensagem do ano passado, ressalttei a urgência em recolocar o País no eixo da normalidade econômica, política e, sobretudo, social. Para tanto, o Paraná haveria de dar sua parcela de contribuição, a partir da capacidade de trabalho, da competência e do arrojo, que são características de sua gente.

Vivíamos, então, a expectativa de esperanças renovadas pela escolha do primeiro presidente, com base no voto livre e direto, após tantos anos de forçado jejum eleitoral.

Lamentavelmente, hoje é preciso reconhecer que nossas melhores expectativas não se confirmaram.

O País vive uma de suas mais graves crises. A inflação retoma, rapidamente, patamares preocupantes. O crescimento econômico transforma-se numa meta cada dia mais distante. A recessão e o desemprego assombram a sociedade brasileira, a ponto de se ter cunhado um novo termo — a “instagflação” — misto de instabilidade social, estagnação econômica e inflação, para designar o estado de coisas que hoje experimentamos.

O Governo Federal dispôs de todas as condições para atacar, em profundidade, os males crônicos do Brasil. Dispôs, não somente dos instrumentos legais — usados até de forma indiscriminada, como é o caso das Medidas Provisórias —, mas dispôs, principalmente, do instrumento fundamental para a mudança de rumos, que foi o maciço apoio popular, a dar legitimidade e credibilidade às suas ações.

Nunca, em nenhuma quadra de nossa história, um governo eleito gozou de tantas e tamanhas condições para realizar a tarefa que o povo lhe confiara. No entanto, exatamente por isso, enclausurou-se em sua auto-suficiência, negou-se ao diálogo e fechou-se à troca de idéias, abandonando o chão da realidade e perdendo-se na contemplação narcisista de suas próprias concepções.

Agora, ao que tudo indica, tomando consciência do quanto errou ao isolar-se, aguilhoado pelo recrudescimento da crise, o Governo busca aquilo que, em qualquer plano de estabilização, é fundamental e prévio: o diálogo político, único caminho capaz de viabilizar quaisquer medidas técnicas.

Pois bem, Senhores.

Apesar do quadro recessivo que vivemos no decorrer de 1990; apesar do desequilíbrio das finanças estaduais imposto pelos

descaminhos da condução da política econômica nacional; apesar da violenta perda de receita acarretada pelos sucessivos, e malsucedidos, “planos de estabilização”, no Paraná conseguimos realizar o que poderíamos chamar de um verdadeiro milagre.

Em meio à recessão e às dificuldades financeiras, mantivemos satisfatórios níveis de investimentos em infra-estrutura e dispêndios sociais.

De 1987 a 1990, o PIB do Paraná deu um verdadeiro salto, elevando a renda “per capita” do Estado de US\$ 1.852 para US\$ 2.100 (um incremento de cerca de 13,4%), enquanto que, no mesmo período, a renda “per capita” brasileira decresceu de US\$ 2.070 para US\$ 2.058 (uma queda de 5,8%). No mesmo período, enquanto o desenvolvimento industrial do País estagnou, o Paraná não parou de crescer acima da média nacional. A análise do PIB paranaense, em comparação com os demais Estado, indica que o Paraná está para sair do seu tradicional 5º lugar no “ranking” nacional, ultrapassando o próprio Rio Grande do Sul: em 1990, a diferença entre ambos decresceu para 2,6 bilhões de dólares, enquanto em 1985 chegava a 4,6 bilhões de dólares, demonstrando uma diminuição de 44% da diferença a separar os dois Estados.

Mas, o fato de maior relevância é que, apesar do quadro recessivo, nós conseguimos, com criatividade e ousadia, realizar o maior programa de obras da história deste Estado, e, paralelamente, encerrar nosso mandato com a receita equilibrada, sem déficit, e com os compromissos rigorosamente em dia.

Nestes quatro anos de governo, enquanto muitas dívidas foram saldadas, poucas foram contraídas. Ainda assim, mantivemos os salários do funcionalismo em padrões razoáveis, pagos rigorosamente em dia, e saneamos todos os setores da administração estadual que apresentavam situações adversas. Hoje, com tranqüilidade, entregamos ao nosso sucessor um Estado cujas finanças estão totalmente equilibradas e com uma saúde financeira invejável. A evidência destes fatos auspiciosos esta Casa poderá recolher dos dados apresentados por esta Mensagem e pelos relatórios das Secretarias de Estado.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados:

Não pretendo, neste momento, detalhar os saldos positivos obtidos ao longo destes quatro anos e, especialmente neste último,

no qual, renunciando a legítimas pretensões, permanecemos à frente da administração estadual, preparando-a para uma nova gestão que, estamos certos, será tão ou mais profícua do que a nossa, para benefício de todos os paranaenses.

Mas gostaria, isto sim, de acenar rapidamente para as profundas transformações que ocorrem no País, coincidentes com as que se processam em nível mundial, nesta passagem para a última década do século.

Sem dúvida alguma, o que se busca hoje é a compatibilidade do necessário resgate da dívida social com a superação da crise econômica e uma efetiva integração competitiva na economia mundial. Fica, assim, definitivamente relegada, a arcaica oposição entre crescimento econômico e desenvolvimento social, bem como entre desenvolvimento nacional e integração com a economia internacional.

O Brasil, e nele, de modo especial, os segmentos políticos, cuja credibilidade se encontra profundamente abalada e fragilizada, vê-se frente a um imenso desafio: o de construir uma sociedade realmente moderna, contemporânea do século XXI. Moderna, não na sua semântica, mas moderna enquanto capaz de consolidar a cidadania de todos e de cada um de seus habitantes. Uma nação não se torna moderna porque abre suas fronteiras para a importação de quinquilharias, nem porque trata de se livrar o mais rápido possível de empresas públicas deficitárias. Uma nação se faz moderna quando, fortalecida a democracia pela consolidação dos Poderes que a compõem, é capaz de estabelecer medidas concretas, sistemáticas e eficazes para privilegiar, no quadro de suas políticas públicas, a elevação do nível de qualidade de vida dos seus cidadãos, sob todos os aspectos.

E isto, nós o sabemos, somente ocorrerá com a efetiva inserção do Brasil no contexto da economia mundial, com o apoio ao incremento do poder de competição dos nossos produtos, o que demanda realismo cambial, infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de uma indústria e agricultura altamente produtivas, e pelo estabelecimento de políticas promotoras do desenvolvimento científico e tecnológico.

Para essa transformação, o Paraná aportará substancial contribuição, mormente porque o processo de verdadeira modernização já foi aqui iniciado.

Senhores Deputados:

Diante da tarefa que vislumbrava no momento da minha posse, afirmei que, para realizá-la, disporia das forças que jorravam da confiança em mim depositada pelo povo paranaense. E jurei que não faltaria a ela em nenhum momento. Pois bem. Isto estou certo de ter cumprido, com a ajuda de Deus e o apoio de toda a minha equipe de governo.

Para tanto, tive o privilégio de receber, sempre, o renovado apoio da gente do Paraná. O sucesso da última campanha eleitoral apenas reafirmou minha convicção de que vale a pena exercer a administração pública com probidade e seriedade. O povo, em sua sabedoria, jamais retira o aval dado a quem se mantém fiel aos compromissos e responsabilidades assumidos.

Meu maior desejo é um Paraná forte, coeso e fraterno. Tal foi o objetivo que nossa equipe de governo perseguiu ao longo destes quatro anos; e tal será, não tenho dúvidas, a grande tarefa do nosso sucessor, a fim de consolidarmos um Paraná justo, sólido, feliz, à altura das gerações de hoje e de amanhã, digno herdeiro das tradições desbravadoras e ousadas do Paraná histórico.

Muito obrigado.

Curitiba, 15 de fevereiro de 1991.

ÁLVARO DIAS
Governador do Estado do Paraná

1. FUNDAMENTOS E FATORES INSTITUCIONAIS E DIRETRIZES GERAIS

A avaliação da situação do Paraná diante da crise econômica de longo prazo em que se encontra o Brasil resulta, em grande medida, de análises de natureza econômica. Impõe-se, porém, o reconhecimento de que o nosso país — apresentando problemas crescentes quanto ao desenvolvimento econômico e à aceleração inflacionária — tem na crise fiscal e do próprio Poder Público um dos aspectos mais importantes da crise econômica global.

O Poder Público, contraditoriamente, vem-se estiolando dia-a-dia, de modo a perder a capacidade de solucionar a crise e de exercer suas funções positivas como grande agente da prosperidade econômica e de melhoria das condições sociais e da qualidade de vida da população.

Desenhado esse quadro geral, torna-se relevante o exame dos fundamentos e dos fatores institucionais, assim como das dimensões sociais, sob pena de o exame da situação do Paraná revelar-se insuficiente, em decorrência de um enfoque estritamente economicista. Por outro lado, o Estado necessariamente tem de ser considerado como unidade da Federação, isto é, inserido no contexto nacional mais amplo.

A crise brasileira, com origens no primeiro choque do petróleo (1973/74), intensificou-se desde os primeiros anos 80 e entrou nos anos 90 num processo hiperinflacionário e de retorno a taxas negativas de crescimento econômico, só experimentadas no triênio 1981/83, quando o País sofreu o impacto adicional da crise da dívida externa.

Os anos 90 estão vendo declinar o dinamismo dos países industrializados e o contexto internacional sofreu abalos de novas perturbações geradas no Oriente Médio, com o problema político-militar do Iraque — que causou elevações do preço do petróleo e, pois, inflação e recessão — se oferecendo como ameaça de se ter os efeitos de um terceiro choque do petróleo.

Quando do primeiro choque, o Brasil apresentava condições muito favoráveis quanto ao crescimento econômico e à inflação. No segundo, a conjuntura nacional já se invertera. Presentemente, encontra-se agravada — tanto em termos de endividamento externo quanto na deterioração de suas condições econômicas e sociais.

Conseqüentemente, a avaliação das perspectivas que se oferecem para o Paraná a curto e médio prazo — dentro do quadro nacional mais amplo — apontam para a possibilidade de agravamento da situação do Estado. Mais do que nunca o Paraná depende de que o Brasil vença a crise. Nos anos 80, nosso país não se beneficiou com a prosperidade internacional e presente-mente só pode receber impactos negativos com as perturbações já ocorridas no ambiente mundial e com suas tendências de agravamento.

A política do Governo do Estado (1987/91) foi formulada e executada

a partir de uma visão integrada do Paraná — setores político e privado — com também considerando a inserção do Paraná no contexto nacional. Desde a formulação do Plano de Governo, foi explicitado que se afigurava indispensável procurar conhecer e avaliar as mudanças pelas quais a sociedade paranaense e a brasileira iriam passar. Somente assim seria possível promover alterações de rumo e mudanças de ênfase que, a cada passo, fossem oportunas.

Em março de 1987, o processo de democratização do Brasil entrava na fase decisiva que perdura até hoje, com o primeiro Governo Federal constituído mediante eleição direta do Presidente da República. O grande marco institucional da Constituição Federal, balizador do Estado de Direito Democrático, foi concretizado em outubro de 1988 e, um ano após, a Assembléia Legislativa promulgava a Constituição do Paraná, com sua filosofia e seu instrumental adaptados às inovadoras normas federais.

Reconhecia-se a importância das eleições presidenciais de 1989 para a institucionalização do Estado de Direito Democrático, mas o atual governo ainda não conseguiu tirar o País do processo hiperinflacionário e nem o colocou no rumo da superação da prolongada crise econômica, que se tem agravado com os sucessivos fracassos dos planos de estabilização monetária e os seus efeitos negativos sobre o nível das atividades econômicas e sobre a oferta de emprego da mão-de-obra.

O Paraná e os demais Estados têm sido abalados pelo aprofundamento da crise e, particularmente, pelos seus desdobramentos na crise da dívida externa, iniciada em 1982, e na crise fiscal. Na dependência do quadro nacional em deterioração, o Paraná vê afetadas sua situação e suas perspectivas imediatas e de médio prazo. E essa dependência tem a mais lata amplitude: econômica, financeira, fiscal, social e político-institucional.

Hoje, mais do que nunca, percebe-se que um período histórico-político deve ser compreendido e avaliado mediante o balizamento mais amplo de todo o processo histórico do País. Devem também ser consideradas, sobretudo, as implicações e as inter-relações da realidade e da ação política — relevantes no funcionamento do Poder Público, em nível dos Poderes Legislativo e Executivo — com seus fundamentos e seus fatores múltiplos, tais como: econômicos, educacionais e culturais, éticos e jurídico-institucionais.

O atual Governo Federal haveria de completar a transição democrática, iniciando, pois, um novo período histórico-político. O Brasil retomou, sem dúvida — em termos de maior efetividade institucional — a experiência do processo democrático de 1946/1964, mas ostenta debilidades decorrentes da carência de autenticidade em termos de regime democrático-representativo e de um processo institucional que oriente a redemocratização no sentido da revitalização e do aprimoramento das instituições partidárias.

As debilidades da atual experiência de regime democrático-representativo, crescentemente se vêm traduzindo como debilidade do próprio governo, enfraquecendo-o na concretização do seu propósito de superação da crise econômica.

É oportuno recordar que o processo lento e gradual de retorno ao Estado de Direito Democrático, iniciado em 1973/74, fora envolvido e atropelado pela progressiva deterioração das condições econômicas. Em verdade, a normalização político-institucional se tem confrontado com problemas econô-

nicos continuamente agravados, excetuando-se os breves hiatos da recuperação econômica de 1984/86 e dos frustrantes esforços com o Plano Cruzado.

No Paraná, em face das dificuldades inúmeras e de toda a ordem, o Plano de Governo 1987/1991 firmou que haveria de ser garantida — como de fato o foi — a eficaz realização da proposta política, mediante a resposta permanente, pelo Governo, do desafio maior de gerir o Estado de forma competente, aplicando os recursos públicos com eficiência e eficácia.

De acordo com as diretrizes estabelecidas, o Governo buscou a modernização da capacidade de resposta e a racionalização dos diversos órgãos que compõem a administração, a partir da Lei nº 8485, de 03/06/87. Foram obtidas reduções de custo operacional, otimizando a aplicação dos recursos. Entre outras linhas básicas, destacam-se a garantia de transparência da gestão governamental e a visão ética no trato da coisa pública. Combateu-se e baniu-se a corrupção, o enriquecimento e o favorecimento ilícitos.

Por outro lado, o plano e a atuação do Governo do Estado se inseriram nos dados e nas tendências concretas que determinam e condicionam a sociedade paranaense em sua integração na sociedade brasileira. O governo de uma unidade da Federação — conforme se torna cada vez mais nítido — não tem, sob o seu comando, instrumentos de política econômica e financeira capazes de efetivamente alterar ou inverter o comportamento dos agentes econômicos, sobretudo quando o principal deles é um governo federal centralizador.

As condições estruturais e conjunturais de âmbito nacional têm dificultado consecução dos objetivos estaduais.

Ao lado da desarticulação do funcionamento do sistema econômico, com os sucessivos fracassos nos programas de estabilização, as frustrações e as penalizações da população, notadamente das camadas de mais baixo nível de renda, têm corroído a credibilidade das políticas econômicas nacionais, impondo aos governos estaduais — mesmo com os níveis de eficiência alcançados no Paraná — condições financeiras extremamente adversas.

Todos os planos de estabilização — desde o Plano Cruzado — contribuíram, com seus insucessos, para a contínua deterioração da situação nacional, tornando-a mais vulnerável às perturbações e aos choques externos e até mesmo incapaz para valer-se das condições internacionais favoráveis, conforme ocorreu nos anos 80.

Diante da perda de credibilidade do Governo Federal, ao Governo do Paraná se impôs a adoção de medidas excepcionais, reduzindo fortemente os gastos de custeio, contendo, nos limites toleráveis, os dispêndios salariais, reduzindo o ritmo das obras e empreendimentos.

Compensatoriamente, utilizou-se, na medida do possível, o conceito de que goza o Paraná junto aos órgãos financiadores, assim como sua capacidade de endividamento, para contrair empréstimos indispensáveis à realização dos empreendimentos. Estes se traduzem, direta e indiretamente, em incrementos da capacidade produtiva estadual, gerando recursos tributários ou tarifários capazes de permitir o pagamento desses mesmos empréstimos ao longo dos respectivos períodos de amortização.

O planejamento e a ação governamental foram, assim, no período 1987/91, devidamente calcados no conhecimento e na adequada avaliação

da realidade paranaense e da nacional, particularmente quanto à capacidade produtiva da população.

O Paraná contribuiu, por outro lado, para os esforços nacionais de superação da crise, — iniciada nos anos 80 e prolongada nos anos 90 —, para a afirmação da vontade nacional e para uma melhor condição de vida do povo brasileiro. Têm sido crescentemente expressivos os aportes do Estado à construção do Brasil livre e politicamente desenvolvido, aspirações permanentes e profundas de todos os brasileiros, conforme demonstram, entre outros eventos, o engajamento popular nas eleições diretas para os cargos do Executivo e naquelas que determinam a composição do Legislativo.

Os anos 90 começaram, no Brasil, sob o signo de grandes esperanças nacionais: a solução da grave problemática econômica, em termos de curto e de longo prazo, e, no aspecto institucional, a consolidação democrática prevista para o período 1990/1995.

As avaliações das perspectivas do Paraná têm de ser feitas seja a partir de uma integração das realidades econômica e político-institucional, em razão de suas fortes inter-relações, seja a partir do adequado entendimento do processo histórico em que podem ser identificados os principais fatores dos contextos paranaense e nacional.

2. CONJUNTURA NACIONAL

A economia brasileira encerra a década de 80 e ingressa numa nova, marcada pela implementação de quatro experiências isoladas de política econômica, voltadas basicamente à resolução das pressões inflacionárias.

Os primeiros planos — Cruzado, Bresser e Verão — se apresentaram em seus termos gerais com um mesmo substrato de ação: a conjugação do congelamento de preços e indexação salarial. Enquanto que o mais recente, o Plano Collor, passa a se caracterizar pelo violento controle monetário — bloqueio inicial dos ativos financeiros com restrição posterior ao crédito — e desindexação salarial.

Quanto aos resultados desses planos sobre a inflação, pode-se afirmar que todos apresentaram uma mesma característica: a queda acentuada e imediata dos níveis inflacionários, com variações entre um e outro plano na contrapartida em termos de recessão e desemprego. Uma outra circunstância se imporia para a economia, decorridos alguns meses da adoção das medidas — o ressurgimento de fortes pressões inflacionárias, atingindo, ao final, patamares mais elevados que os anteriores, justificando assim medidas corretivas e/ou introdução de novos planos.

Na área externa, a dívida — reconhecida como o grande obstáculo à estabilidade interna — passa a ser enfrentada sob diversas modalidades, desde a moratória declarada, passando pela normalização nas relações com a comunidade financeira internacional via renegociação convencional, culminando com a apresentação — no Plano Collor — de uma estratégia inovadora de negociação no pagamento da dívida externa, porém, até o momento, sem definições de resolução externa.

Essas duas fontes de desequilíbrio — inflação e crise da dívida externa — acabariam por rebater mais diretamente sobre as finanças públicas, uma vez que os sucessivos ajustes adotados trouxeram, como consequência, um estrangulamento nos esquemas de financiamento do setor público — as operações diárias com títulos da dívida pública — que por sua vez se tornaria elemento propagador da própria inflação e, portanto, da instabilidade interna do País.

Outra fonte de financiamento do setor público, a receita tributária, apresentava-se por seu turno, bastante comprometida, tanto em decorrência da queda do nível de atividade quanto dos efeitos corrosivos da inflação acelerada. Além disso, as empresas estatais passavam a conviver com uma situação financeira gravemente fragilizada, de um lado pelo peso do endividamento externo e, do outro, pela política antiinflacionária de represamento das tarifas e preços dos produtos dessas empresas.

Nessa circunstância, e pela ausência de solução para os desequilíbrios financeiros, a estrutura econômica do País passaria a apresentar um processo de nítida desarticulação, com desaceleração do crescimento, interrompendo as perspectivas de retomada da taxa histórica dos investimentos.

Sob esse ambiente, institui-se o Plano Collor, dando ênfase à estratégia

antiinflacionária, localizando no desequilíbrio financeiro do setor público o elemento propulsor do anunciado processo de hiperinflação. O conjunto de medidas adotadas veio a provocar um forte impacto inicial — reduzindo a taxa de inflação de 84,3% em março para 3,2% em abril.

Tais medidas, porém, revelar-se-iam, poucos meses após, impotentes para manter a inflação a níveis reduzidos, comprometendo as expectativas positivas quanto à eficácia da estratégia adotada. E mais, se ineficazes enquanto política antiinflacionária, tais medidas restritivas têm afetado direta e negativamente a atividade econômica de um modo geral, aprofundando os problemas sociais e ampliando o descrédito com a nova política econômica por parte de relevantes segmentos sociais, de empresários e trabalhadores.

Ao se priorizar a recessão como arma antiinflacionária, debilitou-se de modo crescente as fontes de dinamismo da economia brasileira. A contenção dos salários, o represamento dos gastos públicos e a política monetária apertada, cujo principal resultado são os juros reais elevados, vêm reduzindo drasticamente a capacidade de investimento — instrumento básico de modernização da economia. De igual modo, as exportações — também importante mecanismo dinâmico — estão se ressentindo das incertezas quanto à política cambial.

Resta a expectativa quanto à renegociação da dívida externa, com resultados que possibilitem revitalizar tanto os mecanismos de enfrentamento da inflação quanto os impulsos ao crescimento econômico, e, necessariamente, permitam a retomada dos investimentos privados e dos investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social e numa real distribuição de renda no País.

3. ECONOMIA PARANAENSE — DESEMPENHO RECENTE

O Paraná inicia a década de 90 envolvido num clima de agravamento da crise econômica nacional o que tende — se não for revertido o quadro recessivo — a comprometer o potencial de crescimento econômico que historicamente o Estado vem apresentando.

No passado recente — no curso nos anos 70 — a economia paranaense se lançava numa etapa de expressiva expansão, articulando-se ao ritmo de um intenso crescimento nacional, quando se elevava fortemente a taxa de inversão, ampliada por importantes vantagens internas como: disponibilidade de infra-estrutura adequada (ferrovias, rodovias, energia elétrica, porto marítimo, rede de armazenagem pública, etc); existência de mecanismos institucionais de estímulo à atividade produtiva, através do BADEP; além de uma agricultura dinâmica, capaz de responder rapidamente à política de incentivos, à associação indústria/agricultura, principalmente com a reforma do crédito agrícola após 1966.

Assim, na base produtiva do Estado se observava um forte dinamismo, registrando explosivas taxas de crescimento (13,0% a. a. contra 8,6 a. a. da economia brasileira), elevando sua contribuição na geração da renda interna do País, que passava de 5,5 em 1970 para 6,3% em 1980 (tabelas A. 1.1, A. 1.2 e A. 1.3).

A par disso, o Paraná apresentava uma progressiva diversificação em seu aparelho produtivo. A agropecuária, embora reduzindo sua participação na renda gerada (tabela A. 1.4), experimentava expressiva modernização, associada a modificações em sua base técnica de produção, atestada pela grande expansão da soja e do trigo e declínio do peso relativo do café e, em menor proporção, do algodão. No setor industrial, haveria sensível incremento da capacidade produtiva, acompanhada de transformações estruturais, com o aparecimento de ramos novos (mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, refino de petróleo e fumo) e a diversificação dos gêneros tradicionais (especialmente madeira e produtos alimentares) sem subtrair, contudo, sua natureza agroindustrial (tabela A. 1.5).

Na década de 80, ocorreu uma desaceleração dessa tendência de forte expansão e diversificação da base econômica, iniciada nos anos 70. Ainda assim, a economia paranaense registrou moderado dinamismo, crescendo a taxas superiores às da brasileira (4,5% a.a. contra 2,9 a.a.). Em outros termos, apesar de acompanhar as tendências de instabilidade em nível nacional, o Paraná não mostrou se ressentir tanto dos desequilíbrios dos anos 80, devido ao conjunto dos seguintes fatores estruturais:

- a) expansão da oferta agropecuária do Estado e/ou o prosseguimento da diversificação da agroindústria — embora num ritmo mais lento do que o dos anos 70 —, refletido no avanço das atividades de fiação de algodão, complexos soja, cafeeiro e alcooleiro, abate de aves,

- produtos derivados do milho, etc.;
- b) a maturação plena de grandes inversões realizadas em segmentos modernos e/ou novos da indústria paranaense, no final da década de 70 e início dos anos 80, com destaque para micro e minicomputadores, ônibus e caminhões, papel de imprensa, cigarros, malte, fertilizantes e nitrogenados, etc.;
 - c) a maturação de investimentos em aumento da capacidade produtiva efetuados por empresas integradas do complexo metalomecânico, na segunda metade da década, especialmente na área de siderurgia e de refrigeradores e freezers.

A despeito das transformações ocorridas na estrutura produtiva do Paraná — o que inclusive têm sustentado, nos últimos vinte anos, um dinamismo mais acentuado que a média da economia brasileira — a agropecuária e agroindústria permanecem como motores de crescimento da economia paranaense, uma vez que 50% da renda gerada internamente provém de atividades direta e indiretamente ligadas à agropecuária.

Exatamente por possuir uma base econômica sustentada nas atividades vinculadas ao setor primário, o Estado acaba estruturalmente se transformando num transferidor líquido de recursos para outras regiões brasileiras, fato que pode ser confirmado pela observação combinada de duas circunstâncias:

- a) a redução da participação do Paraná na geração da renda interna brasileira, que recua de 6,3% em 1980 para 5,6% em 1989 (ver tabela 3), apesar do crescimento de seu produto interno, acima da média nacional na década (1,5% a.a.);
- b) a característica do Paraná de importador líquido de mercadorias de outros Estados, evidenciada pelo maior coeficiente de importações internas em relação às exportações (tabela A. 1.6). Por exemplo, em 1988 o Estado exportou US\$ 10,6 bilhões e importou US\$ 11,0 bilhões por vias internas. Esse quadro só não é mais crítico graças ao balanço favorável do comércio internacional do Estado (US\$ 2,7 bilhões de exportações contra US\$ 530 milhões de importações em 1988).

O ano de 1990 fica marcado pela reversão do processo de crescimento da economia paranaense, decorrência direta do plano de estabilização instituído pelo Governo Collor. O brutal encurtamento de liquidez promovido inicialmente pelo Governo Federal e a subsequente administração econômica — procurando eliminar as pressões inflacionárias via aperto monetário, contenção fiscal, atrasos tarifários e cambiais, e arrocho salarial — aprofundaram e disseminaram a trajetória recessiva que se delineava na economia brasileira desde o 4º trimestre de 1989.

Estimativas preliminares elaboradas pelo IPARDES apontam declínio de 4,6% do Produto Interno Bruto — PIB do País, em 1990, (tabela 1), “performance” pior que a dos anos recessivos da década de 80 (-4,4% em 1981 e -3,4% em 1983). Essa queda na atividade econômica foi liderada pelo setor industrial (-9,6%) e, mais precisamente, pelos segmentos de bens de consumo duráveis e de capital. A produção real do setor primário decresceu 5,6% em virtude da redução das lavouras, especialmente da safra de grãos.

No Paraná, os reflexos da conjuntura recessiva foram mais intensos

devido ao predomínio da agropecuária e da agroindústria na estrutura produtiva do Estado, resultando numa retração de 5,7% do PIB (Tabela A. 1.7).

A agropecuária recua 10,5%, conseqüência da diminuição significativa no volume produzido nas lavouras (Tabela A.1.8), sobretudo de trigo (56,3%), soja (7,6%), café (47,6%) e milho (3,3%) — apesar do avanço verificado na atividade pecuária, principalmente suínos e aves — comprometendo fortemente o desempenho setorial e global.

Na indústria, a queda de 3,4% no produto (Tabela A. 1.9) foi inferior à brasileira, mas não menos preocupante quanto às negativas repercussões sociais e para a receita tributária do Estado. Tal declínio foi praticamente generalizado, com retrações relevantes nos segmentos articulados à agropecuária (parcela da indústria de alimentos vinculada à produção de café e soja, têxtil, química e fumo) e nos ramos fornecedores da construção civil. (extração de minerais, minerais não metálicos, metalurgia e madeira).

Isoladamente, constatou-se reduções substanciais em atividades estratégicas como fabricação de colheitadeiras (-36,1%), fertilizantes nitrogenados (-10,3%), equipamentos frigoríficos (-7,0%), refino de petróleo (-2,7%) etc.

Caberia destacar o desempenho positivo de importantes gêneros na estrutura industrial paranaense — mecânica 6,2%, material de transporte 1,1% e papel e papelão 4,4% —, mesmo assim incapazes de compensar as quedas verificadas nos provedores da construção civil e agroindústria.

A propagação da crise no Estado é atestada também pela redução nos níveis de emprego, faturamento industrial e nas vendas do comércio -3,5%, -22,7% e -15,2%, respectivamente de janeiro a outubro, contra igual período do ano anterior, que começa a impactar negativamente na arrecadação do ICMS. Esse quadro se agravou nos últimos dois meses do ano, em razão do adiamento de pedidos por parte do comércio, associado à expectativa de retração do consumo por conta da política salarial.

Mantida a estratégia recessiva de enfrentamento da inflação por parte do Governo Federal, a crise deverá se manifestar de forma ainda mais perversa neste ano que se inicia, com paralisação dos investimentos, solvência de empresas, ampliação do desemprego, de repercussões duvidosas sobre a redução dos níveis de inflação.

Tal circunstância assume contornos mais graves na economia paranaense, dada sua base produtiva diferenciada, sustentada pela agroindústria e agropecuária, atividades estreitamente dependentes de liberação de crédito oficial. O represamento do crédito agrícola compromete o volume de produção agrícola, com redução de produtividade, afetando negativamente importantes segmentos industriais e comerciais.

Acrescente-se que, como a tributação é extremamente sensível ao nível de atividade econômica, será inevitável a queda da arrecadação, comprometendo a capacidade de gastos do Estado.

Ademais, ao mesmo tempo que provoca uma agudização na contração produtiva e dos níveis de emprego, a determinação do Governo Federal quanto à intocabilidade do programa de austeridade acaba por represar o explosivo potencial de expansão da economia paranaense. Mas precisamente, a maturação da substancial ampliação da capacidade produtiva do Estado verificada nos últimos anos, a partir da realização dos vultosos investimentos privados,

notadamente no setor industrial, encontra-se neutralizada pela manutenção da política recessiva de controle da inflação.

4. FINANÇAS PÚBLICAS

A Administração Fazendária, diante do impasse financeiro nas contas públicas, empreendeu uma série de esforços que acabaram se refletindo nos resultados de 1990. Foram desenvolvidas ações simultâneas nas áreas da receita e da despesa.

A peça fundamental do ajuste das contas estaduais foi a do curto prazo (antecipações da receita orçamentária). O primeiro semestre de 1990 apresentou algumas margens de folga de caixa do Tesouro Estadual, que se prestaram à antecipação dos resgates das operações de crédito de curto prazo, zeradas já no início do segundo semestre.

O crescimento dos encargos correntes da dívida, em 1990, perde velocidade, invertendo a tendência de evolução contínua e real observada ao final da década. Os desembolsos à conta do serviço da dívida pública, situaram-se em média em 18% das despesas do ano (tabelas A1. 10 e A1. 11).

As despesas de custeio tiveram variação real negativa.

Os resíduos passivos, isto é, compromissos assumidos no exercício anterior, foram praticamente quitados no primeiro semestre do ano, sem o comprometimento do orçamento.

Na área da receita, várias ações complexas acabaram traduzidas em maior eficiência dos recursos disponíveis.

Para a recuperação da principal fonte de arrecadação estadual, o ICMS, e como forma de resolver as grandes perdas relativas a seus ingressos no que respeita aos prazos do pagamento (os quais representaram um custo de 28% do ICMS total recolhido em 1987, 39% em 1988 e 32% em 1989), conseguiu-se reduzi-los no âmbito do CONFAZ — Conselho Nacional de Política Fazendária. Ainda assim, houve perdas para o Estado, mas em proporção menor.

Outro fator que auxiliou o desempenho da receita estadual foi a implementação da reforma tributária. Esta demandou gestões da Fazenda Estadual, visando preservar os ganhos financeiros durante sua implantação (a exemplo do “Fundo de Compensação das Exportações”).

Também deve ser considerada a resistência ao uso do ICMS como instrumento de política econômica ou como programa ou facilidade fiscal a segmento específico, o que poderia traduzir-se na esterilização de uma fonte, cuja única função deve ser a de arrecadação. Somente um recurso disponível pode custear programas sociais e de fomento.

Esses elementos, aliados ao desempenho da economia paranaense, tenderam à recomposição do imposto.

Prova disto é que, em 1990, os ingressos provenientes de arrecadação tributária voltam a participar com índices elevados na composição da receita orçamentária, em torno de 75%. O ICMS contribuiu com 71%. (Ver tabela A1. 12, A1. 13).

A receita orçamentária do Estado evoluiu acima da inflação, no ano de 1990, em torno de 15%, quando comparada a 1989. A “performance”

positiva resultou de um conjunto de fatores e não de algum fato econômico isolado.

As quedas nos níveis de inflação, logo após o choque monetário do mês de março/1990, facilitaram o aumento do poder de compra do Tesouro Estadual. Como referido anteriormente, folgas de caixa foram oportunas para sanear algumas contas que vinham pressionando as despesas. Isto permitiu chegar-se ao final do exercício com o orçamento em equilíbrio e o caixa do Tesouro com superávit.

A continuidade do ambiente recessivo, para o ano de 1991, pode impedir a manutenção de orçamento equilibrado, bem como a hipótese de um novo superávit no caixa do Tesouro para o ano corrente. Outros fatores potencialmente impeditivos são o fato de não se ter nada de concreto no que tange à renegociação da dívida, o que se constitui num elemento constrangedor à retomada do crescimento, e à precipitação da crise do Golfo Pérsico.

5. AVALIAÇÕES DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

5.1 DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

O resgate do municipalismo, com o fortalecimento da estrutura municipal, e a recuperação do planejamento como forma de aprimorar as ações administrativas, foram a grande ênfase dada pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente em 1990, através do PEDU — Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Ao lado do fortalecimento de ações administrativas importantes, como o Programa de Assistência Técnica e Modernização Administrativa e o Treinamento em Planejamento Urbano, o PEDU transformou o Paraná num grande canteiro de obras. Só em 1990, mais de 100 municípios passaram a executar obras que visam à melhoria da qualidade de vida da população.

Por outro lado, monitoramento, fiscalização e recuperação do meio ambiente foram as tônicas dadas pelo Governo em sua atuação na área de proteção ao meio ambiente. Preteriu-se a atividade meramente punitiva, para buscar, mediante a educação ambiental, o fortalecimento da consciência ecológica da sociedade paranaense.

O PEDU, que se baseia na participação dos municípios no desenvolvimento de suas ações, prevê a aplicação de US\$ 210,2 milhões, em cinco anos, em obras de infra-estrutura urbana. Em 1990, foi assinado o contrato com o BIRD e firmados contratos com 70 municípios, nos quais foram aplicados Cr\$ 250,0 milhões, em obras de pavimentação, saneamento básico e terminais rodoviários.

Por outro lado, foram assinados convênios com 235 municípios, objetivando a modernização administrativa e o planejamento urbano.

No tocante à proteção ambiental, em 1990 destaca-se a criação de consórcios municipais — como os dos rios Tibagi, Iguaçu e Pirapó —, para a proteção dos mananciais e das áreas ribeirinhas.

Em nível nacional, a participação da SEDU culminou com a proposta do Paraná — acatada pela UNESCO — para reconhecimento dos remanescentes da Floresta Atlântica como reserva da biosfera.

Através do Programa de Saneamento Rural, o Governo do Estado atuou em 270 comunidades rurais, compreendendo cerca de 70.000 habitantes.

A SUREHMA, a seu turno, além da fiscalização de indústrias, análises de projetos de tratamento de efluentes e de outras atividades, empenhou-se na estruturação de conselhos municipais do meio ambiente.

Com mais de 554 km de rede de abastecimento de água, a SANEPAR atendeu a mais de 106.000 paranaenses, efetuando 31.000 novas ligações. Foram também estendidos mais 318 km de redes coletoras de esgotos sanitários e implantadas mais 7.000 conexões prediais.

Em 1990, através do PIRMIC — Programa de Investimentos da Região

Metropolitana de Curitiba a COMEC firmou contratos de repasse de recursos, correspondendo a cerca de 1.784.000 BTNs, para aplicação em obras de pavimentação asfáltica, recapeamento de vias, creches, escolas e trincheiras.

As ações de controle da erosão, pela SUCEAM, estenderam-se ao litoral, destacando-se o controle da erosão da Praia Brava de Caiobá, drenagem de rios, córregos e canais de Praia de Leste e Pontal do Sul e o combate à erosão marinha na Baía de Guaratuba. No Noroeste do Estado foram realizadas 342 obras de controle da erosão.

5.2 AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Mil novecentos e noventa foi o ano da consolidação do Paraná Rural, um programa de desenvolvimento custeado com recursos do Banco Mundial, que propiciou benefícios a quase 100.000 produtores, direta ou indiretamente, através de várias atividades.

O apoio dado à agropecuária abrangeu desde a conservação direta do solo até as atividades estratégicas de macroconservação, onde se incluem readequação de estradas vicinais, abastecedouros comunitários, recuperação de matas ciliares, dentre outros. A visão do todo, através da atuação em microbacias, tem-se traduzido num eficiente processo de desenvolvimento onde a participação comunitária diagnóstica e define suas prioridades dentro da estratégia técnica.

No aspecto de infra-estrutura, deu-se início à construção de 44 escritórios municipais da EMATER — PR e à licitação internacional da construção dos Terminais de Calcário, iniciativas de grande importância para a sustentação do programa e consolidação da proposta técnica.

Foi também, 1990, o ano da maturação de outros grandes programas. Na Produção Animal, por exemplo, intensificaram-se as ações de melhoria genética, com ênfase à inseminação artificial, à importação de matrizes e reprodutores e à sericultura, dando início à COOPERSEDA.

Na área de Abastecimento, foram implementados quase 60 projetos de Unidades de Transformação, com vistas à viabilização de pequenas propriedades ou comunidades, beneficiando mais de 500 famílias rurais.

No Programa de Desenvolvimento Florestal Integrado foram implementados mais de 14.000 hectares de novas florestas. Além disto, mais de 6 parques e reservas foram criados, num total de quase 5.000 hectares. Na área de irrigação e drenagem, aproximadamente 10.000 hectares foram implantados, atendendo a mais de 1.000 produtores.

A Secretaria da Agricultura e do Abastecimento também teve atuação decisiva na área de fiscalização e estudos estratégicos, através de seus Departamentos de Fiscalização e Economia Rural, que serviram para sustentar as destacadas atuações da SEAB no setor agropecuário paranaense e nacional.

É importante ressaltar que 1990 foi o ano de conclusão e fechamento dos grandes programas iniciados no Governo Álvaro Dias a partir de 1987. Dessa forma, pôde-se constatar os grandes benefícios e o extraordinário avanço alcançados pelo setor agropecuário nos últimos quatro anos. Este governo consolidou-se definitivamente, como aquele que deu efetiva prioridade à agri-

cultura, tendo investido, no campo, acima de US\$ 240 milhões.

Nestes quatro anos, o Governo se caracterizou, sem dúvida alguma, como o governo do meio ambiente, porque investiu alto na conservação e recuperação dos solos, tendo atingido mais de 1.200 microbacias, envolvendo mais de 3,5 milhões de hectares; também mais de 100.000 hectares de novas florestas foram implantados, sendo que mais de 20.000 hectares, transformados em unidades de preservação permanente. Pela primeira vez o Governo efetuou o RIMA, para a exploração de várzeas, fato inédito no País e que serve de exemplo até no Exterior.

Este foi também o governo do pequeno produtor. Isto se evidencia em vários níveis. Em 87, quase 125.000 foram atendidos; em 88, mais de 140.000; em 89, mais de 160.000; e, em 90, mais de 200.000 pequenos produtores, fato inédito na agropecuária paranaense.

Por outro lado, os pequenos produtores beneficiaram-se de um apoio efetivo através de subsídios, em, praticamente, todas as suas atividades. Com isto, este também pode ser definido como o governo do subsídio. Neste caso específico, o Paraná foi o único Estado brasileiro a manter subsídios aos produtores, em altos níveis, por quatro anos seguidos. Subsidiou por exemplo, o solo do Paraná ou os seus recursos naturais, através de horas/máquina para terraceamento ou readequação de estradas.

Foram quase 600.000 horas, atingindo cerca de 1,6 milhão de hectares conservados.

No caso das estradas, quase 25.000 quilômetros foram readequados, num total de 7 milhões de litros de óleo diesel e mais de 25.000 horas, subsidiados neste período.

Os pequenos produtores, isolados em grupos, receberam subsídios através de: calcário, horas/máquina para irrigação e drenagem, sementes variadas, equipamentos de conservação de solos, abastecedouros comunitários, pequenas agroindústrias artesanais, pequenos armazéns, estufas e irrigação por aspersão para olericultura, insumos agropecuários, inseminação artificial, mudas florestais, dentre muitos outros.

Subsidiou-se, por fim, o trabalhador rural, através de estímulos aos proprietários que empregassem mão-de-obra em algumas atividades como drenagem de várzeas, calçamento de estradas com pedras irregulares, mutirões agrícolas, indústrias caseiras, enfim, tudo o que pudesse empregar mão-de-obra. Somente em subsídio, nesses quatro anos, foram investidos mais de US\$ 55 milhões.

Este foi, ainda, o governo do abastecimento, graças a ações eficazes no combate à fome. Neste caso, duas frentes foram atacadas. Uma, voltada aos produtores de alimentos básicos, notadamente os pequenos e médios; outra, voltada aos consumidores, principalmente de forma comunitária e obrigatória, para quem recebia até três salários mínimos. Nesse contexto, várias atividades se desenvolveram para apoiar a produção, sendo as mais importantes a orientação técnica, a organização e o próprio subsídio. No apoio ao consumidor, vários mecanismos foram utilizados, destacando-se as Compras Comunitárias, Mercado Popular, Feiras de Época e Cesta do Trabalhador, cujos programas chegaram a atender mais de 100.000 famílias de baixa renda.

Este pode ser classificado, também, como o governo do cooperativismo,

por ter dedicado a este setor todo o respeito, consciente de que se trata da maior estrutura de nossa agropecuária e que mantém 200.000 cooperados, em sua maioria pequenos produtores.

O Governo abriu mão da exclusividade da produção de sementes de algodão, até então nas mãos da CAFE DO PARANÁ, repassando-a às Cooperativas que, por mais de 20 anos, reivindicaram essa medida.

Abriu-se espaço para uma atuação conjunta, cooperativa-governo, na busca de objetivos comuns, cujos resultados podem ser constatados na área de conservação dos solos; na melhoria genética animal e vegetal, com destaque para a inseminação artificial e reflorestamento; na prestação de serviços técnicos e operacionais; na citricultura; na sericicultura, e nas reivindicações conjuntas junto ao Governo Federal; enfim, em espaços até então não-ocupados por governos anteriores.

5.3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As ações do Governo, nesta área, foram marcadas por significativo avanço no estabelecimento de uma política para o ensino superior no Paraná, no que se refere à sua expansão e à melhoria de qualidade, com o aprimoramento do corpo docente, a definição de um plano de cargos e salários adequados e investimentos na infra-estrutura física necessária, nas faculdades e universidades.

Na área de desenvolvimento econômico, buscou-se a criação de programas que atendessem ao desenvolvimento do Estado como um todo, e não apenas a regiões ou grupos econômicos já privilegiados em épocas passadas.

O Programa Qualidade Paraná é atestado claro de uma ação de governo que fortalecerá a economia, dará destaque à indústria e servirá de modelo para o Brasil; o programa está sendo citado como exemplo em todos os programas federais da nova política industrial.

Na área de pesquisa buscou-se, também, o estabelecimento de uma política de ciência e tecnologia clara e definida e estimulou-se a pesquisa básica, buscando direcionar a pesquisa tecnológica para o atendimento das demandas e necessidades do setor produtivo paranaense.

5.4 TRANSPORTES

O Estado do Paraná vem implantando ao longo dos anos uma infra-estrutura de transportes em condições de atender às pressões das nossas grandes safras, paralelamente ao recente surto industrial em vários ramos modernos do setor secundário.

O Governo do Estado realizou investimento no setor da ordem de Cr\$ 17,5 bilhões, dos quais 13,2 bilhões foram destinados ao sistema rodoviário, principalmente nas regiões Noroeste, Oeste e Sudoeste, responsáveis por 75% da produção do Estado e correspondendo, por consequência, às zonas de maior densidade da malha rodoviária, em todas as modalidades.

Assim sendo, são as seguintes as metas alcançadas ao longo do Governo Álvaro Dias:

- 2.901,08 km de terraplenagem e pavimentação, dos quais 402,13 foram executados em 1990;
- 1.950,24 km de restauração de pavimento e recuperação em rodovias, sendo executados 185,81 só em 1990 e encontram-se em andamento, 404,87 km;
- 17.597,68 km de revestimento primário, sendo 3.099,95 km executados em 1990, além de 16,00 km em andamento;
- 7.943,20 m de obras-de-arte especiais; deste total 1.139,90 m foram executados em 1990. Encontram-se em andamento 408,20 m.

Do total de 402,13 km concluídos de terraplenagem e pavimentação, em 1990, os seguintes trechos podem ser destacados:

- Rodovia BR-376: trecho Mandaguari — Sarandi, com extensão de 21,20 km duplicados;
- PRT-153: trecho Ibaiti — Ventania, com extensão de 50,24 km;
- Rodovia PRT-158: trecho Laranjeiras do Sul — Marquinho — Entr. PR-546 (Palmital), com extensão de 70,68 km;
- PRT-163: trecho Planalto — Pérola do Oeste, com extensão de 20,58 km;
- Rodovia PRT-170: trecho Itacolomi — BR-376 (Apucarana) com extensão de 24,30 km.

Para complementação da malha rodoviária principal do Estado faltam relativamente poucos trechos de real importância econômica, totalizando 1.500 km, e que vêm sendo executados na medida da capacidade do Estado.

Convém destacar que foram executados, em 1990, cerca de 50 km de rodovias, utilizando-se a tecnologia de pavimentação poliédrica — uso de pedras —, cuja vantagem é a redução nos custos de construção e de conservação.

No final de 1990, a rede rodoviária do Estado do Paraná contava com uma extensão total de 145.607,64 km de rodovias, sendo: 128.834,90 km de rodovias não pavimentadas e 12.828,04 km de rodovias pavimentadas.

Dos trechos pavimentados, (12.828,04 km) correspondem a cerca de 10% do total de rodovias pavimentadas existentes no País; 9.644,04 km correspondem a 75,2% de rodovias estaduais ou que foram construídas com recursos do Estado, e apenas 3.105,00 km, o equivalente a 24,2% são de rodovias federais.

As federais não se encontram em condições normais de tráfego, visto que o Governo Federal, através do DNER, não vem realizando nem delegando a conservação necessária.

Para preservar e manter a malha rodoviária federal, o Governo Estadual, em caráter de emergência, por inúmeras vezes assumiu medidas de conservação, a exemplo das operações “tapa buracos”.

Operado por 53 empresas, o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros conta com 929 linhas de serviços, uma frota de 2.708 veículos e uma movimentação estimada em 144 milhões de passageiros para o ano de 1990.

A estrutura de fiscalização do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros sofreu, durante o ano de 1990, profunda alteração nos seus aspectos organizacional e estrutural, de forma a tornar mais efetiva

a presença da DSTC na operação do Sistema.

Ultimamente, um moderno conceito multimodal de transportes, que prevê a integração das ferrovias, hidrovias, rodovias e aerovias num sistema único, conectadas aos terminais marítimos e/ou destinados ao abastecimento dos grandes mercados de consumo, tornou mais complexa a ordem das prioridades, com vistas à composição de fretes econômicos que pesam na formação dos preços finais das matérias-primas e das mercadorias em geral.

Numa linha de ação, visando ao desenvolvimento ordenado do transporte hidroviário, o Governo do Estado tem priorizado iniciativas tanto na área de planejamento quanto na de operação, tendo aplicado em 1990, recursos da ordem de Cr\$ 4,0 milhões.

Na área de planejamento o Governo do Paraná, em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo, contando com a colaboração da Empresa de Portos do Brasil — PORTOBRÁS (em liquidação), deu continuidade aos estudos para aproveitamento hidroviário dos rios Paranapanema e Tibagi. Para tanto, foi contratado o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo, com a responsabilidade de analisar técnica e economicamente a viabilidade do projeto, visando estabelecer as condições para tornar comercialmente aproveitáveis aqueles dois importantes rios da bacia do Paraná, desde a foz do Paranapanema até as proximidades de Jataizinho, às margens do Tibagi, numa extensão de 330 km e investimento na ordem de 1,2 milhão de cruzeiros.

A Secretaria de Estado dos Transportes, participou da análise de projetos e estudos das áreas de influência dos rios Paranapanema, Ribeira do Iguape e Iguaçu, nos Comitês de Estudos Integrados das Bacias Hidrográficas dos Rios Paranapanema e Ribeira do Iguape e do Consórcio da Bacia do Rio Iguaçu, visando à reativação do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia do Rio Iguaçu.

No setor de transporte ferroviário, destacam-se as atividades da FERROESTE, relativas à implantação do trecho Guarapuava — Cascavel — Guáira.

Atendendo aos requisitos do Termo de Concessão firmado com o Governo Federal, a FERROESTE executou o projeto de engenharia aprovado pelo Departamento Nacional de Transporte Ferroviário — DNTEF, do Ministério da Infra-Estrutura. Também, para a construção da ferrovia, foi concluído e aprovado pelos órgãos ambientais o Relatório de Impacto Ambiental — RIMA.

Em dezembro de 1990, foi firmado convênio entre a Ferroeste e o Governo do Paraná para o aporte de recursos, no montante de Cr\$ 17,6 bilhões, necessário à implantação da infra-estrutura (terraplenagem, obras-de-arte correntes e especiais e túnel).

A SETR lançou os editais referentes a essa obras e as propostas referentes à pré-qualificação das empresas interessadas em participar da primeira etapa das obras foram recebidas no dia 28/01/91.

Dentro do acordo Brasil-Itália, a Ferroeste assinou Protocolo de Intenções com a ASEA — Brown Boveri, da Itália, visando à definição dos tipos de equipamentos ferroviários a serem utilizados no transporte de cargas.

Ainda em relação ao transporte ferroviário, através de convênio entre a SETR/DER, RFFSA, e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, foram iniciadas as atividades para implantação de terminais ferroviários de calcário em Araucária, União da Vitória, Guarapuava, Apucarana e Cianorte, cujo investimento total é da ordem de Cr\$ 253,0 milhões.

AEROPORTOS

O Paraná ocupa lugar de destaque entre as unidades da Federação em número de aeroportos com pavimento asfáltico. Atualmente, conta com 83 aeroportos, dos quais 47 são públicos — sendo 35 pavimentados e 36 são de propriedades particulares — sendo 3 pavimentados. Dos aeroportos públicos pavimentados, 15 possuem sinalização luminosa.

A movimentação registrada no período de julho/89 a julho/90 em 26 aeroportos do Estado foi de 93.123 pousos e decolagens. No mesmo período registrou-se o número de 1.713.202 passageiros embarcados e desembarcados.

Os aeroportos públicos são mantidos e administrados pelas prefeituras municipais, com excessão dos aeroportos de Curitiba, Bacacheri, Foz do Iguaçu e Londrina, administrados pela INFRAERO (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeronáutica).

As atividades desenvolvidas em 1990, no setor aeroportuário, absorveram recursos da ordem de Cr\$ 12,5 milhões, abrangendo:

- reparos e melhorias nos aeroportos de União da Vitória, Campo Mourão, Toledo e Siqueira Campos; e
- manutenção das sinalizações luminosas dos aeroportos de Guarapuava, Guaíra, Apucarana, Arapongas, Cascavel, Paranavaí, Ponta Grossa e Pato Branco.

Na área de Transporte Marítimo, foram movimentados no exercício de 1990, pelos Portos de Paranaguá e Antonina, 12,9 milhões de toneladas, apresentando redução de 11,6% em relação a 1989.

Predominaram no Porto do Paranaguá as exportações com 88,5% e as importações com 11,5%.

As fatias de cargas se distribuíram em percentuais de 67%, 22% e 12% de granéis sólidos, granéis líquidos e carga geral, respectivamente.

As exportações de longo curso atingiram 8,9 milhões de toneladas, o que representa uma participação de 69,4% na movimentação dos portos.

As importações de produtos estrangeiros alcançaram 1,22 milhão de toneladas, registrando incremento de 319 mil toneladas, proporcionado pelo aumento dos fertilizantes.

A cabotagem foi responsável pelo transporte de 2,7 milhões de toneladas, das quais 2,4 milhões corresponderam às exportações, caracterizadas, basicamente, por derivados de petróleo.

Apesar da movimentação do ano ser inferior, o crescimento médio das exportações, ao longo de duas décadas, situou-se em 8% ano a ano, projetando-se para o ano 2000 uma movimentação anual de 30 milhões de toneladas.

Apesar de ter convivido com uma série de fatores adversos, dentre os quais destacam-se a redução de cargas e o congelamento nas tarifas de

março a novembro, a administração da autarquia desenvolveu um valioso programa de manutenção, abrangendo os mais diversos setores do complexo portuário.

A iniciativa particular participou através da empresa SAILING, de investimento na área portuária, traduzido em um Silo Horizontal com capacidade para 72.000 t, que se integra ao sistema do Corredor de Exportação.

A receita cambial auferida com as exportações pelo Porto de Paranaguá, em 1990, atingiu US\$ 2,59 bilhões, inferior em US\$ 320 milhões à receita apurada em 1989.

A retomada das obras do Terminal de Containeres, paralisadas no decorrer deste ano, é indispensável ao atendimento da crescente demanda dessa modalidade de transporte e constitui-se na única solução capaz de eliminar o estrangulamento dessas operações. No elenco dos investimentos programados para 1991, esse projeto deverá receber a prioridade indispensável ao crescimento das cargas pelo Porto de Paranaguá.

As principais preocupações da administração portuária são a melhoria do atendimento aos usuários e a elevação do nível de produtividade.

Para isso, foi implantado um programa visando manter em condições de operacionalização os bens de capital já existentes, através de manutenção e reforma, sem a realização de obras novas.

Com um custo de 7,27 milhões de BTN's o programa vem apresentando resultados operacionais satisfatórios.

Em 1990, o programa de melhoramentos abrangeu, principalmente, os seguintes tópicos: manutenção de guindastes, pavimentação de vias operacionais, reparos de caís, reformas de flutuante, dragagem da bacia de evolução e de berços.

5.5 ENERGIA

O ano de 1990 foi caracterizado por intenso trabalho no setor de energia, objetivando superar fatores adversos (como a política federal de contenção de tarifas públicas), manter o programa de investimentos da COPEL e equacionar adequadamente o serviço da dívida. O endividamento líquido da COPEL foi reduzido quase a zero: hoje a dívida de longo prazo apresenta valores bem próximos aos créditos que a Companhia tem perante a União, na Conta de Resultados a Compensar (insuficiência acumulada de remuneração do investimento, por força da redução das tarifas ao longo de anos).

A despeito das grandes dificuldades impostas pelo Plano Brasil Novo, a COPEL deu seqüência aos programas de investimentos — com destaque à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, cujo cronograma se encontra rigorosamente em dia —, e à melhoria do atendimento aos consumidores.

Com quatro unidades geradores de 315MW, perfazendo a potência instalada de 1260MW, a Usina de Segredo reduzirá a dependência da COPEL em relação à energia elétrica comprada de outras concessionárias e o risco de déficit nas regiões Sul e Sudeste do País, tendo assim excepcional importância para o desenvolvimento regional.

Significativo marco no cronograma de construção da Usina foi alcançado em 1990: atingindo 107 metros de altura máxima, a barragem já tem condições

de garantir ao restante das obras proteção contra cheias de recorrência estatística de 500 anos.

Em 1990, foram intensificados os serviços de concretagem. No final do ano já estavam concretados 43% da casa de força, 60% da laje da face de montante da barragem e 25% do vertedouro.

Outras obras também foram realizadas para ampliação dos sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Em 1990, aumentou em 3,8% o número de ligações, e o consumo de energia elétrica foi 3,4% superior ao do ano anterior.

A melhoria do atendimento ao consumidor foi uma das grandes preocupações da COPEL, em 1990. Destacaram-se, no período, a ampliação do serviço de atendimento por telefone, a implantação de sistemas automáticos operados por microcomputadores para controle e distribuição de chamadas telefônicas, a expansão do sistema de terminais e impressoras que operam "on line" nas agências comerciais, a ampliação do número de autocaixas e a realização de convênios com as redes de supermercados e com a Empresa de Correios e Telégrafos para recebimento de contas de luz.

Também merecem registro as atividades da COPEL relativas à conservação de energia, ao estudo de novas aplicações dos recursos energéticos, à preservação do meio ambiente e à pesquisa e ao desenvolvimento, com ênfase para as áreas de hidráulica, hidrologia, eletrotécnica e eletrônica.

Mediante racionalização dos serviços, a COPEL ampliou o atendimento ao público sem acréscimo significativo de pessoal. Assim, é auspicioso constatar que a avaliação das atividades da COPEL demonstra resultados altamente expressivos, tanto no que se refere ao desempenho empresarial como às obras realizadas e à melhoria dos serviços prestados no exercício de 1990.

5.6 EDUCAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação — SEED desenvolve atividades direcionadas para a administração, expansão e avaliação da oferta da educação pré-escolar e do ensino de 1º e 2º grau, nas diversas modalidades, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano de Governo para o período de 1987/90.

No campo da Dimensão Pedagógica, a reorganização da escola pública de 1º grau constituiu uma das prioridades, iniciando-se pela implantação do Ciclo Básico de Alfabetização, cujo objetivo é a reversão do fracasso escolar através de um trabalho contínuo, com ênfase, no processo inicial de aprendizagem sistemática, para o domínio da língua portuguesa.

Procedeu-se, em 1990, à universalização do Ciclo Básico de Alfabetização nas unidades estaduais de 318 municípios, atingindo 238.707 alunos.

Com a finalidade de assegurar a continuidade dos programas e a coerência com os pressupostos básicos da ação educativa, procedeu-se ao desenvolvimento de outros programas, que contemplam: a revisão curricular do ensino pré-escolar e de 1º grau, a progressiva implantação do conceito de escola integral, a revisão conceitual do papel do ensino supletivo, a expansão dos recursos de educação especial para todos os municípios e a reforma completa do ensino de 2º grau, bem como, o ordenamento de sua expansão.

A consolidação do projeto Tempo de Criança assegurou ao aluno das

séries iniciais do 1º grau a permanência no ambiente escolar por mais três horas.

O Departamento de Ensino de 2º grau, no período 1987 — 1990, priorizou ações voltadas à reestruturação e melhoria de qualidade desse nível de ensino.

Na área do ensino supletivo as ações foram voltadas para a reestruturação da educação básica de adultos. Neste sentido, foi elaborada uma nova proposta pedagógica e administrativa, com vistas à superação das distorções existentes e à criação de uma escola adequada às necessidades da demanda escolar.

No âmbito da educação especial, autorizou-se o funcionamento de 188 escolas especiais mediante convênio e a criação de 1.216 programas especiais em escolas de ensino regular, para atendimento a aproximadamente 24.000 alunos, abrangendo, em 210 municípios, os portadores de deficiência auditiva: em 199 municípios, os portadores de deficiência mental e, em 143 municípios, os portadores de deficiência visual.

Ênfase maior está sendo dada a formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para atuar nas três áreas de deficiência, destacando-se, em 1990, a formação de 900 professores, em cursos ofertados, por Instituições de Ensino Superior em convênio com a SEED.

No atendimento aos alunos, a Secretaria contou, em 1990, com 2.953 estabelecimentos pertencentes à rede pública estadual de ensino e com escolas das redes municipal e particular que, mediante convênio, prestaram atendimento a alunos carentes, em locais onde a rede estadual não absorveu toda a demanda, ou a alunos da educação especial.

Contou, ainda, para o desenvolvimento das ações administrativas e pedagógicas descentralizadas, com as 223 Inspetorias de Ensino que atuam nos municípios e com os 22 Núcleos Regionais, localizados em municípios-sede de regiões.

E, ao nível central, desenvolveu ações através da Superintendência de Educação, dos Departamentos de Ensino e demais unidades administrativas localizadas na sede, em Curitiba, assim como através da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR e do Centro de Treinamento do Magistério do Paraná — CETEPAR.

A responsabilidade pelo trabalho na educação básica estadual, em todo o Estado esteve a cargo de aproximadamente 88.000 pessoas, entre funcionários efetivos, estáveis, contratados e conveniados (estes correspondendo a 22.931 pessoas), que atuaram na Administração Central, nas unidades descentralizadas da SEED, nos estabelecimentos de ensino da rede estadual e em estabelecimentos conveniados.

No campo administrativo, foi dada ênfase aos programas voltados para a valorização dos recursos humanos, para a gestão democrática do cotidiano escolar, e para aproximação da escola com sua comunidade, garantindo-lhe maior integração.

Destacam-se os projetos Suprimento de Recursos Descentralizados e Mutirão de Reparos Escolares, e estudos visando à criação de uma nova forma de administrar a educação escolar — os colegiados de Escola e de Conselhos Municipais e Comunitários de Educação.

Uma das medidas mais significativas, em relação ao magistério, foi a adoção do Regime Diferenciado de Trabalho — RDT, que permitiu ao pro-

fessor optar por jornadas de 20, 30 ou 40 horas semanais.

Foram nomeados professores e especialistas de educação, aprovados em concurso público de ingresso nas áreas de atuação de 1º e 2º grau, e nas habilitações de Orientação Educacional e Supervisão de Ensino.

A implementação do Sistema de Administração da Educação-SAE possibilitou o rápido acesso a informações atualizadas que demandam grande volume de processamento de dados e facilitou a comunicação entre a Administração Central e os Núcleos Regionais de Educação.

O programa de microfilmagem reproduziu um milhão de documentos. Através do Projeto de Microinformática, criou-se o sistema de processamento de documentação escolar.

Além dessas medidas, foram firmados convênios e termos de cooperação financeira com os municípios, com outras Secretarias, com entidades particulares e associações, como forma de expansão da oferta de vagas pelo Sistema de Ensino.

O desenvolvimento de programas de obras tem se realizado de forma descentralizada, através de autorizações ao DECOM, convênios com Prefeituras Municipais e Associações de Pais e Mestres ou Associações de Moradores.

Em 1990, foram concluídos 193 prédios escolares, com 630 salas e 756 outras dependências, num total de 55.697m² de área construída. Com investimento total aplicado de Cr\$ 161,3 milhões, as obras permitem o atendimento em três turnos a uma população escolar de até 66.150 alunos.

Encontram-se em construção 373 obras escolares com 1.490 salas e 2.057 outras dependências, no total de 146.821m² de área construída. Com investimento total de Cr\$ 1,9 bilhão, as obras permitirão o atendimento, em três turnos, a uma população escolar de até 156.450 alunos.

Pelo Programa do Mutirão Escolar, com envolvimento da própria comunidade, foram executados reparos em 101 estabelecimentos de ensino.

Ainda, 381 escolas foram beneficiadas com quadras de esporte, envolvendo recursos no montante de Cr\$ 31,7 milhões.

Com o sistema de Recursos Descentralizados, foram creditados a 2.892 escolas recursos financeiros que totalizaram Cz\$ 44,4 milhões em 1987, Cz\$ 452 milhões em 1988, Ncz\$ 3 milhões em 1989 e Cr\$ 62,9 milhões em 1990, aplicados na conservação dos prédios e aquisição de material de limpeza, esportivo e escolar.

Através do Sistema de Materiais, foi adquirido e distribuído material básico para o aluno e para 2.900 escolas estaduais, com um custo de Cz\$ 91 milhões em 1987, Cz\$ 421 milhões em 1988, NCz\$ 13 milhões em 1989 e Cr\$ 123,9 milhões em 1990.

O Programa Estadual de Alimentação Escolar, através de convênio com o Governo Federal, (FAE) possibilitou a complementação alimentar, por ano, de aproximadamente 1.800.000 alunos de 12.500 escolas das redes estadual, municipal e particular de caráter filantrópico dos 325 municípios, mediante a aquisição e distribuição de 41.000 toneladas de produtos alimentícios, que importaram em Cz\$ 460 milhões em 1987, Cz\$ 3 bilhões em 1988, NCz\$ 21,2 milhões em 1989 e Cr\$ 1,4 bilhão em 1990.

Com os Programas de Bolsas de Estudo foram atendidos 28.968 alunos

do 1º grau e pelo Programa de Bolsas Trabalho, 4.063 alunos do 2º grau.

Na Dimensão Comunitária destacaram-se como mecanismos de fortalecimento das ações comunitárias, entre outros, o Programa Recuperação de Carteiras Escolares, com o envolvimento de 22 escolas estaduais mediante a recuperação de 10.825 conjuntos de carteiras escolares; e o incentivo à criação e reativação de 2.000 Associações de Pais e Mestres — APM, que tiveram o apoio da SEED no processo de organização e legalização das mesmas.

5.7 SAÚDE

5.7.1 Organização do Sistema Estadual de Saúde

Ao longo dos últimos cinco anos, pode-se afirmar que está em curso o processo de organização de um novo sistema estadual de saúde. Em 1990, ainda se percebe nitidamente as marcas dessa transição, com avanços em alguns pontos e também dificuldades.

Anteriormente, a Secretaria de Estado da Saúde/FCMR administrava recursos humanos e financeiros quase que exclusivamente vinculados ao Governo do Paraná, à rede de serviços propriamente estadual. Levava-se em conta os dados totais de estatísticas vitais, mas a produção de serviços quase sempre se referia apenas aos registros da rede SESA/FCMR, não incluindo aqueles realizados nas redes municipais, PAMs do INAMPS ou os serviços conveniados e contratados da rede privada.

Em 1990, avançou-se no processo de regionalização, descentralização e municipalização dos serviços de saúde. Ocorreram poucas mudanças efetivas no modelo assistencial, no que diz respeito à integração e hierarquização de serviços, e ainda há desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços ofertados.

REGIONALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

Em cada uma das 24 regionais de saúde há um escritório responsável pela gerência e supervisão do sistema SUDS, com técnicos de várias áreas, e pelo menos uma unidade de serviços especializados — o CRE (Centro Regional de Especialidades), que resultou da fusão de um Centro de Saúde (tipo II ou III) e um PAM do INAMPS. Nelas atuam recursos humanos tanto da SESA/FCMR como do INAMPS, e algumas vezes das Prefeituras.

A maior parte das atividades de administração de recursos humanos e de gerência financeira já foi transferida do nível central para o regional, que agora tem autonomia para adquirir alguns itens de consumo e providenciar a manutenção de equipamentos. Isso é feito mediante um sistema de repasse de recursos financeiros às Regionais de Saúde sob a forma de “adiantamentos”, visto que o Tribunal de Contas ainda não aprovou o Sistema de Recursos Descentralizados.

Já foram elaborados os novos regimentos que definem estruturas e funções dos novos órgãos e setores resultantes de fusões e adaptações das antigas redes estadual e federal (INAMPS). Está em andamento um projeto de avalia-

ção técnico-administrativa das estruturas regionais e seu papel junto aos municípios, que deverá ser concluído até março/91.

Na rede estadual do SUDS, trabalham hoje 12.307 pessoas sendo 9.029 da FCMR/SESA e 3.288 do INAMPS. Uma parte desses servidores realiza suas atividades em unidades que foram municipalizadas, isto é, que pertencem à rede estadual ou federal mas estão sendo gerenciadas pelo município.

MUNICIPALIZAÇÃO

Em 1990, quase todos os municípios paranaenses (318) assinaram o Termo de Adesão ao SUDS, passando a gerir todos os serviços básicos de saúde no âmbito municipal, incluindo o antigo Centro de Saúde Estadual, os serviços odontológicos, os serviços de profissionais credenciados pelo INAMPS, e até mesmo as internações realizadas nos hospitais locais conveniados. Dos sete municípios que não assinaram, destacam-se Londrina e Curitiba, cujos convênios ainda estão em fase de negociação.

Com a contratação de profissionais por parte das Prefeituras, atividades de caráter preventivo serão descentralizadas, trazendo importantes benefícios à população paranaense.

5.7.2 Ampliação e Melhoria da Rede Física de Serviços

CONSTRUÇÕES E REFORMAS

Durante o ano de 1990, tiveram continuidade as obras de construção, ampliação e reformas, com verbas estaduais próprias ou do SUDS, destinadas a garantir instalações adequadas à realização dos serviços e, ainda, aumentar a cobertura e o acesso das populações mais distantes.

INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Teve continuidade, em 1990, o programa de implantação de módulos sanitários bem como a instalação de consultórios e clínicas odontológicas e à melhoria de equipamentos nos serviços próprios estaduais.

5.7.3 Assistência à Saúde Individual e Coletiva

Em decorrência das transformações por que passa o Sistema Estadual de Saúde, ocorreu descontinuidade na coleta dos dados sobre os serviços produzidos e o tipo de clientela atendida.

O sistema de informação deverá sofrer ainda muitas transformações, de forma a refletir toda a complexidade dos serviços prestados em seus variados níveis, dentro de critérios de qualidade e confiabilidade, constituem objetivos a serem atingidos nos próximos anos.

SERVIÇOS AMBULATORIAIS

— Atendimentos básicos: foram realizados cerca de 44,9 milhões de atendimentos básicos no período de janeiro/novembro, sendo que a maior

parte deles ocorreu na rede básica pública (Prefeituras e Estado) — 91%.

— Consultas médicas: no mesmo período foram prestados cerca de 15,6 milhões de consultas (gerais, especializadas e de emergência).

SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS

— A estimativa para o ano de 1990 indica que ocorreu aplicação de fluor em 1,4 milhão de crianças, aproximadamente 6,5 milhões de atendimentos, incluindo procedimentos clínicos e tratamento concluídos (estes são obrigatoriamente em crianças em idade escolar). A maior parte destes serviços vem sendo realizada pelas redes municipais.

SERVIÇOS COMPLEMENTARES

— Exames Complementares: na rede própria do SUDS foram realizados cerca de 1,5 milhão de exames, sendo que a maior parte (1,4 milhão) foi de análises clínicas (Fonte: LACEN). Nos laboratórios que recebem do SUDS através da GAP foram realizados, até out/90, cerca de 4,0 milhões de exames de patologia clínica.

— Outros serviços de Terapia e Diagnóstico: até out/90 foram realizados 483 mil exames de Raios-X e 507 mil exames especializados, além de 1,9 milhão de procedimentos terapêuticos de alto custo (fisioterapia, próteses, diálise, radioterapia, etc.). Em todos estes itens destaca-se a maior participação dos serviços da rede privada, contratada e filantrópica. A não ser nas universidades públicas, constata-se que os serviços públicos estaduais e municipais não estão aparelhados para garantir a realização desses exames e terapias de maior complexidade, a fim de suprir esta deficiência. No Plano de Aplicação do 4º Trimestre, estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 600,0 milhões para aquisição de equipamentos que incrementarão os CREs, os hospitais da rede pública, laboratórios, os serviços de hemoderivados e componentes de sangue (hemocentros), para produção e pesquisa de imunobiológicos (CP-PI), postos de saúde etc.

Os poucos órgãos da rede SUDS que possuem alguns desses serviços não têm seus dados de produção incluídos nesse total.

O Hemeepar, por exemplo, estima em 218 mil exames de sangue realizados em 1990.

SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA

— Cobertura Vacinal: a vacinação de rotina, com dados estimados até o final de 90, indica que para as crianças menores de um ano se alcançará 100% para a BCG, 97,6% para a vacina tríplice, 100% para a vacina anti-sarampo e 96,6 para a antipoliomielite. (doses imunizantes). Nas duas fases de campanha a cobertura também foi satisfatória, alcançando a totalidade das crianças de zero a quatro anos com a vacina antipoliomielite.

Excepcionalmente, foi realizada a vacinação em massa de crianças e adolescentes contra a meningite, devido ao aumento do número de casos, na Capital, Região Metropolitana de Curitiba e Paranaguá. A cobertura foi

satisfatória na 1ª fase (set/90) passando de 90% nos dois grupos de idade vacinados com tipos diferentes de vacina (B e C até 5 cinco anos e C para maiores de 5 anos), mas não ocorreu o mesmo na segunda fase (dez/90), onde se visava apenas às crianças até cinco anos.

Foram diagnosticados e tratados cerca de 2.140 casos de tuberculose e mantidos sob controle cerca de 12 mil portadores de hanseníase. Foram notificados, no ano, 74 novos casos de AIDS (até nov.) resultando em um coeficiente de incidência de 7,8 por um milhão de habitantes, praticamente igual ao do ano passado. O que chama a atenção para a gravidade da AIDS no Paraná é a alta taxa de letalidade: dentre os 242 casos diagnosticados desde 1984, quase 80% dos doentes morreram antes de transcorrido um ano. Não estão incluídos nesses casos os portadores do vírus (soropositivos) que ainda não manifestam nenhum sintoma da doença. Não ocorreu nenhum caso, no Estado, de poliomielite nem de raiva humana.

O CIT recebeu notificação de 715 casos de intoxicação por agrotóxico, com 10,3% de óbitos, além da notificação de cerca de 2.923 outros acidentes toxicológicos (por picadas de animais peçonhentos, medicamentos, e outros produtos).

Na área da Vigilância Sanitária prosseguiram as fiscalizações e orientações para melhorar as condições de estabelecimentos de maior risco (produtores e manipuladores de alimentos, hospitais, banco de sangue, emissoras de radiação ionizante), assim como as orientações sobre saneamento básico (abastecimento de água; disposição de dejetos e destinação do lixo).

SERVIÇOS HOSPITALARES

A rede dos 16 hospitais próprios estaduais registrou uma taxa de ocupação de 62% (inferior à do ano passado), além de 136 mil consultas médicas, 70 mil exames radiológicos, 9 mil atendimentos odontológicos e outros. (ver tabela).

A produção de serviços nos hospitais da rede contratada (privada e filantrópica), que responde por mais de 93% do total, correspondeu a 833 mil internações.

5.7.4 Projetos e Atividades Especiais:

Projetos e Pesquisas:

— Efeitos Tóxicos do Baiacu — confirmada a toxidade, prevê-se campanha de divulgação dos resultados.

Atividades Especiais:

— Sistema Estadual de Hematologia e Hemoterapia — existem dois hemo-centros no Estado (Maringá, em fase de conclusão; e Londrina, em funcionamento). Em funcionamento também desde julho/90, três núcleos de hemoterapia (Apucarana, Francisco Beltrão e Guarapuava). Estão em operação nove agências transfusionais (Paranaguá, Irati, União da Vitória, Pato Branco, Cascavel, Campo Mourão, Umuarama, Cianorte e Jacarezinho), que atendem 140 hospitais públicos e privados. As demais (Tibagi,

Ponta Grossa, Lapa, Antonina e Castro) só atendem os hospitais da FCM. Agências em conclusão: Cornélio Procópio, Ivaiporã, Telêmaco Borba e Toledo.

- Centro de Atendimento ao Adolescente — O C.A.A. foi criado em 02.09.86 com o objetivo de promover, prevenir e recuperar a saúde do adolescente, assim como, oferecer atendimento psicoterapêutico que possibilitasse a essa clientela condições de usufruir uma vida física, social, psicológica e sexual sadia. De 260 pacientes inscritos no final de 1986, sendo que em novembro de 1990 o número atingiu 8.103. O número de atendimentos realizados em 90 atingiu 19.447.
- Centro Regional de Atendimento Integrado ao Deficiente — O CRAID foi criado em novembro de 1985, em convênio INAMPS/Faculdade Tuiuti, iniciando suas atividades com 200 crianças cadastradas em fevereiro de 1986. Hoje, a clientela do CRAID é composta de 850 crianças portadoras de paralisia cerebral, com idade entre zero a treze anos, vindas da Grande Curitiba, do interior do Estado (50%) e de Santa Catarina. Situado na Capital e vinculado à 2ª Regional de Saúde, o CRAID realizou 33.152 atendimentos de janeiro a outubro de 1990.
- Projeto e Atividades Propostos pela CIS — Mulher e Criança: já estão implantados os Comitês de Morte Materna em 17 Regionais de Saúde, e criados o sistema para controle de incidência de cesárias e um sistema de vigilância epidemiológica e da mortalidade perinatal.
- Projeto de Fitoterapia — o projeto do Paraná, vanguarda no Brasil, que propõe metodologia de trabalho multiprofissional e institucional, foi aprovado e adotado por unanimidade pelos grupos que desenvolvem trabalho similar no serviço público em todo o País. Já realizada a produção — piloto de pomada de confrei, pelo Cemepar.

5.8 JUSTIÇA, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

5.8.1 Ação Social

No tocante à Assistência Social, foram desenvolvidos programas que possibilitaram o atendimento a crianças e adolescentes, através de entidades sociais comunitárias e prefeituras municipais, tendo como ponto de destaque a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente — Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 — nos municípios do Paraná.

O Programa de Atendimento ao Adulto direcionou suas ações para a clientela de asilos, albergues e centros de convivência, através do Projeto Educação Social. Quanto ao Programa de Atendimento ao Deficiente, sua execução se deu através da iniciativa privada, com apoio técnico e financeiro da Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social — SEJA. O Programa de Produção de Alimentos desenvolveu-se no sentido de melhorar a qualidade de vida das populações rurais volantes (bóias-frias) e de favelados dos centros urbanos, no que se refere à complementação alimentar.

Objetivando à melhoria dos padrões de trabalho e de vida da classe trabalhadora, desenvolveu-se o Programa de Apoio Sindical, com a realização de um Encontro de Trabalhadores e de sete cursos de formação sindical,

para a divulgação de experiências e fomento à organização sindical.

As ações da Fundação de Ação Social do Paraná — FASPAR — proporcionam apoio operacional à SEJA e objetivam o atendimento à população social e economicamente carente e marginalizada do Estado. Atuam através de programas e projetos na área de assistência e seguridade social, via entidades sociais comunitárias e municipais, bem como, pelas Unidades Sociais Oficiais (USO's) do Estado.

No decorrer de 1990, apesar das dificuldades financeiras, foram atendidos em suas necessidades básicas e com acompanhamento psicopedagógico, órfãos, menores abandonados, infratores e deficientes, através das unidades sociais oficiais. Todas as solicitações destas unidades, no sentido de garantir a crianças e adolescentes o atendimento através de escolas especiais foram atendidas, bem como os casos emergenciais, que receberam acompanhamento psicoterapêutico.

As unidades oficiais que atuam na triagem desta parcela da população estão sendo reordenadas, a fim de atuarem em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A FASPAR, no que tange à sua atuação via entidades comunitárias e prefeituras municipais, elaborou convênios, repasses de subvenções e firmou acordos, totalizando 62 instituições envolvidas, as quais complementam o atendimento desta parcela da população.

5.8.2 Trabalho

No âmbito do Sistema Nacional de Emprego — SINE/PR, sua intermediação propiciou a colocação, no mercado de trabalho, de 23.000 candidatos.

Na Universidade Popular do Trabalho, merecem destaque como espaço para a formação profissional, organizacional e comunitária dos trabalhadores e a historiografia das organizações populares, os cursos para formação de monitores dos movimentos sindicais e populares.

Para formação de mão-de-obra e sua integração ao mercado de trabalho, foram realizados cursos em 19 municípios paranaenses.

O incentivo e apoio ao desenvolvimento das indústrias informais e outras formas de atividade produtiva possibilitaram a ampliação das oficinas comunitárias já implantadas.

Dentro do Programa de Apoio ao Artesanato Paranaense foi realizado o XII Encontro Estadual de Artesãos, em Ponta Grossa, com ênfase para a questão cultural, a comercialização e a questão da organização dos artesãos.

Há que se ressaltar que a ação de formação profissional tem sido de extrema relevância para o aumento e o aperfeiçoamento da mão-de-obra qualificada no Estado do Paraná.

Nesta perspectiva de ação, também foram reativadas as três Unidades Profissionalizantes de Mão-de-Obra — UPMO's localizadas nos municípios de Maringá, Ponta Grossa e Francisco Beltrão, sendo efetivada a municipalização da primeira, com previsão para 1991 das outras duas mencionadas.

5.8.3 Desenvolvimento Comunitário

No sentido de amparar aqueles que necessitam de proteção e orientação

em questões relacionadas aos direitos do consumidor, foi realizado o I Simpósio Paranaense dos Direitos do Consumidor.

Uma das grandes linhas de ação da SEJA é a promoção do desenvolvimento e da organização comunitária, estabelecendo-se como prioritários o assessoramento e o apoio a associações e prefeituras municipais.

O Fundo de Desenvolvimento Comunitário — FUNDEC atende pequenas comunidades rurais com respaldo financeiro do Banco do Brasil, a juros subsidiados, em ações que visam à melhoria dos padrões de vida e ao aumento da produção e da produtividade. O Estado do Paraná classifica-se em primeiro lugar entre os Estados do Sul e em segundo lugar, nacionalmente em valores deferidos e números de Planos de Desenvolvimento Comunitário Integrado — PDCI realizados.

Foram atendidas em 1990 19 comunidades, com recursos oriundos da Fundação Banco do Brasil da ordem de Cr\$ 170,0 milhões, os quais possibilitaram a aquisição de equipamentos, veículos e construções diversas de interesse da comunidade.

Merece destaque especial a realização do III Encontro Estadual de Associações e Conselhos do FUNDEC, que contou com a participação de 715 membros de Associações e Conselhos do Estado, assim como os 6 Encontros Regionais.

O Projeto Galha Azul, através de uma metodologia participativa, concluiu 139 obras, tais como, centros comunitários, creches, CEMIC's e escolas do trabalho, e adquiriu ônibus, ambulância e equipamentos.

5.8.4. Justiça

Na área da Justiça, em cumprimento aos preceitos estabelecidos na Lei de Execução Penal, foram custodiados 3.450 internos no que diz respeito à segurança e assistência abrangente.

O Programa Pró-Egresso beneficia diretamente uma média mensal de 310 egressos e, indiretamente, 1.800, através de 24 convênios com instituições educacionais e prefeituras municipais.

Objetivando integrar, articular e harmonizar a ação pedagógica presidiária com a política de reeducação e reintegração social, foi criada a Escola Penitenciária.

Na área penitenciária, foi realizado o Curso de Formação de Agentes de Reclusão, visando à preparação profissional dos aprovados no Concurso Público para Ampliação do Quadro de Agentes de Reclusão, em 105 vagas. Quanto ao Programa de Capacitação de Recursos Humanos na Área Penitenciária, foram treinados e reciclados 150 servidores.

Dentro de uma nova ótica, onde as horas de aprendizagem são computadas como tempo para a remissão da pena, foram beneficiados 531 internos através do Programa de Ensino de 1º e 2º Grau para Presos.

O Programa de Melhoria das Instalações Físicas proporcionou melhores condições de segurança, assistência, saúde, produção e trabalho nas unidades.

Merecem destaque o início das obras de ampliação do Hospital Penitenciário no Manicômio Judiciário, no qual está incluído um pavilhão para isolamento de portadores de patologias infectocontagiosas, notadamente a AIDS,

e a conclusão da Creche Cantinho Feliz, na Penitenciária Feminina, ambas com recursos da Caixa Econômica Federal — CEF.

Importante destacar a implantação do Regimento Interno do Departamento Penitenciário, objetivando à regulamentação e normatização das Unidades Penais.

Cabe mencionar a ação do Conselho Estadual de Entorpecentes — CONEN, que intensificou as atividades de capacitação de recursos humanos para atuação em prevenção. Com tal objetivo, desenvolveu cursos em diversos municípios do interior do Paraná e também na Capital, priorizando o setor escolar.

Foi implementado o Setor de Psicologia e Serviço Social, que atende a população carente, principalmente em nível de tratamento.

5.9 SEGURANÇA PÚBLICA

A eficiência do trabalho policial muito depende da disponibilidade de pessoal, do seu padrão intelectual, seu treinamento, assim como dos meios disponíveis.

Especial atenção vem sendo dada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública — SESP ao preenchimento dos quadros e à capacitação profissional. As admissões que foram feitas em 1990, na Polícia Militar, e as nomeações para a Polícia Civil, permitiram colocar em ação mais 1.141 novos policiais no combate à marginalidade.

Os programas de formação, especialização, aperfeiçoamento e reciclagem envolveram 2.085 policiais, na assimilação de mais conhecimentos e no domínio de técnicas e táticas.

Em 1990, a SESP concluiu 17 prédios (delegacias, quartéis e Ciretrans); reparou 102 imóveis; deu andamento à construção de 28 prédios; adquiriu 98 viaturas novas; recebeu 31 viaturas usadas da SEAD; descentralizou a PMPR, mediante a criação do 17º Batalhão da Polícia Militar; propôs a criação do 18º BPM e da Companhia de Polícia Rodoviária em Pato Branco; e deu continuidade ao programa de informatização do DETRAN, mediante a implantação do sistema “on line” em cinco cidades.

Em 1990, foram despendidos Cr\$ 10,4 bilhões, sendo Cr\$ 9,3 bilhões na rubrica “Pessoal”, Cr\$ 788 milhões em “Outras Despesas Correntes” e Cr\$ 332 milhões em “Investimentos”.

5.10 HABITAÇÃO

No setor habitacional, o exercício de 1990 foi um ano atípico, devido à inexistência de recursos dos agentes que compõem o Sistema Financeiro da Habitação — SFH, destinados a investimentos na produção de unidades habitacionais, em virtude da situação que o País vem passando.

Mesmo assim, a COHAPAR — Companhia de Habitação do Paraná conseguiu atingir a marca de 22.467 habitações e 2.647 lotes urbanizados, cuja produção veio trazer benefícios a 125 mil paranaenses.

Além dessa marca, conseguiu colocar na Caixa Econômica Federal —

CEF 75 projetos, sendo que 33 já aprovados e 42 em fase de aprovação, representando um total de 4.244 habitações — cujo montante corresponde a um investimento de 1.379.300 VRF's — que irão beneficiar mais de 21 mil paranaenses, com vistas a atenuar os efeitos de uma demanda reprimida no setor habitacional.

Paralelamente à construção de habitações, a COHAPAR desenvolveu a atividade de Agente Assessor junto às empresas construtoras que atuam na faixa de produção de habitação popular, diretamente com a Caixa Econômica Federal — CEF, cujo assessoramento corresponderá à produção de 785 habitações em 6 municípios de nosso Estado.

5.11 CULTURA

Compreendendo as novas linhas políticas e institucionais propostas pela Constituição do Paraná, a Secretaria de Estado da Cultura vem desenvolvendo as suas atividades em três níveis bem caracterizados: 1º) conservação, reparação, restauração, criação e ampliação de espaços físicos (museus, teatros, bibliotecas, cinemas, etc.), a fim de estimular e assegurar a ação cultural em suas mais variadas frentes, como as Artes Plásticas, as Artes Cênicas, a Música, a Literatura, o Cinema, o Rádio, a Televisão e o Meio Ambiente. Esta modalidade de iniciativas caracteriza o apoio indispensável por parte do Estado às expressões culturais; 2º) promoção de eventos nas diversas áreas e apoios à iniciativa privada; 3º) proposta de um quadro específico para os servidores da Secretaria.

Estes são os principais alinhamentos da Secretaria de Estado da Cultura, enriquecida não somente com o imenso repertório de atividades como também pelo seu reconhecimento como instituição autônoma no quadro geral da administração pública.

Finalmente, a Secretaria da Cultura mantém vínculos estreitos com a classe empresarial, visando à obtenção de recursos para projetos de interesse comum. Este é um dos caminhos fundamentais para suprir carências antigas e possibilitar melhores perspectivas à criação e fruição de bens e valores culturais.

5.12 ESPORTE E TURISMO

Na área do Turismo, o Governo desenvolveu atividades que atendessem às demandas do setor de maneira eficiente e a um custo econômico desejável. Para isso, apresentou como produto final, um rol de atividades tanto no que respeita a medidas e ações no campo institucional, pesquisa e apoio a municípios, como a ações sobre infra-estrutura e equipamentos. Pretendeu, dessa forma, ampliar a integração do setor com a comunidade e a iniciativa privada, sob a mira da modernidade, fortalecendo ainda mais a atividade turística no Estado.

Na área do Esporte, a Fundação de Esporte e Turismo estabeleceu algumas metas fundamentais para a concretização da Política Estadual de Esportes.

5.12.1 Turismo

No campo institucional, buscou-se dar a conhecer ao grande público paranaense e de outros Estados, as riquezas de que dispõe o nosso Estado. Cabe destacar o programa “O Meu Paraná que Você Precisa Conhecer”, que levou ao ar durante 12 meses preciosidades ainda desconhecidas de muitos.

O Estudo da Demanda Turística também forneceu, de maneira criteriosa e fiel, o delineamento do perfil do turista que se dirige aos dois principais pólos, receptivos por excelência — Curitiba e Foz do Iguaçu —, analisando-o não apenas quantitativamente mas também em sua origem e características psico-sócio-econômicas, contribuindo decisivamente para embasar decisões e planejamentos.

No apoio aos municípios, procurou-se contemplar não só aqueles que dispunham de grande potencial instalado mas, também os municípios que desejaram propiciar à sua população momentos de lazer e entretenimento. Nesta caso, foi marcante a atuação da Fundação, através de um efetivo apoio técnico aos projetos que possibilitaram às municipalidades, oferecer aos seus cidadãos espaços de diversão e lazer. Tratam-se de propostas realistas, calcadas na infra-estrutura existente, na valorização dos atrativos naturais e no respeito à vocação regional.

Na área de operações, a Fundação empenhou-se em projetar ainda mais o nome do Paraná no cenário nacional. Transpondo fronteiras, mostrou ao Brasil e no Exterior as riquezas, tradições, culturas, enfim, todo o leque de atrativos de que o Estado dispõe, consolidando de maneira definitiva a importância da atividade turística.

Também merecem registro a magnitude e o alcance do projeto “Paraná um Bom Negócio”, que tem mostrado a várias capitais brasileiras e ao Exterior, em parceria com a iniciativa privada, todas as potencialidades do Paraná.

No âmbito da classificação da infra-estrutura, equipamentos e serviços, seguiu-se, basicamente, a orientação dada pela Empresa Brasileira de Turismo — EMBRATUR: fiscalizar estabelecimentos do gênero para que estejam sempre adequados e condizentes, definindo e avaliando padrões de conforto, higiene, segurança e atendimento com vistas à melhoria da qualidade do produto turístico.

Na expansão dos investimentos públicos para incrementação de obras no setor turístico, três iniciativas têm importância ímpar e mostram com precisão a vontade e o interesse dispensados pelo Governo ao turismo estadual.

O CENTRO DE CONVENÇÕES DE CURITIBA — está sendo instalado no prédio onde funciona o Cine Vitória. Com capacidade para 1.500 pessoas, vem incrementar a infra-estrutura do Estado, na área do turismo, aumentando a taxa de ocupação dos 67 hotéis classificados na Capital. As responsabilidades quanto à obra estão assim divididas: 56% para o Governo do Estado; 40% ao FUNGETUR/EMBRATUR e 4% à iniciativa privada. O prédio sediará toda a parte de apoio aos eventos com parlatórios, agências de viagem, e outros serviços. Nesta obra, foram investidos, em 1990, Cr\$ 53,5 milhões.

O CENTRO DE CONVENÇÕES INTERNACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU terá o objetivo promordial de aliar as atrações das Cataratas e

compras no Paraguai e Argentina com o turismo de eventos, triplicando o fluxo de turistas. O empreendimento prevê a participação de 39,86% por parte do Estado. Em 1990, os investimentos somaram Cr\$ 61,5 milhões.

CENTRO DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA E CULTURAL DE CAIOBÁ

Foi assinado, em fevereiro de 1990, um Convênio de Cooperação Técnico-Financeira entre a EMBRATUR/FUNGETUR, Fundação de Esporte e Turismo, Prefeitura Municipal de Matinhos e iniciativa privada, com o objetivo de construir o Centro de Animação Turística e Cultural de Caiobá, cujos investimentos deverão ter início em 1991.

5.12.2 Esporte

Na área do Esporte de Rendimento:

O PROJETO PÓLOS ESPORTIVOS, estruturado através de convênio do Estado com 65 municípios, em nível de Especialização Esportiva, promoveu eventos, cujas despesas totalizaram Cr\$ 10,2 milhões*. O Estado, além da supervisão técnica aos municípios, possibilitou capacitação profissional, através de cursos.

O PROJETO JOGOS DA JUVENTUDE, criado pela FESTUR em 87, constitui-se hoje no evento esportivo de maior interesse no Paraná, ao qual foram destinados Cr\$ 15,6 milhões.

OS JOGOS ABERTOS DO PARANÁ, em sua 33ª edição, representam um dos eventos mais tradicionais do Estado. Divididos em 13 fases regionais, envolveram, nesta fase, 157 municípios. Seu custo totalizou Cr\$ 10,4 milhões.

O PROJETO PARANÁ OLÍMPICO foi criado com o objetivo de apoiar os atletas paranaenses e evitar sua evasão para outros Estados. Conta com o apoio financeiro do BANESTADO, o que possibilitou dar atendimento a 47 atletas/técnicos, em 11 modalidades.

No PROJETO CENTRO DE EXCELÊNCIA, os investimentos no Ginásio Almir de Almeida (Tarumã), possibilitaram a realização de 18 cursos de capacitação profissional e clínicas de esporte, com técnicos e atletas de nível internacional; treinamentos de atletas e de seleções estaduais e nacional; jogos amistosos e campeonato de nível mundial.

No ESPORTE POPULAR, destacaram-se os seguintes projetos:

INTEGRAÇÃO, criado com o objetivo de estimular a prática de esporte, iniciação esportiva, recreação e lazer aos deficientes físicos da 3ª idade. Foram feitos repasses de material esportivo em duas modalidades diferentes, o que possibilitou atender a 30.000 pessoas. Custo: Cr\$ 14,6 milhões.

PROJETO DIAGNÓSTICO DA APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA À SAÚDE DO PARANAENSE, criado com o objetivo de avaliar o nível de Aptidão Física Relacionada à Saúde do Paranaense. Foram pesquisados, em 90, 48 municípios, envolvendo 12.214 pessoas. O investimento foi de Cr\$ 4,2 milhões, além da manutenção da unidade móvel, dos aparelhos de eletrocardiograma, computador, bicicleta ergométrica e outros equipamentos.

* Todos os valores em cruzeiros a preços de dez/90

PROJETO VIVA MAIS O VERÃO, realizado no mês de janeiro, no litoral paranaense, com o objetivo de recreação e lazer orientados, contemplou 396.704 turistas em cinco postos de recreação, nos balneários paranaenses. Nele foram investidos Cr\$ 4,6 milhões.

PROJETO FESTIVAL DE PRAIAS NO INTERIOR, desenvolvido nas praias artificiais, nos municípios de Santa Terezinha de Itaipu, S. Miguel do Iguaçu e Santa Helena, propiciou que 37.000 turistas fossem atendidos nas áreas de recreação e lazer.

PROJETO APOIO AOS MUNICÍPIOS atendeu 170 municípios com premiação e material esportivo para que as comunidades pudessem desenvolver atividades esportivas. Custo: Cr\$ 9,9 milhões.

Na área do **ESPORTE ESCOLAR** foram desenvolvidos os seguintes projetos:

PROJETO JOGOS ESCOLARES (fase final), realizado em 4 municípios, envolveu 3.549 alunos/atletas, 133 municípios e 250 escolas. O Estado custeou 39.641 refeições. As despesas totais foram de Cr\$ 9,7 milhões.

PROJETO JOGOS ESCOLARES BRASILEIROS, onde o Paraná se fez representar com uma delegação de 114 atletas, ao custo de Cr\$ 3,1 milhões.

5.12.3 Projetos Especiais

No **PROJETO CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**, foram realizados cursos de capacitação de recursos humanos na área de Treinamento Desportivo, Técnica Desportiva, Esporte Popular, Clínicas de Esporte e Arbitragem, nas 13 regiões esportivas.

O **PROJETO FRUTOS DA TERRA** foi criado com o objetivo de apoiar o jovem talento esportivo do Paraná. Custo: Cr\$ 12,7 milhões.

TRANSFERÊNCIA A MUNICÍPIOS (recursos da Lei Complementar 50/90 e Dec. 6499/90). O Governo iniciou em 1990, através da FESTUR, o repasse de recursos provenientes do SERLOPAR, como auxílio na construção ou reparos de obras, ou para custeio de atividades, atendendo 97 municípios, num total de Cr\$ 84,7 milhões. Com recursos da mesma origem, o Governo auxiliou, também, 11 entidades de cunho esportivo, com subvenção social no valor de Cr\$ 4,4 milhões.

5.13 ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA E FINANÇAS

A execução orçamentária e financeira, no exercício de 1990, foi desenvolvida de forma equilibrada e apresentou superávit financeiro de Cr\$ 6,2 bilhões, isto em função de a programação financeira ter sido administrada através de prioridades — principalmente pessoal, serviço da dívida e custeio administrativo e de acordo com o potencial e a capacidade de arrecadação do Estado⁽¹⁾. Tal resultado demonstra que em 90 o fluxo de arrecadação foi compatível com as despesas presentes e futuras assumidas pelo governo.

No exercício de 1989 houve déficit financeiro de Cr\$ 1,5 bilhão que, corrigido, representaria hoje aproximadamente Cr\$ 23,5 bilhões⁽²⁾.

(1) Todos os valores constantes deste capítulo são preliminares (sujeitos a correção).

(2) Para a análise da variação real, foi utilizado o IGP-FGV.

A arrecadação do ICMS, principal componente da receita — 67,9% — atingiu o montante de Cr\$ 98,9 bilhões, com acréscimo real de 3,5% em relação a 1989. A arrecadação total em 1990 foi de Cr\$ 149,5 bilhões em valores nominais e de Cr\$ 17,8 bilhões a preços constantes; em 1989, Cr\$ 15,1 milhões, com acréscimo real de 17,9% em relação ao ano anterior, a preços de dezembro de 1989.

As transferências federais, que este ano corresponderam a 11,1% da receita total, tiveram acréscimo de 39% comparando-se com o ano anterior, principalmente em função do crescimento do Fundo de Participação dos Estados e também do Fundo de Exportação, que não existia em 1989, cujos recursos começaram a ingressar a partir de fevereiro de 1990.

No serviço da dívida — amortização e encargos — foram despendidos Cr\$ 22,4 bilhões e houve um ingresso de Cr\$ 14,1 bilhões referentes a contratos firmados em anos anteriores, excluídas as antecipações da receita. Isto evidencia mais ainda o bom desempenho da execução das finanças públicas do Estado, que não firmou novos contratos para empréstimos internos e externos, mas financiou os seus gastos com recursos diretamente arrecadados e reduziu o estoque da dívida pública.

A despesa com pessoal atingiu Cr\$ 84,4 bilhões, valor correspondente a 85,3% do ICMS e 57,9% da receita total. A agregação da despesa com pessoal e o serviço da dívida correspondem a 108,0% do ICMS e 73,3% da receita total, observando-se, assim, o grau de dificuldade para administrar o que podemos denominar de resíduo, para a manutenção do custeio e investimentos públicos.

Em síntese, a execução equilibrada das finanças públicas no ano de 1990 deveu-se principalmente a uma política financeira realista, com os gastos sendo efetuados através de prioridades e que resultou no superávit mencionado. A título de ilustração, devemos ressaltar que o Estado do Paraná, com o pagamento do 13º salário ao funcionalismo público, constituiu-se em exceção entre os outros Estados brasileiros, que não tiveram condições de pagar o 13º ou o fizeram de forma parcelada.

Foi concluído, e será implantado em 1991, o Projeto Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro-SIAF, que irá substituir o Sistema de Contabilidade e Orçamento-COR, com a finalidade de registrar o orçamento, apoiar a programação financeira, dívida pública e os atos contábeis da administração centralizada e descentralizada.

Será criada a conta única para o pagamento dos credores, cujo principal objetivo é eliminar a permanência de recursos financeiros ociosos, como ocorre atualmente nas contas individuais de cada órgão. Além disso, os dados da situação orçamentária e financeira estarão disponíveis a qualquer momento e de forma confiável e imediata em um único banco de dados, sem a necessidade de vários controles paralelos do sistema antigo.

No intuito de evitar a sonegação de impostos, a Coordenação da Receita do Estado intensificou a fiscalização em setores específicos de contribuintes, como o de frigoríficos e cereais, principalmente o café. Para a atividade de frigoríficos, foi desenvolvido um projeto pela Inspeção Geral de Fiscalização, abrangendo todo o Estado, e que resultou em recolhimento de ICMS no valor de 46,1 milhões de BTN's, com crescimento real de 1390%, comparativamente aos 3,1 milhões de BTN's recolhidos em 1989.

Em sua área, o Banco do Estado do Paraná tem posição consolidada entre os principais grupos financeiros do País, tendo alcançado a 21ª colocação entre os 40 maiores grupos de empresas estatais do Brasil. A par da expansão da rede, o Banco buscou estar em dia com o processo de modernização, colocando em operação a sua rede de transmissão via satélite, sendo a primeira estatal e a terceira instituição do sistema financeiro a utilizar tal processo. O trabalho de automação atingiu a 150ª agência interligada, de um total de 378. No exercício de 1990, o Banco assegurou a 2ª posição entre os bancos comerciais estaduais. Tudo isso foi assegurado por um lucro líquido aproximado de Cr\$ 4,0 bilhões no exercício.

O bom desempenho nos últimos anos, com rentabilidade na faixa de 20%, leva o Banestado a buscar um patamar mais elevado para os seus negócios, atento à integração dos mercados internacionais, prevendo a abertura de escritórios e departamentos em países do Cone Sul e da Europa.

O Instituto de Pesos e Medidas do Paraná-IPEM, na execução dos trabalhos de execução metrológica, priorizou a ação de fiscalização dos produtos pré-acondicionados de consumo básico da população e realizou cerca de 850 mil exames, dos quais 650 mil de mercadorias acondicionadas previamente.

A Junta Comercial do Paraná — JCJ, que tem como objetivo registrar e dar existência legal aos atos orgânicos das empresas — registrou a constituição de 34,5 mil novas empresas, 36,6 mil alterações e 1,7 mil extinções. Como parte do programa de interiorização do registro do comércio, a Junta dispõe de 43 escritórios devidamente instalados e que funcionam em regime de convênio com associações comerciais, industriais e prefeituras municipais.

O Serviço de Loteria do Estado-SERLOPAR explora três modalidades de jogos: bilhetes lotéricos, concursos de prognósticos e loteria instantânea. Esta última foi instituída no mês de abril, com três planos de jogos lançados; triplo sete, caça ao tesouro e trevo da sorte. O resultado financeiro da exploração lotérica, deduzidas as despesas operacionais, é aplicado em programas

sociais, esportivos e culturais, através de diversos órgãos do Estado. Em 1990, a aplicação atingiu aproximadamente Cr\$ 170,0 milhões.

5.14. ADMINISTRAÇÃO GERAL

As principais realizações desta Pasta, na administração iniciada em abril de 1990, muito contribuíram para uma melhor agilização do sistema administrativo, o que vem permitindo ao Governo do Estado do Paraná o pleno controle de suas ações, mesmo diante da falta de recursos financeiros.

A Assessoria Técnica do Departamento de Recursos Humanos elaborou, desenvolveu e implantou um Sistema para Acompanhamento das Despesas de Custeio dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, produzindo relatórios mensais onde constam comparativos de folha de pagamento, análises do redutor de salários, aplicações de percentuais de reajustes de servidores e outros referentes à folha de pagamento.

Como proposta para a próxima administração sugerimos a descentralização dos dados e séries históricas de cada órgão, que poderão ser acessados através de terminais de computador.

A Divisão de Cadastro de Recursos Humanos — DCRH delegou aos Grupos de Recursos Humanos Setoriais — GRHS e aos Grupos Auxiliares de Recursos Humanos — GARHs, a manutenção da folha de pagamento, do RHC, bem como a emissão de certidões financeiras, permitindo, desta forma, a agilização dos Grupos e facilitando a obtenção de dados funcionais e financeiros dos funcionários.

A Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional — DIMS foi totalmente informatizada, o que possibilitou o controle efetivo e rigoroso do trabalho pericial, propiciando um decréscimo de 26% no número de licenças concedidas neste ano em relação ao anterior, totalizando uma economia ao Estado, em termos pecuniários, da ordem de aproximadamente Cr\$ 20,9 milhões.

Como parte da 3ª etapa da Reforma Administrativa, a Divisão de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos — DTRH absorveu as atividades do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento do IPARDES. Foram realizados durante o ano de 1990 23 cursos internos, totalizando 355 funcionários treinados, além de um total de 118 servidores que participaram de 43 cursos externos.

Procurando sempre a agilização em seus procedimentos, a Secretaria de Estado da Administração SEAD, mediante a Divisão de Recrutamento e Seleção de Recursos Humanos — DSRH, absorveu as atividades relativas ao Programa de Orçamento Discriminado de Recursos Humanos, o que permitiu maior segurança no controle numérico dos sistemas em processamento eletrônico de dados. Entre as inúmeras medidas adotadas nessa Divisão, vale salientar a reconstituição dos quantitativos dos cargos/empregos criados nos diversos quadros de pessoal do Poder Executivo, e também a recuperação do histórico legislativo de cada quadro.

Ainda no que se refere às principais realizações na área de Recursos Humanos, pode ser citada a elaboração de Anteprojetos de Lei, visando melhores condições de trabalho aos servidores, melhorias estas que vão desde a alteração da jornada de trabalho até a Gratificação de Responsabilidade

Técnica de 40% a todos os servidores de nível superior do Quadro Geral.

No âmbito do Sistema de Administração-Geral vale ressaltar as seguintes realizações: criação do Cadastro de Bens Patrimoniais, implantação da microfilmagem do Arquivo Geral do Estado, reformulação do Cadastro de Licitantes, implantação do Sistema de Controle de Despesa de Custeio e ainda a fusão da Coordenadoria de Racionalização Administrativa — CRA com a Coordenadoria de Administração de Serviços — CAS.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO — DIOE

O DIOE encerrou o balanço de 1991 com superávit financeiro. Neste período, o DIOE entre outras medidas, realizou a recuperação de equipamentos, implantou através de microcomputadores, os Sistemas de Contabilidade, Faturamento, Caixa Estoque, e ainda ampliou em 3 municípios o Serviço de interiorização da Imprensa mediante convênio firmado com a Junta Comercial do Paraná.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSPORTE OFICIAL — DETO

Responsável pela administração, aquisição, alienação de veículos de propriedade do Estado, o DETO realizou um leilão de 146 veículos oriundos da reforma administrativa, arrecadando em junho de 1990 a quantia de Cr\$ 17,5 milhões. O Órgão remanejou ainda um total de 101 veículos para atendimento de áreas consideradas prioritárias no setor público.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUÇÃO, DE OBRAS E MANUTENÇÃO — DECOM

O DECOM realizou o recadastramento do patrimônio do Estado, avaliado em 5.000 construções, proporcionando uma média mensal de geração de 6.600 empregos diretos e cerca de 9.900 indiretos para a execução de construções, ampliações, melhorias e reparos em prédios públicos. Foi realizada ainda a contratação de obras a preços inferiores em aproximadamente 10%, aos praticados no mercado, além da não-utilização em seus contratos, de indexadores e/ou fatores de reajustes.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO — DEAP

O DEAP, com a recuperação dos equipamentos danificados pelo incêndio, possibilitou que a Secretaria da Administração iniciasse a microfilmagem dos seus documentos, e realizou, ainda, a elaboração dos Projetos de Implantação de Arquivos Municipais e Processo Constituinte Paranaense, possibilitando um intercâmbio positivo com as municipalidades.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS — DEAM

O DEAM, órgão responsável pela aquisição e distribuição dos materiais necessários ao funcionamento dos órgãos do Estado, modificou o sistema de modalidade “batch” para a modalidade “on-line”, permitindo a redução do prazo de processamento de 24 horas para aproximadamente 3 horas, com eliminação de custos dos serviços de digitação realizados pela CELEPAR. No que diz respeito às licitações, vêm sendo adotadas com maior frequência tomadas de preços, visando maior abertura às empresas na participação dos referidos processos.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO — IPE

O IPE suspendeu os serviços credenciados de assistência médica e ao mesmo tempo implantou um novo modelo de atendimento compatível com os seus recursos financeiros, conseguindo, assim, equilíbrio entre a sua receita e despesa bem como a liquidação de débito com os serviços médicos credenciados. Relizou ainda a revisão de 70% das pensões, possibilitando o pagamento de atrasados, a atualização de valores e o desenvolvimento de uma rotina automatizada.

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ — CELEPAR

A CELEPAR, com a modernização e ampliação de seu parque de equipamentos de grande porte aliadas à atualização de equipamentos de microinformática, obteve maior qualidade e produtividade no desenvolvimento de suas atividades.

5.15 COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO

5.15.1 Planejamento

Além da manutenção das atividades normais, procurou-se agilizar a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral — SEPL e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES — Fundação Edison Vieira nas tarefas de assessoramento ao Governador do Estado e, também, habilitar o Sistema de Planejamento, com flexibilidade, às novas atividades e às sistemáticas impostas pela Constituição Estadual.

Como resultados mais significativos, convém realçar as adaptações visando à consolidação da 3ª Fase de Reforma Administrativa voltada à valorização do papel da Administração Direta, que apresentassem resultados a curto prazo e, ao mesmo tempo, garantissem a eficácia da ação governamental a médio e longo prazo.

Nesse contexto, a mudança do IPARDES para o Centro Cívico, além de trazer adequação de funções e redução de dispêndio, em estreita articulação com a SEPL, veio proporcionar uma melhor aderência dos trabalhos às diretrizes governamentais.

Por outro lado, ressalta-se a continuidade nas negociações do projeto FERROESTE, bem como o desenvolvimento de estudos, em conjunto com a Secretaria de Estado da Fazenda, sobre capacidade de contrapartida e endividamento do Estado, visando subsidiar as negociações junto ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Ênfase especial merece a edição da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que se constituiu num documento inédito no processo orçamentário a partir de 1991, assim como a nova metodologia para elaboração do orçamento com a concepção de sete contas, elaborado integralmente via terminal de teleprocessamento, vindo a reduzir significativamente o fluxo de papéis.

Na integração interestadual, cabe ressaltar a participação da SEPL no Grupo de Trabalho constituído pelo Convênio de Cooperação entre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objetivando a ação articulada para as questões de interesse da Região Sul.

Merece destaque a coordenação da elaboração do Programa de Saneamento Ambiental para a Região Metropolitana de Curitiba, o qual prevê a aplicação de US\$ 260 milhões através de financiamento do Banco Mundial — BIRD.

Na continuidade, deve-se salientar o acompanhamento da revisão do Orçamento da União/90 com referência aos recursos de interesse do Paraná e a coordenação da apresentação de 100 emendas ao Orçamento da União/1991 para o nosso Estado.

No tocante às atividades de pesquisa no âmbito do IPARDES, além da manutenção dos estudos e pesquisas já tradicionalmente apresentados, iniciaram-se três Diagnósticos: da Base Econômica e Produtiva do Estado, da Situação Social e do Desempenho Fiscal e Financeiro do Estado do Paraná na Década de 80.

O principal objetivo do Centro Estadual de Estatística foi a manutenção e desenvolvimento, em termos de otimização, da Base de Dados do Estado

— BDE, que conta atualmente com 8.063.255 informações, tendo sido atualizadas, de janeiro a novembro de 1990, cerca de 865.000 informações com incremento anual da ordem de 11%.

Norteadas pelo princípio da democratização da informação, o BDE procurou pôr à disposição da comunidade e planejadores a base de dados administrativos, físico e sócio-econômicos do Estado do Paraná e seus municípios, assim como dos seus principais indicadores e do País.

Atendendo à 3ª Fase da Reforma Administrativa, os relatórios do Conselho de Informática do Paraná e do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento estão incorporados ao da Secretaria de Estado da Administração.

5.15.2 Assessoramento

O campo de atuação da Casa Civil envolve atribuições, tarefas e responsabilidades diretas advindas da sua condição de órgão do primeiro nível da administração do Poder Executivo do Estado, típicas de um organismo de assessoramento logístico, político, jurídico e administrativo direto ao Chefe do Poder Executivo, e tarefas de apoio a unidades e órgãos desprovidos ou providos apenas parcialmente de estrutura de apoio. Tais órgãos abrangem desde o Gabinete do Governador, Assessor Especial do Governo, Gabinete do Vice-Governador, Casa Militar, até os Secretários Especiais de Esporte e Turismo (e sua vinculada,) da Política Habitacional (e sua vinculada) e da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (e suas dezessete vinculadas).

As atividades do Gabinete do Chefe da Casa Civil e de direção e assessoramento superior compreendem as tarefas realizadas diretamente e aquelas realizadas através de órgãos como o Conselho Estadual da Condição Feminina, o Conselho Estadual da Juventude e os Escritórios de Representação do Estado (Brasília e Rio de Janeiro).

Além de uma gama de serviços administrativos, cabem ser destacadas as atividades de assessoramento político do Poder Executivo e as de apoio técnico e jurídico ao Governador do Estado, assim como a implantação e manutenção de sistemas de informações, via processamento de dados.

Tarefas e atividades específicas, no âmbito da Casa Civil, foram realizadas por intermédio da Diretoria-Geral e das Subchefias de Assuntos Técnicos (SAT), de Assuntos Especiais (SAE) e do Cerimonial (SCE).

Com respeito à Casa Militar, destacam-se as atividades realizadas por intermédio das Divisões de Operações e Segurança e de Transporte.

5.15.3 Comunicação Social

A Secretaria de Estado da Comunicação Social-SECS, cumprindo sua finalidade básica, que é a sistemática divulgação do Estado do Paraná, quer como unidade federativa, quer como pólo de turismo e de cultura dos mais importantes da Região Sul, realizou as seguintes ações durante o exercício de 1990:

Assessoramento ao Governador, no seu relacionamento com a imprensa local, nacional e internacional.

Intercâmbio de informações com a coletividade e divulgação das principais ações de governo desenvolvidas durante o exercício, mantendo a população informada sobre seus direitos e deveres

Custeio e veiculação de campanhas e matérias de esclarecimento, de caráter educativo

Controle e supervisão dos serviços de comunicação social realizados pelos Órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado, conforme determina a Lei que criou a SECS.

Pesquisas de opinião pública em todas as Regiões Administrativas — RA, com o objetivo de manter o Poder Executivo informado sobre a receptividade da população a respeito das atividades governamentais executadas durante o ano.

Controle da programação e divulgação das atividades de governo, através da redação de notícias para jornais, rádios, televisões, — de reportagens e documentários em textos, fotos, audiovisuais, fax e videoteipes.

Produção e coordenação do Programa “Bom Dia, Governador”, através do setor de Radiodifusão, programa este que serve para dar respostas a cartas e indagações sobre os mais variados temas de interesse da coletividade.

5.15.4 Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado é o órgão de execução da advocacia do Estado, diretamente vinculada ao Governador e integrante do seu Gabinete, nos termos do que dispõe o artigo 123, da Constituição do Estado do Paraná.

Desempenha uma função institucionalizada e organizada pela Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, alterada pela Lei Complementar, nº 40, de 08 de dezembro de 1987, através do Gabinete e outros setores — Coordenadoria de Recursos e Ações Rescisórias, Procuradoria Fiscal, Procuradoria do Patrimônio, Procuradoria Administrativa, Procuradoria Trabalhista, Procuradoria de Assuntos Especiais, Coordenadoria do Interior, Consultoria Jurídica aos Municípios e Defensoria Pública.

6. PRINCIPAIS PROGRAMAS E METAS PARA 1991

6.1 DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

No âmbito da AÇÃO MUNICIPALISTA, destaca-se o Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano-PEDU, com duas linhas básicas:

a) Desenvolvimento institucional, através de assistência técnica aos municípios e treinamento em planejamento urbano.

Serão 250 municípios a receber atendimento, com aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 242 milhões.

b) Empréstimos aos municípios, através do F.D.U. — Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, para obras de infra-estrutura nas áreas de pavimentação urbana, iluminação pública, creches, postos de saúde, ampliação de escolas, postos de corpo de bombeiros, matadouros, mercados, terminais rodoviários, sistema de água e esgoto, drenagem para o controle de erosão urbana, sistema de tratamento do lixo tóxico e hospitalar e aterros sanitários.

Com recursos no valor de aproximadamente Cr\$ 2,3 bilhões, aplicados através do projeto Cura Litoral, pretende-se dotar a região litorânea de infra-estrutura adequada ao desenvolvimento regional, mediante realização de obras de pavimentação, drenagem e iluminação pública, com aplicação de recursos equivalentes a Cr\$ 50 milhões.

Ainda no litoral, através da Operação Verão, terá continuidade o apoio dado às Prefeituras, para oferecer boas condições de permanência aos veranistas, em época de temporada.

No que diz respeito ao MEIO AMBIENTE, são os seguintes os programas para 1991:

a) Gerenciamento das ações de meio ambiente, através da implantação de consórcios intermunicipais, programas de levantamento de resíduos sólidos, plano diretor do litoral e cursos de treinamento. Recursos da ordem de Cr\$ 87 milhões.

b) Projeto Floresta Atlântica.

Destinação de recursos do Governo Federal para ações articuladas e complementares, capazes de contribuir para a preservação e conservação da Floresta Atlântica e ecossistemas associados, no valor de Cr\$ 45 milhões.

c) Fiscalização e controle preventivo e corretivo da poluição hídrica, sonora e do ar por agrotóxicos e resíduos sólidos.

Orientação e fixação de parâmetros para implementação e operação de sistemas de tratamento de efluentes e resíduos.

— Monitoramento da qualidade das águas costeiras e de rios, e proteção à fauna e flora existentes. Cr\$ 142 milhões.

d) Pesquisas em adaptação de tecnologias ambientais: tratamento de efluentes industriais, agrotóxicos, insetos vetores e limnologia. Cr\$ 53 milhões.

e) Operação da rede de estações hidrosedimentométricas e climato-

lógicas, visando quantificar e qualificar permanentemente os recursos hídricos do estado. Cr\$ 138,4 milhões.

Em SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL, destacam-se os programas:

a) Ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água em 81 municípios.

b) Abastecimento de água em 185 comunidades de pequeno porte e captação subterrânea em mais de 11 cidades.

c) Através do PEDU, implantação de sistemas de abastecimento de água em 25 municípios.

Montante de recursos para os itens a), b), e c) — Cr\$ 7,5 bilhões.

d) Implantação de rede de esgoto sanitário em 17 localidades.

e) Melhoria e ampliação de sistemas de esgoto sanitário em 63 cidades.

Montante de recursos para os itens d) e e) — Cr\$ 2,3 bilhões.

f) Programa Estadual de Saneamento Rural;

— perfuração de 120 micropoços para pequenas comunidades rurais, abastecimento de água através de sistemas simplificados. Recursos de Cr\$ 43 milhões.

— realização de obras simplificadas de abastecimento de água e melhorias sanitárias em 300 comunidades.

g) Obras de combate à erosão em 162 municípios. Cr\$ 408,0 milhões.

h) Obras de saneamento ambiental em 63 cidades ribeirinhas.

i) Programa de prevenção de enchentes nas bacias mais suscetíveis ao fenômeno.

Montante de recursos para os itens h) e i) — Cr\$ 300 milhões.

Para a REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, os principais programas são:

a) Programa de Investimentos para a Região Metropolitana de Curitiba-PIRMC, com recursos de Cr\$ 70 milhões.

— 65km de vias urbanas pavimentadas;

— ampliação e construção de 14.00m² de escolas e creches;

— construção de 2.000m² de unidades de corpo de bombeiros.

b) Programa de investimentos em transportes urbanos — EBTU/BIRD, com implantação de 4km de vias urbanas e 14km do anel interno de contorno norte. Cr\$ 80 milhões;

— preservação dos mananciais do Alto Iguaçu, recuperação da vegetação de mata ciliar, implantação de obras de regularização de vazão, consolidação de áreas verdes e execução do projeto de recuperação do Rio Belém. Cr\$ 58,5 milhões;

— execução de saneamento ambiental em 7 municípios da RMC. Cr\$ 694,9 milhões.

6.2 AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

6.2.1 Administração Direta

A proposta para 1991 está substanciada pela estratégia empregada nestes três anos e meio de trabalho.

Para o Paraná Rural, estão previstos cerca de 2,5 bilhões de cruzeiros destinados à ampliação das atividades técnicas de Conservação de Solos e de infra-estrutura, visando ao apoio a pequenos produtores.

Na área de Produção Animal, quase 300 milhões de cruzeiros estão destinados ao atendimento de diversos programas do setor.

Para o exercício de 1991, prevê-se dar atendimento, também, a mais de 15.000 produtores da área de Abastecimento Alimentar, visando a novas alternativas de geração de renda e melhoria na qualidade de vida de pequenas famílias ruralistas.

Com relação ao aspecto florestal, prevê-se a implantação de mais de 20.000 hectares de novas florestas e a criação de três Parques, com ênfase para a floresta de Araucária Angustifolia, o pinheiro do Paraná.

O Governo atuará, ainda no apoio direto aos Assentamentos Rurais, Irrigação e Drenagem, com ênfase à Plasticultura, Irrigação para Olerícolas e Drenagens de Várzeas, bem como, na área de Fiscalização, Acompanhamento de Estudos Estratégicos para o Setor.

Com o início do novo período de governo, a partir de março de 1991, prevê-se novos incentivos, principalmente na área de agroindustrialização, créditos especiais e apoio a pequenos produtores.

6.2.2 Administração Indireta

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ

CENTRAIS ATACADISTAS

— Comercialização de 660.000 toneladas de produtos, através das unidades efetivamente operacionalizadas pela CEASA/PR.

COMPRAS COMUNITÁRIAS E MERCADÃO POPULAR

— Em projetos sociais, a previsão é de dar atendimento a 40.000 famílias, nos 26 municípios onde já vêm sendo desenvolvidos os projetos de Compras Comunitárias e Mercado Popular, repassando às mesmas 11.000 toneladas de produtos básicos, com margem de economia de 10% em relação aos preços de varejo.

COMPANHIA AGROPECUÁRIA DE FOMENTO ECONÔMICO DO PR

A CAFE DO PARANÁ desenvolverá o melhoramento genético da bovinocultura de leite, através de inseminação artificial; o aumento da produtividade e da produção dos plantéis de aves e suínos, através do repasse de matrizes e reprodutores; a melhoria genética de equinos destinados à tração animal para pequenos produtores; a melhoria genética dos rebanhos, através da importação e repasse de animais de raças puras; o repasse de sêmen e transferência de embriões.

Produzirá e distribuirá alevinos para povoamento de tanques de piscicultura.

Executará serviços de motomecanização visando à incorporação de várzeas ao processo produtivo, o controle da erosão e degradação do solo e

dos recursos naturais renováveis.

Participará do programa de fruticultura, através de produção e comercialização de mudas de citrus, morango e abacaxi.

Facilitará a utilização do calcário pelo produtor rural, através da construção de terminais de embarque e desembarque.

Especificamente, cinco atividades serão executadas pela CAFE DO PARANÁ em 1991, a saber:

- Produção Vegetal
- Mecanização Agrícola
- Construção de Terminais Ferroviários
- Produção Animal
- Programas Especiais

PRODUÇÃO VEGETAL

— Serão produzidas e comercializadas 3.370.000 mudas, principalmente de citrus, morango e abacaxi e implantados três novos viveiros para atender a demanda de mudas no Estado.

MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

— Para a execução dos serviços de motomecanização serão adquiridos 39 novos equipamentos, quais sejam: escavadeiras hidráulicas, tratores e veículos.

Serão incorporados ao processo produtivo 10.860 hectares de várzeas com drenagem e 4.140 hectares de várzeas com drenagem e sistematização, além da construção de 170 novos açudes.

Em drenagem e sistematização, manejo e conservação de solos e construção ou readequação de estradas rurais, serão executadas 178.300 horas/máquina, das quais 40.000 horas com subsídios; e apoiada com subsídio, a aquisição de 2.500.000 litros de óleo diesel, 130.000 toneladas de calcário e 300 empreendimentos comunitários.

CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS FERROVIÁRIOS DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DE CALCÁRIO

— Aproveitando o sistema de transporte ferroviário do Estado, será criado um sistema de armazenamento e distribuição com a finalidade de facilitar o acesso e a utilização do calcário na agricultura, através da construção de um terminal de embarque em Araucária e de quatro terminais de desembarque, instalados em União da Vitória, Guarapuava, Cianorte e Apucarana.

PRODUÇÃO ANIMAL

— Serão produzidos e comercializados 1.764 reprodutores de suínos, ovinos e caprinos, 17.400 reprodutores de aves, 13.000 dúzias de ovos e 2.850.000 alevinos. Serão adquiridas e repassadas 90.000 doses de sêmen de gado leiteiro e importadas e comercializadas 2.222 matrizes e reprodutores e 2.000 pintainhos de raça.

PROGRAMAS ESPECIAIS

— Destacam-se, ainda, atividades em programas especiais nos quais estão previstos o atendimento a 4.200 famílias em 70 assentamentos rurais; a execução de 2.000 horas/máquina; a distribuição de 27.275 toneladas de calcário, sementes e insumos, além da entrega de 2.110 ferramentas e outros utensílios.

Também serão apoiadas as construções de armazéns, de unidades artesanais e agroindustriais num total de 325; a implantação de 30 hortas comunitárias; a distribuição de 30.000 coleções de sementes e hortaliças e a realização de 105 eventos, promoções técnicas e outras atividades de fomento.

EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Nos programas desenvolvidos pela EMATER-PR, pretende-se atender a:

- 171.400 pequenos, médios, grandes agricultores e trabalhadores rurais;
- 1.273 microbacias com área de 3.653.125 hectares;
- 14.200 hectares com irrigação e drenagem;
- 70 assentamentos;
- 31.200 famílias em abastecimento alimentar; e
- 87.200 agricultores em produção animal

COMPANHIA PARANAENSE DE SILOS E ARMAZÉNS

Em 1991, serão desenvolvidas pesquisas alternativas no setor de armazenamento de grãos.

Dentro do Projeto Paraná Rural/BID, serão implantados novos armazéns em quatro municípios — Guarapuava, Apucarana, Ivaiporã, Cascavel —, totalizando 250.000 toneladas.

Também serão procedidas reformas e adequações nos 26 armazéns da rede armazenadora própria, visando a um atendimento cada vez melhor à clientela.

Das 28 variedades coletoras, inicialmente autorizadas para repasse à iniciativa privada, 19 já foram vendidas através de processo licitatório pertinente, ficando, portanto, as demais, para serem licitadas em 1991.

EMPRESA PARANAENSE DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS

Deverão ser processadas 6.699.007 toneladas de produtos de origem vegetal distribuídas nas seguintes atividades: 3.965.000 toneladas para classificação oficial; 44.007 toneladas para serviços complementares da classificação; e 2.690.000 toneladas para o “pool” de exportação no Porto de Paranaguá, no controle de peso e qualidade de produtos de origem vegetal.

Serão efetuadas, ainda, 55.054 análises de sementes; 3.250 análises laboratoriais, no Porto de Paranaguá, para os produtos farelo e óleo de soja; 9.586 prévias de classificação para o produtor e 2.134 prévias de germinação de sementes para o produtor.

Será exercida, em apoio à Defesa Sanitária Animal e Vegetal, a fiscalização documental do trânsito em 333.000 veículos que transportem animais vivos, sementes, mudas e outros produtos de origem vegetal.

FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ

- Continuidade às atividades integrantes das linhas de Pesquisa, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Técnico-Científico do IAPAR, através da execução de Projetos, Subprojetos de Pesquisa e condução de Experimentos, destacando-se:
 - Lançamento de novas cultivares.
 - Produção de sementes básicas.
 - Prestação de serviços de análises de solos, análises bromatológicas, informações agrometeorológicas e serviços de monta.
 - Difusão de tecnologia.
 - Distribuição de borbulhas para os viveiros de mudas cítricas da CAFE/PR.
 - Avaliação de raças bovina e bubalina.
- Incremento de linhas de Pesquisa para atendimento de demandas já identificadas e avaliadas pelo Comitê Técnico-Científico do IAPAR.

PROGRAMA PARANÁ RURAL

- Dar continuidade aos Projetos de Pesquisa em Manejo e Conservação do Solo, Fruticultura, Desenvolvimento Florestal e Tecnologias para diversificação e melhoria da qualidade ambiental.
- Ampliar o número de microbacias monitoradas.
- Construir o Centro de Treinamento/IAPAR-Londrina, o que permitirá significativo avanço no aperfeiçoamento de Recursos Humanos.
- Implantar a Estação Experimental Noroeste/Umuarama.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS

PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

No âmbito da preservação do meio ambiente e defesa da flora e da fauna serão desenvolvidas 5.940 ações fiscalizatórias, 552 ações visando ao incremento da fauna silvestre e aquática, 1.793 ações de sensibilização da sociedade para a questão ambiental, manutenção e preservação de caminhos históricos na Serra do Mar.

Ainda na Serra do Mar, serão desenvolvidos os seguintes trabalhos: implantação do Plano Particularizado de Gerenciamento em 100 propriedades rurais; demarcação de 50 km de divisas: discriminatórias administrativas em 12.000 hectares; e criação de mais uma unidade de Conservação Ambiental com 250 hectares, mapeamento, inventários e levantamentos especializados em 142.000 hectares.

Os Parques e Reservas Estaduais vão merecer especial atenção do ITCF, onde serão construídos: 200 km de aceiros visando ao controle de incêndios

florestais; mais 60 km de estradas; 1.165 m² de novas instalações, além da administração e manejo das Unidades de Conservação existentes.

Serão produzidas 24,3 milhões de mudas de essências florestais exóticas e nativas, e distribuídas 4,7 toneladas de sementes de bracatinga, dando continuidade às ações desenvolvidas nos Programas Paraná Rural e Desenvolvimento Florestal Integrado. Com esta produção, serão reflorestados 3.750 hectares, beneficiando cerca de 10.000 produtores rurais.

Na área de regularização fundiária, serão trabalhadas 1.876 propriedades rurais, abrangendo 67.545 hectares e beneficiando mais de 1.000 famílias. Em termos de reordenamento fundiário, será dada continuidade às ações nos 109 assentamentos e acampamentos existentes, abrangendo 102.639 hectares e beneficiando 7.219 famílias.

No âmbito da engenharia cartográfica, as ações do ITCF estarão norteadas para o aerolevanteamento em 4.758 km²; medição e cadastramento de 2.150 km² de imóveis rurais, abrangendo 800 lotes; levantamento topográfico em 29.500 hectares; implantação de projetos de parcelamento em 11.957 hectares para fins de assentamento; restituição aerofotogramétrica em 1.530.000 hectares; confecção de 200 mapas municipais, além da elaboração e manipulação de Cartas Temáticas.

6.3 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

6.3.1 Ensino Superior

Para esta área, as metas estabelecidas visam implementar a política de verticalização do ensino superior.

Dentro desse contexto, a SEET prestará apoio financeiro a 15 programas relativos aos cursos de pós-graduação "stricto sensu" e à realização de 100 cursos de especialização.

Também se pretende oferecer condições para atualização do corpo docente do ensino superior, com apoio financeiro à realização de 500 cursos de curta duração.

As ações nesta área estarão voltadas ao desenvolvimento da extensão universitária, dando oportunidade ao desdobramento de novas práticas pedagógicas e sociais, como mecanismo de transmissão do conhecimento produzido e transferência de tecnologia à sociedade, com apoio financeiro a 80 projetos de extensão universitária.

A SEET visa oferecer condições para a realização de eventos que promovam a discussão da prática acadêmica, tendo em vista a necessidade da reavaliação e do redimensionamento do ensino, da pesquisa e da extensão, dando suporte financeiro à realização de 50 eventos de natureza educacional.

As demais ações pretendem dar continuidade ao processo de avaliação e supervisão nas instituições do sistema estadual, num total de 20 instituições de ensino superior, e possibilitar a melhoria e inovação dos estágios curriculares, apoiando a realização de 30 projetos de estágios.

Pretende-se, também, promover a recuperação dos espaços laboratoriais e a ampliação do espaço físico e do acervo bibliográfico das instituições de ensino superior, mais precisamente, recuperando e ampliando laboratórios

e bibliotecas em 15 instituições.

Para manutenção das instituições de ensino superior, estão previstos recursos num total de Cr\$ 21,8 bilhões.

6.3.2 Ciência e Tecnologia

As atividades deste setor estão divididas em duas áreas de atuação.

COORDENAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

As metas definidas para esta área serão viabilizadas através do desenvolvimento de diversos programas, entre os quais cabe citar:

— Programa Paranaense de Biotecnologia — **PARANABIO**, que visa, para 1991, manter as atividades do Centro Integrado de Biotecnologia Agropecuária e Agroindustrial — **CIBAAP**, e a realização de reuniões e do Seminário Nacional de Biotecnologia

— Programa Paranaense de Novos Materiais Industriais, cujas metas serão a consolidação do Centro Integrado de Novos Materiais Industriais — **CIMATI**, e o apoio à implantação de cursos e seminários, sobre elaboração de projetos a serem apresentados ao **PADCT**

— Programa Paranaense de Química Fina, que pretende a formalização do Centro Integrado de Química Fina no Paraná e o apoio à realização de cursos e ao II Seminário Paranaense de Química Fina

— Programa de Apoio, Criação e Atração de Empresas de Base Tecnológica e/ou Tecnologia de Ponta — **PROTEC**

CONSELHO ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA — CONCITEC

No âmbito das ações do **CONCITEC**, destacam-se os seguintes programas:

— Programa de Fomento, que visa apoiar a realização de seminários especializados em Ciência e Tecnologia no Paraná; a publicação de livros técnicos e científicos; o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica; e financiamento de projetos de desenvolvimento tecnológico, em conjunto com o setor privado.

— Programa de Informações em Ciência e Tecnologia, cujas metas principais objetivam a complementação da infra-estrutura de automação do Sistema de Informações, através da aquisição de novos equipamentos; incorporação do Laboratório de Eletrotécnica e Eletrônica da Companhia Paranaense de Energia — **LAC/COPEL** à rede de instituições do **SEICT/PR**; desenvolvimentos de cursos de especialização.

— Elaboração do 3º Plano Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Além das metas citadas pretende o **CONCITEC** apoiar e coordenar diversas ações ligadas à modernização tecnológica do parque produtivo paranaense.

Para desenvolver as atividades ligadas à área de Ciência e Tecnologia, estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 4,5 bilhões através do **FUNCITEC**.

6.4.4 Desenvolvimento Econômico

Com o propósito de ampliar a base produtiva do Estado do Paraná e promover o avanço industrial necessário ao crescimento da economia paranaense, incorporando novos investimentos de base tecnológica avançada, serão aplicados Cr\$ 210,0 milhões no desenvolvimento dos seguintes projetos:

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL

A conjuntura nacional e a internacional determinam, como condição de sobrevivência do setor produtivo, a redução de custo, o aumento de produtividade e a melhoria de qualidade para alcançar novos índices de competitividade. Estes resultados serão obtidos através de: capacitação tecnológica e gerencial, assistência e orientação técnica e informações, divulgações e oportunidades; identificação de vazios industriais e oportunidades de investimento; promoção da complementariedade, verticalização e integração da base produtiva; realização de seminários, cursos, palestras; coleta, análise e divulgação de dados econômicos do setor industrial comercial em nível de município, região e Estado; manutenção, atualização e divulgação de informações do setor industrial, comercial do Paraná; apoio à identificação, divulgação, e ao aproveitamento de oportunidades de investimentos e potencialidades econômicas locais, regionais e estaduais; e desenvolvimento de projetos de viabilidade técnica e econômica.

PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E COOPERAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL

A política de orientação de investimentos, visando corrigir e evitar concentrações espaciais deve ser seguida de forma a promover um desenvolvimento econômico equilibrado, reduzindo as disparidades existentes. A base de atuação para a implantação desta visão de crescimento econômico deverá reunir áreas relacionadas a entidades geradoras de tecnologia, entidades de pesquisas econômicas, organismos de apoio financeiro e de infra-estrutura básica, entendendo-se que a expansão do parque industrial paranaense se dará mais pelas vantagens locais do que por qualquer tipo de isenção, incentivo fiscal ou crédito. Da mesma forma constituem-se em fatores essenciais para o fortalecimento da sua economia a atuação do Governo como agente facilitador na obtenção de um maior grau de penetração do produto paranaense nos mercados internos e externos, assim como, na obtenção de acordos considerados prioritários para o desenvolvimento industrial do Paraná.

PRODUÇÃO MINERAL

A programação da MINEROPAR, para o ano de 1991, está agrupada em três Projetos/Atividades.

— Gerenciamento da Estrutura Administrativa e Programática da Empresa, com recursos orçados em 74,9 milhões de cruzeiros.

— Pesquisa Mineral, Desenvolvimento Mineral e Fomento à Produção que agrupa as atividades-fins da Empresa, envolvendo as tarefas concernentes à política estadual de prospecção e pesquisa mineral, desenvolvimento de tecnologia mineral, fomento à economia mineral e o serviço estadual de geologia.

Para execução dessas atividades estão orçados recursos no valor de Cr\$ 330,0 milhões.

— Projeto Floresta Atlântica — MINEROPAR

Para este projeto, a ser realizado em convênio com a SEDU, com recursos repassados da esfera federal, estão previstos recursos na ordem de Cr\$ 10,6 milhões.

Seu objetivo é o de contribuir para reverter o quadro de devastação dos remanescentes da Floresta Atlântica no Paraná.

Sua meta é a obtenção de um diagnóstico circunstanciado da atividade mineral (potencial e em operação), dentro dos limites da área de cobertura da Floresta Atlântica no Estado.

6.4 TRANSPORTES

Para o exercício de 1991, a Secretaria dos Transportes previu no seu orçamento, já aprovado pelo Poder Legislativo, recursos de Cr\$ 47,8 bilhões a preços de dezembro de 1990, os quais serão corrigidos trimestralmente pela variação do IPC/IBGE.

O Orçamento-Programa do Estado do Paraná, para o exercício, contempla o DER com cerca de Cr\$ 34,4 milhões sendo, deste total, cerca de 13% para sua administração, 20% para pagamento de parte de suas dívidas, 50% para investimentos e 17% para manutenção da rede existente.

Assim, para 1991, estão previstos os seguintes programas e metas:

- Programa Rodoviário na Região Metropolitana de Curitiba — execução do Contorno Norte de Curitiba e obras complementares — 18,6km
- Estradas Rurais/CEF — execução de 427km de terraplenagem e pavimentação e de 66km de pavimentação poliédrica
- Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do Paraná — Paraná-Rural/BID-DER — execução de 521km de terraplenagem e pavimentação
- Adequação de Estradas Municipais — Paraná-Rural/BIRD-DER — execução de correção de leito estradal em 1.100km, implantação de lombadas em 610km, execução de caixas de retenção de água em 105km de rodovias e construção de acessos aos terminais de calcários
- Manutenção dos Serviços prestados pelo DSTC — Implantação de 500 abrigos em pontos de ônibus e reformas e construções de Terminais Rodoviários, num total de 5.000m²
- Programa Normal de Obras — execução de 1.000km de terraplenagem e pavimentação, execução de 1.500m de obras-de-arte especiais, restaurações em 104km de rodovias e construção de 176km

- de estradas federais em convênio com o DNER
- Ponte sobre o Rio Paraná — prosseguimento da construção da Ponte sobre o Rio Paraná em Porto Camargo, com a execução de 1.269m de obras-de-arte especiais e construção de 800m de acessos à ponte
 - Conservação do Sistema Rodoviário Estadual — conservação das rodovias estaduais e federais delegadas, além da execução de 500km de restauração
 - Apoio Rodoviário aos Municípios — conservação de 3.000km em rodovias municipais e construção de 1.500m de obras-de-arte especiais
 - Conservação de Estradas Coletoras — Pró-rural — conservação de 1.200km de rodovias municipais na área do Pró-Rural e recuperação e reconstrução de 300m de obras-de-arte especiais

Ao setor hidroviário, para 1991, foram previstos recursos no montante de Cr\$ 136 milhões

As principais atividades estabelecidas para o transporte hidroviário abrangem: a execução de um plano estadual de vias navegáveis onde serão priorizadas metas e investimentos para o setor; a continuidade dos estudos do Rio Ivaí, através de um projeto de navegabilidade desde sua foz até a barragem eclusada de Mirador; a execução do levantamento batimétrico dos rios Tibagi e Paranapanema, visando também levantar suas condições de navegabilidade; o projeto das eclusas do Rio Paranapanema, dando continuidade aos anteprojetos executados durante a fase de viabilidade; e a manutenção do apoio à operação do sistema já existente, através da construção de novas balsas para travessia de veículos no interior do Estado e construção de novos trapiches, além de uma nova embarcação para operação no Município de Guaraqueçaba.

As principais metas da FERROESTE para 1991 incluem a implantação de doze quilômetros ferroviários, estendendo a malha ferroviária existente até o Terminal da Agrárea, ainda no Município de Guarapuava. Pretende-se operar o transporte desde o referido Terminal até o Porto de Paranaguá.

Também está programada a execução das obras-de-arte especiais compreendidas no trecho entre Guarapuava e Guaíra, bem como a desapropriação de toda a faixa de domínio para implantação do trecho ferroviário.

Pretende-se, ainda, o início e a conclusão da operação dos Terminais Ferroviários de Calcário, mediante convênio entre a SETR/DER, RFFSA e SEAB.

Dando continuidade às ações voltadas ao desenvolvimento do transporte aeroviário no Estado, as metas para 1991 englobam planos, obras e serviços destinados à melhoria das condições operacionais das diversas unidades aeroportuárias, constantes do Plano Aeroviário do Estado do Paraná, para os quais foram previstos recursos da ordem de Cr\$ 81 milhões.

Tais ações incluem reparos no pavimento das pistas dos aeródromos de Manoel Ribas, Loanda, Jacarezinho e Palmas, bem como a implantação de equipamentos aeroportuários de comunicação e sinalização, visando melhores condições operacionais para pousos e decolagens.

As atividades previstas deverão ser implementadas com a estreita partici-

pação dos respectivos municípios onde se situam os aeródromos, uma vez que estes administram as unidades aeroportuárias.

Além das ações mencionadas, dever-se-á avançar na implantação de legislação municipal específica de uso do solo, visando à criação de Zonas de Proteção de Aeródromos, tendo em vista que a urbanização no entorno dos sítios aeroportuários vem causando problemas operacionais e limitando a expansão dos aeródromos.

A Administração do Portos de Paranaguá e Antonina previu recursos no montante de Cr\$ 13 bilhões no seu orçamento para 1991, do qual consta um elenco de investimentos da ordem de Cr\$ 1,1 bilhão, com destaque para a construção do pátio do Terminal de Contêineres com 210.000m², a derrocagem do canal de acesso e a aquisição de equipamentos.

INVESTIMENTOS	Unidade	Meta Física	Custo do Projeto (US\$)
Construção do Terminal de Contêineres BNDES/DNTA/APPA	m ²	210.000	3.000.000
Construção de Cais	m	80	4.000.000
Construção do Almoarifado Central	m ²	1.600	208.800
Derrocagem do Canal de Acesso	m ³	3.080	2.999.920
Construção do Centro Operacional	m ²	2.000	1.334.000
Estudo e projeto de viabilidade das obras de proteção do Canal	estudo	1	900.000
Ampliação do Corredor de Exportação	m ²	12.000	7.704.000
Reequipamento	máquina	10	2.000.000

6.5 ENERGIA

O total de Cr\$ 76,6 bilhões de receita prevista para a COPEL tem aplicação nos programas a seguir enumerados:

6.5.1 Gerenciamento da estrutura administrativa e apoio operacional da COPEL

A parcela de Cr\$ 53,1 bilhões (69,4%) refere-se ao gerenciamento da estrutura administrativa e apoio operacional da COPEL. Abrange: manutenção do sistema elétrico em condições de atendimento satisfatório a todos os consumidores; quitação dos encargos financeiros de financiamentos relativos a investimentos; pagamento de dividendos aos acionistas na razão de 6% e 10%, respectivamente, para as ações ordinárias e preferenciais; arrecadação e recolhimento aos cofres públicos federais e municipais dos encargos correspondentes da receita; e promoção de condições adequadas de operação e manutenção da empresa mediante eficiente sistema de telecomunicações.

Os principais desembolsos nessa rubrica orçamentária são: recolhimento de ICMS ao Estado (Cr\$ 11,9 bilhões) e compra de energia (Cr\$ 10,7 bilhões).

6.5.2 Geração de Energia Elétrica

A parcela de Cr\$ 18,8 bilhões (24,6%) corresponde à expansão do siste-

ma de geração de energia elétrica, para garantir a disponibilidade própria de energia, elevando a capacidade instalada, com vistas ao atendimento das necessidades de expansão do mercado paranaense de energia elétrica e do sistema interligado nacional. A principal meta é a construção da Usina Hidrelétrica de Segredo, no Rio Iguaçu, com potência instalada prevista de 1.260 MW.

6.5.3 Transmissão de Energia Elétrica

Um dos principais programas do setor de energia elétrica refere-se à expansão do sistema de transmissão, com aplicação prevista de Cr\$ 1,5 bilhão. As principais metas correspondentes são a construção de 465km de linhas de transmissão e ampliação da potência de transformação em subestações em 1.042 MW.

6.5.4 Distribuição Urbana de Energia Elétrica

O programa de expansão do sistema de distribuição urbana de energia elétrica, com aplicação prevista de Cr\$ 1,9 bilhão, apresenta as seguintes principais metas: construção de 828km de redes de distribuição, 961km de linhas de distribuição e 164km de alimentadores, além da instalação de 28.992 postes, 2.053 transformadores e 46.403 luminárias (iluminação pública).

6.5.5 Eletrificação Rural

O programa de expansão do sistema de distribuição rural de energia elétrica, com aplicação prevista de Cr\$ 969,7 milhões, tem como principais metas a construção de 2.950 km de redes de distribuição rural, com implantação de 22.450 postes e 7.800 transformadores, para atendimento a mais 10.000 consumidores rurais.

6.5.6 Energia não-convencional

Está previsto programa de novas alternativas de aproveitamento energético, com aplicação de Cr\$ 216,2 milhões, mediante o desenvolvimento de estudos e projetos de pequenas centrais hidrelétricas e substituição de óleo diesel por álcool aditivado.

Também está previsto programa relativo ao gás natural, com vistas à sua disponibilidade na matriz energética do Estado, com investimentos estimados em Cr\$ 41,3 milhões.

6.6 EDUCAÇÃO

Os principais programas de investimentos constantes na previsão para o exercício de 1991 contemplam ações voltadas à construção, ampliação e/ou reconstrução de unidades escolares, bem como, à aquisição de mobiliários e equipamentos para as obras previstas.

Em decorrência do lançamento oficial, pelo Governo Federal, do Progra-

ma Nacional de Alfabetização e Cidadania, em 1990, e ainda, para dar continuidade à implementação do Ciclo Básico de Alfabetização, constatou-se a necessidade da construção de cerca de 790 salas de aula, em 260 municípios.

Na programação orçamentária para o próximo exercício estão inscritos recursos no valor de Cr\$ 2,5 bilhões para novas obras escolares e de Cr\$ 1,7 bilhão para reparos, com vistas à adequação da rede física escolar à demanda.

Através de Projetos Especiais, a SEED pleiteia captação de recursos no valor de Cr\$ 2,5 bilhão, junto ao Governo Federal, para obras escolares estaduais.

Considerando que a área de captação de recursos, devido à crise financeira que o País atravessa, vem sofrendo restrições, espera-se ampliar o montante de recursos orçamentários mediante captação de US\$ 11 milhões, montante previsto no projeto "ROYALTIES — Apoio Financeiro a Obras Escolares para o Ensino de 1º Grau".

Não obstante a participação ainda inexpressiva do orçamento para área da Educação, a SEED, ao formular a sua programação para 1991, dá continuidade aos seus principais programas: Administração da Estrutura da SEED, da Fundepar e do Colégio Estadual do Paraná — CEP; ensino fundamental, médio, supletivo e educação especial, e incorpora novo programa — o de Preservação de Recursos Naturais Renováveis, criando condições, através de outros programas, para a capacitação de professores atuantes em diversas áreas e para a distribuição de material didático e de consumo a aproximadamente 1.700.000 alunos do ensino de 1º grau.

6.6.1 Administração

A SEED administra a mais complexa rede de prestação de serviços do Estado: 88.000 servidores, 2.846 estabelecimentos de ensino de 1º grau e 444 estabelecimentos de ensino de 2º grau, pertencentes à rede pública, além de outros, envolvidos na implementação das atividades educativas, através de convênios.

Para o próximo exercício, prevê-se a continuidade das ações, além de novas iniciativas que levem à melhoria da infra-estrutura, visando a maior eficiência nas decisões, conferindo-lhes fluidez e celeridade operacional.

METAS PRINCIPAIS:

- Gerenciar as estruturas da SEED, da Fundepar e do CEP, através de:
 - serviços administrativos;
 - serviços de Informática;
 - articulação entre Unidades Descentralizadas (NRE e IEE).

6.6.2 Preservação de Recursos Naturais Renováveis

Como decorrência da necessidade de valorizar, preservar e recuperar o ecossistema da Floresta Atlântica, esta Secretaria propõe um novo programa a ser executado em 1991, visando sensibilizar, conscientizar e aperfeiçoar o conhecimento dos professores e dos alunos de 1º e do 2º grau das escolas

estaduais, dos municípios limítrofes à Serra do Mar.

Serão promovidos cursos para professores e caminhadas ecológicas com alunos.

METAS PRINCIPAIS:

- Realização de 40 cursos para professores.
- Realização de caminhadas ecológicas, com 1.300 alunos.

6.6.3 Ensino Fundamental

Propõe-se a continuidade de ações consideradas prioritárias, quais sejam, as que ampliam as oportunidades educacionais e promovem a permanência do aluno na escola.

Um elenco de ações será desencadeado com vistas a minorar e corrigir problemas como evasão e repetência, falta de vagas, inadequação curricular, entre outros.

METAS PRINCIPAIS:

- Apoio financeiro às Prefeituras Municipais, visando à manutenção de aproximadamente 23.000 servidores que atuam na rede estadual.
- Aquisição de material escolar para 257.533 alunos do ciclo básico e pré-escolar.
- Capacitação de 15.000 docentes.
- Construção, ampliação e reconstrução de 416 salas de aula.
- Distribuição de material didático e de consumo a 1.600.000 alunos.
- Repasse de recursos a 2.394 escolas.
- Equipamento a 416 novas salas de aula e.
- Armazenamento e transporte de 26.000 toneladas de merenda escolar.

6.6.4 Ensino Médio

Nos últimos anos foram priorizadas as ações voltadas para aprimorar a qualidade desse nível de ensino, tendo como meta básica a reestruturação do ensino de 2º grau.

Para o exercício de 1991, está prevista a recuperação das instalações físicas dos colégios agrícolas e florestais. Serão oferecidos a professores cursos de atualização voltados ao ensino agrícola.

METAS PRINCIPAIS:

- Atualização de 2.920 professores.
- Aquisição de material de consumo e equipamentos para cursos profissionalizantes.
- Recuperação das instalações físicas de 9 colégios agrícolas e florestais.
- Reparos e adaptações em 17 prédios escolares.
- Concessão de Bolsa/Trabalho a 700 alunos.

6.6.5 Ensino Supletivo

Para o próximo exercício, procurar-se-á expandir a oferta de cursos, implantando novos CES-Centro de Estudos Supletivos e implementando os NAES-Núcleos Avançados de Ensino Supletivo.

METAS PRINCIPAIS:

- Implantação de 5 CES — Centro de Estudos Supletivos.
- Implementação de 10 NAES — Núcleos Avançados de Ensino Supletivo.
- Oferta de exames de suplência geral, especial e profissionalizante.

6.6.6 Educação Física e Desportos

Serão desenvolvidas ações direcionadas à realização de cursos de atualização de professores da área de Educação Física, atuantes no ensino de 1º e 2º grau e educação especial.

METAS PRINCIPAIS:

- Realização de jogos escolares do Paraná, envolvendo 30.000 alunos.
- Capacitação de 300 professores na área de Educação Física

6.6.7 Educação Especial

Para garantir o atendimento ao educando portador de deficiência, está previsto, além da manutenção das classes especiais em escolas da rede pública estadual, o repasse de recursos para entidades particulares, especializadas neste tipo de atendimento. E, visando ao preparo e aperfeiçoamento dos recursos humanos que atuam nesta modalidade de ensino, serão firmados convênios com instituições de ensino superior para a realização de cursos.

METAS PRINCIPAIS:

- Auxiliar financeiramente 300 instituições privadas de educação especial.
- Firmar convênios com 20 instituições de ensino superior para formação de professores.
- Capacitar 3.000 professores.

6.6.8 Assistência a Educandos

Este programa prevê, para 1991, além da continuidade da manutenção do Banco do Livro Didático, em articulação com a FAE/MEC, a distribuição, pelo projeto “Os Livros Criam Asas”, de livros de literatura e a aquisição de 3.500 sacolas estantes, a serem utilizadas por alunos do ensino de 1º grau, o acréscimo do acervo das bibliotecas já existentes e a implantação de novas bibliotecas, pelo projeto REBEPAR — Rede de Bibliotecas Escolares.

METAS PRINCIPAIS:

- Manutenção do Banco do Livro Didático em 315 municípios.
- Distribuição de livros a 203.000 alunos da 1ª à 8ª série do 1º grau.

- Aquisição de 50.000 livros didáticos.
- Aquisição de sacolas estantes para 203.000 alunos. e
- Aquisição de 50.000 livros para Bibliotecas.

6.6.9 Proteção ao Meio Ambiente Educação Ambiental e Paisagismo

Adotando uma política de conscientização, a SEED, no tocante à prevenção para o próximo exercício, pretende sensibilizar e aperfeiçoar o conhecimento da comunidade escolar na área do meio ambiente, através de cursos e palestras, proporcionando condições para que a criança observe e interprete fatos ocorridos no meio ambiente, conscientizando-a sobre a importância de sua conservação. Para este fim, além das palestras e cursos, deverá desenvolver atividades práticas e pedagógicas, hortas escolares, pomares, jardins e áreas de lazer.

METAS PRINCIPAIS:

- Realização de 11 cursos para professores de Educação Ambiental.
- Contratação de 21 estagiários.
- Impressão de 15.000 exemplares de material de apoio.
- Realização de 100 palestras comunitárias.
- Elaboração de 200 projetos ambientais.
- Aquisição de material permanente para 150 escolas.
- Contratação de 50 pessoas para trabalhos eventuais.
- Aquisição de material de consumo para 78 escolas.

6.7 SAÚDE

Em 1991, através da aquisição de mais 40 veículos e de equipamentos médico-hospitalares, a SESA pretende dotar as regionais de saúde e unidades de serviço em nível central de condições satisfatórias para alcançar seus objetivos. Para este fim, serão destinados Cr\$ 99,6 milhões do Fundo Especial de Equipamentos Médico-Sanitários (FUNRESAN).

Visando à manutenção e melhoria das unidades que prestam serviços de saúde à população rural, através de recursos do Pró-Rural, da ordem de Cr\$ 66,8 milhões, esta Secretaria continuará mantendo as despesas de custeio de 104 Centros Sociais Rurais (CSR) e 250 Postos de Saúde, além de promover a reforma de 29 CSR, do hospital de Guaraqueçaba (área de 170m²), e do hospital de Agudos do Sul (665m²).

Dando continuidade à implantação do SUDS, através do processo de municipalização, no qual os serviços básicos de saúde passam a ser gerados pelo município, ficando a FCMR com a gerência da atenção secundária e terciária, ofertando serviços de boa qualidade e com o controle de compra de serviços da rede contratada ambulatorial e hospitalar, assegurando a melhor aplicação de recursos.

Pretende-se, para 1991, atingir as seguintes metas:

Ofertar 916.805 internações hospitalares (rede SUDS).

Realizar:	630.000	atividades educativas odontológicas;
.....	9.000.000	atendimentos odontológicos;
.....	1.120.000	atendimentos de enfermagem (rede
própria);	2.232.000
consultas médicas (redeprópria);
86.312consultas	psicológicas e psiquiátricas (rede pró-
pria);	328.280
visitas de inspeção sani-tária;
3.720controles	de qualidade de amostras de
.....	1.474.000	alimentos, drogas vegetais, sangue,
(regionais, locais e em comoda-	cosméticos, etc.;
to);	64.500	exames laboratoriais na rede própria
.....	161.084	to);
.....	exames laboratoriais no LACEN;
.....	exames sorológicos, imunológicos, e
.....	bioquímicos do Hemepar.
Fracionar	269.280	bolsas de sangue.
Efetuar	33	cursos e seminários e
.....	8.833	treinamentos de pessoal.
Construir	30.000	módulos sanitários.

Construir, reformar e ampliar 73 Unidades de Saúde da rede.
Construir o Centro Hospitalar do Paraná, com 10.000m².

Investigar e diagnosticar 100 casos de acidentes toxicológicos.

Diagnosticar e tratar 22.074 casos de Hanseníase.

Diagnosticar e tratar 4.042 casos de TB.

Investigar 12.000 casos de doenças transmissíveis.

Aplicar 16.394.000 doses de vacina.

Produzir e distribuir 63.000.000 frascos de medicamentos.

Produzir 396 frascos de soro anti A e B.

Para alcançar tais objetivos, estão previstos Cr\$ 41,2 bilhões

Com a ampliação do sistema de informatização para as Regionais de Saúde, integrando-as aos sistemas já informatizados, e para dar maior resolutividade às Ações de Saúde no Estado, faz-se necessário manter os convênios com a CELEPAR e a EMBRATEL. Serão destinados, para tal realização, Cr\$ 236,7 milhões, que incluía aquisição de 28 linhas de comunicação com a Embratel.

Existe, ainda, a previsão de Cr\$ 485,7 milhões destinados à manutenção do Gabinete do Secretário, conforme as normas vigentes.

6.8 — JUSTIÇA, TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

A Secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social — SEJA tem consignados no orçamento do Tesouro Geral do Estado, para 1991, recursos da

ordem de Cr\$ 6,4 bilhões, com vistas ao desenvolvimento de programas e à manutenção das ações administrativas.

6.8.1 — Ação Social

À área de Ação Social serão destinados Cr\$ 256,6 milhões para atendimento aos grupos vulneráveis, quer sejam crianças e adolescentes órfãos, abandonados ou infratores, quer sejam idosos, migrantes, itinerantes ou pessoas portadoras de deficiências.

O Programa de Atendimento à Criança e ao Adolescente atingirá 125.121 menores no que tange à garantia de seus direitos fundamentais, inclusive melhorando a infra-estrutura de atendimento através de 94 projetos para construção, reparos e equipamento de entidades sociais.

Será operacionalizado ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente através de projetos específicos.

No Programa de Atendimento ao Adulto serão atendidos 12.000 idosos, através do Projeto Conviver e 3.860 asilados e albergados, além de 70.606 pessoas, pelos Projetos de Apoio ao Migrante, Itinerante, Residente e Educação Social. Estão previstos, além destes, 150 projetos de melhoria da infra-estrutura de asilos e albergues.

Para atendimento ao deficiente, será celebrado um convênio com a Fundação Ecumênica, e 240.000 exames serão realizados para prevenção da fenilcetonúria e do hipotireoidismo congênito; serão concedidos, também, 41.750 benefícios tais como cadeiras de rodas, óculos, aparelhos ortopédicos e auditivos.

Objetivando a diminuição da incidência de retardo mental, mortalidade infantil e doenças graves provocadas pela fome, serão implantados 30 equipamentos de processamento de hidrossolúveis e 45 de produção de alimentos em panificação e pastifício, bem como, 60 projetos comunitários de produção de alimentos.

No sentido de garantir o avanço das ações de assistência e seguridade social, serão desenvolvidos 46 treinamentos para capacitação de dirigentes e de pessoal de Unidades Sociais Comunitárias.

A ação social a cargo da Fundação de Ação Social do Paraná — FASPAR contará com recursos da ordem de Cr\$ 1,4 bilhão, para dar continuidade ao Programa de Ação Social, através de 19 Unidades Sociais Oficiais — USOs, proporcionando a manutenção de 3.059 crianças e adolescentes, dos quais 2.591 serão atendidos nas oficinas pedagógicas, no intuito de garantir sua profissionalização.

E mais: prestação de auxílios a 123 menores que necessitam de educação especial, através de 1.117 bolsas: atendimento psicoterapêutico a 763 adolescentes e concessão de pensões a mais de 86 beneficiados.

Serão executados reparos nas instalações físicas de 15 USOs, a fim de garantir melhores condições de atendimento.

Através do Programa Ação Social via Entidades Comunitárias e Municipais, será mantido o apoio financeiro a 400 instituições em todo o Estado; também será prestado apoio a 40.000 pessoas carentes portadores de deficiência física.

6.8.2 — Área do Trabalho

Para a área do Trabalho serão destinados Cr\$ 69,8 milhões, recursos que atenderão programas referentes a desenvolvimento e relações do trabalho.

Quanto ao Desenvolvimento do Trabalho, será dado andamento ao Programa Brigadas do Trabalho, que objetiva a alfabetização de 20.000 jovens e adultos, o fornecimento de documentação para 15.000 pessoas e o desenvolvimento de 20 cursos.

O Programa Nacional de Trabalho e Educação — PLANTE será operacionalizado, integrando todos os segmentos envolvidos com a formação profissional. Para tanto, deverão ser equipadas 10 escolas do trabalho e municipalizadas as Unidades Profissionalizantes de Mão-de-Obra — UPMO's de Francisco Beltrão e Maringá.

No intuito de possibilitar o aumento da renda familiar através do mercado informal, terá continuidade o Programa de Apoio ao Artesanato Paranaense — PRODAP, através da realização de 22 feiras de artesanato em nível regional, estadual e nacional, da concretização de um encontro estadual, e da aquisição de equipamentos e à construção do Centro do Artesão. Nesse sentido, serão apoiados 20 grupos de pessoas que, através de entidades comunitárias, desenvolvem atividades de produção de bens, viabilizando alternativas de trabalho.

Na área das Relações do Trabalho, serão realizados 4 encontros e congressos com trabalhadores, 50 cursos de formação sindical e cursos de formação de lideranças e ativistas sindicais, e repassados recursos para 4 entidades sindicais.

Serão implementadas, ainda, as ações da Universidade Popular do Trabalho — UPT, visando identificar, apoiar e desenvolver atividades relacionadas à organização sindical e comunitária dos trabalhadores e a historiografia das organizações populares. Para tanto, serão adquiridos equipamentos e realizados 26 cursos, encontros e seminários, além de 10 estudos e pesquisas.

6.8.3 — Desenvolvimento Comunitário

Na área de Desenvolvimento Comunitário serão aplicados recursos no valor de Cr\$ 175,8 milhões, além de incentivadas as organizações comunitárias, através da capacitação de recursos humanos e de apoio a projetos das organizações populares, tais como, construção, conclusão, reparos e equipamentos de 17 centros comunitários.

Será operacionalizado o Programa de Orientação ao Consumidor — PROCON, que passará a atuar com equipe técnica e sede própria.

Através do Fundo de Desenvolvimento Comunitário — FUNDEC, do Banco do Brasil, serão beneficiadas aproximadamente 100 pequenas comunidades rurais.

Em continuidade à execução do Projeto Galha Azul, foram priorizadas pela população, em seus Planos de Ação Municipal, a conclusão de 100 centros comunitários e a aquisição de 220 equipamentos.

6.8.4 — Área da Justiça

A área da Justiça aplicará Cr\$ 3,8 bilhões na implementação das ações de capacitação de recursos humanos, que incluem 1.130 servidores e 450 presos, bem como, na implantação da Escola Penitenciária. Com vistas à reintegração social, serão celebrados 23 convênios referentes ao Programa Pró-Egresso; mantidas as atividades do Patronato, beneficiando 1.150 pessoas, e prestadas assistência e orientação a 550 albergados e egressos do Sistema Penitenciário. Ainda nesta área será desenvolvido o 2º Encontro do Programa Pró-Egresso do Paraná.

Através do Fundo Penitenciário serão mantidos 30 canteiros de produção e realizados mais 3 convênios para utilização de mão-de-obra de internos.

Para melhoria das instalações físicas do Sistema Penitenciário, foram priorizadas a conclusão da obra de Ampliação do Hospital Penitenciário, a construção do Alojamento na Colônia Penal Agrícola para 360 internos e a execução de obras e reparos nas diversas unidades do Sistema.

A Coordenação e Supervisão das Unidades do Sistema promoverá o disciplinamento da lotação, classificação e transferência de aproximadamente 3.450 presos, visando à ressocialização, em cumprimento à Lei de Execução Penal. Prevê-se a adequação de 44 equipamentos de segurança, a promoção de atividades produtivas em 97 canteiros, e o estudo para implantação de 5 novos canteiros. Serão implantados, ainda, 42 programas de laborterapia.

Com vistas à saúde da população carcerária, 2.980 internos receberão assistência médica, odontológica e farmacêutica, bem como, será firmado convênio com um hospital para atendimento a 150 internos.

6.8.5 — Manutenção das Atividades

Importante registrar ainda que, para a manutenção das atividades da SEJA, estão previstos recursos no valor de Cr\$ 718,4 milhões, dos quais se beneficiarão também as atividades do Conselho Estadual de Entorpecentes — CONEN, cuja meta para 91 é dar agilidade às ações na área de Prevenção da Drogadição, através da capacitação de recursos humanos, bem como, prestar assessoramento às instituições que atuam na área.

6.9 SEGURANÇA PÚBLICA

Para 1991, estão previstos investimentos que alcançam Cr\$ 1,4 bilhão, dentre as principais, destacam-se a conclusão do novo Setor de Custódia da Subdivisão Policial de Londrina e a aquisição de 200 viaturas, 100 coletes à prova de balas para a Polícia Civil e 100 viaturas para a Polícia Militar.

Nesse contexto insere-se, ainda, a conclusão das seguintes obras: Delegacias de Assaí, Uraí, Prudentópolis, Arapoti e as Subdelegacias de Guará (Guarapuava) e Rio da Prata (Laranjeiras do Sul), Instituto de Criminalística de Ponta Grossa e o muro do novo presídio de Londrina; Quartéis em Loanda, Maringá, Rolândia, Francisco Beltrão, Barracão, Guaratuba, Campo Mourão, Paranaguá, Assis Chateaubriand, São José dos Pinhais, Capanema, Colombo,

Arapongas, Alojamento do Batalhão em Londrina, Quartel para a 3ª Cia do 13º BPM, Cidade Industrial de Curitiba (com recursos da AECIC) e Oficina de Manutenção em Curitiba; CIRETRAN em Nova Esperança, creche para filhos de funcionários do DETRAN e Bloco “D” em Curitiba.

6.10 HABITAÇÃO

Em consonância com as diretrizes da Política Habitacional do Governo Estadual — cuja finalidade é reduzir gradativamente o déficit habitacional da população de baixa renda — a COHAPAR tem como objetivo atingir inicialmente a construção de 4.412 habitações pelo Programa Mutirão, 1.515 habitações em regime de autoconstrução, 6.357 habitações através do Sistema Convencional e 330 habitações rurais, perfazendo um total de 12.614 habitações. Estas unidades habitacionais serão dotadas de infra-estrutura necessária à melhoria da saúde e do bem-estar de 63 mil paranaenses. Isto resultará num investimento inicial aproximado de Cr\$ 4,0 bilhões, dos quais Cr\$ 30,0 milhões serão provenientes do Tesouro do Estado.

Pretende-se, também, a aquisição e urbanização de 5.750 unidades de lotes urbanizados, com investimento inicial previsto de Cr\$ 2,0 milhões, os quais serão vendidos através de financiamento especial. Os adquirentes neles poderão edificar habitações com recursos próprios ou pelo Sistema Financeiro da Habitação.

6.11 CULTURA

6.11.1 Coordenadoria de Museus — COSEM

As metas desta Coordenadoria, para 1991, são as seguintes: criar o Museu de Arte de Londrina; coordenar 70 exposições em espaços culturais; realizar 10 salões de artes plásticas; publicar revistas museológicas e cadernos de artistas; conservar e restaurar 110 obras-de-arte; restaurar espaços físicos de 12 museus; realizar 13 pesquisas sociológicas, arqueológicas e antropológicas; promover 30 cursos nas áreas de vídeo, fotografia teatro e poesia; registrar 120 depósitos em vídeo, áudio, cinema; e cadastrar, registrar e efetuar levantamento dos sítios arqueológicos da Floresta Atlântica.

Está afeta à COSEM a coordenação da Bienal Brasileira do Design, um novo espaço cultural que se abre para promover o estímulo e a difusão do “design” do País.

6.11.2 Coordenadoria do Patrimônio Cultural — CPC

Os recursos destinados a esta Coordenadoria viabilizarão: a efetivação de inúmeras obras de preservação, conservação e restauração do patrimônio edificado; a realização documental e dos bens naturais de 33 municípios, bem como, a divulgação e valorização do patrimônio cultural, através de treze publicações especializadas, e a defesa da preservação do patrimônio, através de seis associações.

6.11.3 Coordenadoria de Ação Cultural — CAC

Esta Coordenadoria pretende desenvolver programas e projetos que objetivem o reconhecimento, a valorização e a documentação da cultura e da produção artística no Estado, através da realização dos festivais folclóricos e de etnias do Paraná, além dos festivais de Londrina e Cascavel, e da realização de mostra latino-americana de teatro. Pretende, ainda, assessorar e oferecer apoio técnico, na área cultural, a 200 municípios.

6.11.4 Coordenadoria de Pesquisa e Ensino Artístico — CPEA

Esta Coordenadoria tem por finalidade o planejamento, a execução, supervisão e avaliação técnica e pedagógica do ensino artístico. Pretende, para 1991, pesquisar 10 fatos históricos, artísticos e folclóricos e produzir 10 documentos para divulgação de valores paranaenses.

6.11.5 Coordenadoria de Produção de Artes Gráficas e Literárias — CEPG

Na área de Literatura, como estímulo aos novos, estão previstos 4 concursos literários.

Quarenta títulos de autores paranaenses, ou sobre o Paraná, serão editados.

Como instrumento para a divulgação das atividades literárias do Estado, pretende publicar 12 edições do jornal Nicolau. Entre as publicações se incluem a edição de 24 exemplares da Revista da SEEC.

6.11.6 Rádio e Televisão do Paraná

Tendo como finalidade a promoção de atividades educativas e culturais, através da operação de emissora de rádio AM e FM e de televisão educativa, pretende interiorizar a TV em 17 municípios e remover 16 estúdios de Rádio AM e equipamentos.

6.11.7 Biblioteca Pública do Paraná — BPP

Esta unidade tem como objetivo principal possibilitar, facilitar e incentivar o estudo e o intercâmbio cultural em todas as camadas sociais, como forma de democratizar a educação e a cultura.

Pretende, para 1991, assessorar tecnicamente 292 municípios, realizar 4 encontros de B.P.M. do Paraná e editar 1.000 catálogos bibliográficos.

6.11.8 Fundação Teatro Guaíra — FTG

Dedica-se ao incentivo às atividades artísticas na dança, música e no teatro, com realizações e montagens em Curitiba e no interior do Paraná.

A Fundação Teatro Guaíra tem como programação:

- remontar 4 óperas;
- promover 24 apresentações da Orquestra Sinfônica do Paraná;

- apresentar 10 leituras dramáticas;
- promover o Curso Superior e Amador de Teatro, investindo no preparo adequado de novas gerações de artistas;
- promover 4 mostras de vídeo sobre ópera, dança e teatro.

Os recursos orçamentários para a execução das metas mencionadas, no total de Cr\$ 1,6 bilhão, serão assim distribuídos: Cr\$ 746,4 milhões para “Pessoal”; Cr\$ 577,8 milhões a “Outras Despesas Correntes” e Cr\$ 135,0 milhões para “Despesas de Investimentos”.

6.12 ESPORTE E TURISMO

6.12.1 Apoio ao Desenvolvimento do Esporte Amador e das Competições Esportivas:

Incentivar o desenvolvimento do esporte rendimento nas representações estaduais em competições nacionais e internacionais. Descobrir talentos esportivos e evitar a evasão de atletas do Paraná. Estimular os movimentos esportivos escolares em nível municipal, regional e estadual. Integrar escola-comunidade, através do esporte popular. Desenvolver projetos de caráter científico a partir da estrutura do Centro de Excelência e do Laboratório de Ciência do Movimento, visando à capacitação de recursos humanos especializados. Diagnosticar, avaliar e estabelecer cientificamente padrões somatipológicos do povo paranaense, ligados à saúde, através do projeto Diagnóstico.

Metas:

Realizar os Jogos Abertos do Paraná, Jogos Escolares do Paraná (fase final), Jogos da Juventude, Projeto Arbitragem. Montar o equipamento de dois Laboratórios de Ciência do Movimento. Dar continuidade aos projetos: Pólos Esportivos, Projeto Diagnóstico da Aptidão Física do Paranaense, Integração. Realizar os projetos Viva Mais o Verão, Férias no Município, Viva com Saúde, Motor, Capoeira, Cursos de Lazer Comunitário. Transferir recursos a municípios para obras e despesas de custeio, Subvencionar federações amadoras e outras entidades.

Para as atividades desta área estão previstos Cr\$ 171,1 milhões.

6.12.2 Promoção e Desenvolvimento do Turismo

Promover o produto turístico paranaense em nível estadual, nacional e internacional, dando-lhe lugar de destaque no desenvolvimento da atividade turística. Aperfeiçoar o sistema de informações turísticas com base em atividades de pesquisa necessárias ao desenvolvimento, promoção e divulgação do turismo. Adequar a demanda real e potencial do turista aos pólos turísticos existentes. Consolidar os roteiros do Paraná, através da valorização de atrativos potenciais em estado de subutilização, bem como a avaliação econômica dos empreendimentos que virão a se agregar à oferta de equipamentos turísticos. Integralizar capital na Companhia Foz do Iguaçu de Turismo — COMFOZ-TUR e no Centro de Animação Turística e Cultural de Caiobá, buscando equipar e dar apoio à infra-estrutura.

Metas:

Assessorar tecnicamente as Prefeituras; realizar obras em pólos turísticos; efetuar pesquisa da demanda turística e do fluxo turístico; realizar cursos de formação turística; participar de eventos turísticos; cadastrar empresas de turismo; avaliar e reavaliar empreendimentos turísticos; promover “workshops” de turismo; apoiar eventos turísticos; integralizar capital da COMFOZ-TUR no Centro de Convenções de Curitiba e no Centro de Animação Turística e Cultural de Caiobá.

Para a execução destas metas foram destinados Cr\$ 198,8 milhões.

6.13 ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA, FINANÇAS E FOMENTO

Na Secretaria da Fazenda, em substituição ao Sistema de Contabilidade e Orçamento — COR, será implantado o projeto Sistema Integrado de Acompanhamento Financeiro — SIAF, com as seguintes finalidades e características básicas:

- a. registrar o orçamento e controlar a sua execução;
- b. apoiar a programação financeira;
- c. controlar e gerenciar a dívida pública do Estado;
- d. registrar e acompanhar a execução da receita;
- e. realizar os registros contábeis.

A estrutura do SIAF será formada por um único banco de dados, que permitirá a reunião de todas as informações necessárias em subsistemas de apoio e subsistemas de informações.

A implantação do sistema dar-se-á inicialmente para a administração direta e, posteriormente, de forma gradativa, na administração descentralizada. Será criada uma conta única para pagamento dos credores de todos os órgãos, eliminando-se, conseqüentemente, os saldos financeiros ociosos, como ocorre atualmente com as contas individuais. Além disso, os dados da situação orçamentária e financeira estarão disponíveis a qualquer momento, de forma confiável e imediata, em um único banco de dados, sem a necessidade dos vários controles paralelos do sistema antigo.

As metas para 1991 nas áreas de fiscalização e arrecadação de tributos são as seguintes:

- interligar os postos fiscais de fronteira ao banco de dados e à rede nacional de automação fazendária, com a finalidade de evitar a sonegação de tributos;
- concluir a elaboração do projeto Parâmetro, que oferece dados científicos para a fiscalização por ramos de atividades nas grandes e médias empresas;
- integrar o cadastro do ICMS ao da Junta Comercial do Paraná, desburocratizando e dando maior rapidez aos processos e facilitando ao contribuinte sua inscrição;
- construir três Delegacias Regionais da Receita nos municípios de Londrina, Maringá e Umuarama; e
- construir oito postos fiscais nos municípios de Rio Negro (2), Jacarezinho, Icaraíma, Guaíra, Campo Largo, Paranaguá e Astorga.

O Serviço de Loteria do Estado, a Junta Comercial e o Instituto de

Pesos e Medidas, — continuação das atividades desenvolvidas em 1990.

No programa de trabalho do BANESTADO, constante do Orçamento-Programa Anual 1991, destacam-se como principais atividades (1) o atendimento creditício ao comércio, à indústria, aos serviços e à agropecuária (Cr\$ 15,6 bilhões) e (2) a administração dos serviços de informática para dar suporte às empresas do conglomerado e fornecer serviços de informática (Cr\$ 2,5 bilhões).

Também são previstas no Orçamento atividades relativas ao reflorestamento, ao arrendamento mercantil e exploração de minas e jazidas, às ações da Corretora e às operações de crédito imobiliário.

6.14 ADMINISTRAÇÃO GERAL

A programação para 1991, a cargo da Secretaria de Estado da Administração — SEAD, comporta dois grandes desdobramentos, a saber:

— Administração e Planejamento	Cr\$ Mil 927.760
— Assistência e Previdência	329.000
	<hr/> 1.256.760

São estes os principais programas sob a rubrica geral Administração:

- Gerenciamento da Estrutura Administrativa e Programática da SEAD.
- Serviço de Informática
- Administração dos Serviços de Informática
- Transporte Urbano

Entre os objetivos da SEAD estão a realização de estudos, a execução de reforma e modernização administrativas e as medidas para cumprimento das políticas de pessoal.

No Gerenciamento da Estrutura Administrativa constam o controle, a administração e a aquisição de materiais pelo Departamento Estadual de Administração de Materiais — DEAM, assim como a autorização e o controle dos serviços de impressão e divulgação junto ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado — DIOE.

Para 1991, é objetivo da SEAD agilizar e melhorar a execução dos serviços de informática do Estado, no que se refere à administração dos recursos humanos e aos sistemas administrativos operacionais.

Na área de recursos humanos, os programas visarão à formação e ao aperfeiçoamento dos servidores do Estado, atendendo às necessidades da Administração.

No Anexo IV do Orçamento-Programa Anual 1991 (Fundações, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, vinculados à SEAD) se incluem os programas relativos às seguintes entidades:

— Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Esta-	Cr\$ Milhões
--	--------------

do — IPE	13.047,5
— Departamento de Imprensa Oficial do Estado — DIOE	810,6
— Departamento Estadual de Administração de Material — DEAM	738,7
— Departamento Estadual de Transporte Oficial — DETO	812,5
— Departamento Estadual de Arquivo Público — DEAP	123,2
— Departamento Estadual de Construção e Manutenção — DECOM	765,5

No âmbito da Assistência e Previdência, o programa está a cargo do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — IPE, devendo ser executado mediante atividades específicas.

O DIOE tem como seu principal programa para 1991 a execução de trabalhos gráficos para o serviço público federal, estadual e municipal, assim como as edições do Diário Oficial, Diário da Justiça e do Diário do Município de Curitiba.

O DEAM concentrará esforços numa moderna política de abastecimento, buscando atrair a iniciativa privada e democratizando as oportunidades de participação nas licitações, a fim de comprar artigos de melhor qualidade, menor preço e nas quantidades adequadas.

Para desenvolver os seus trabalhos, e tendo em vista reduzir os custos operacionais, o DETO irá utilizar-se de controle por computador.

Em 1991, o DEAP dará continuidade à guarda, conservação, organização, reprodução ou descarte de documentos sob sua custódia.

O DECOM, em 1991, terá como principais programas a coordenação e execução de reparos, melhorias, reconstrução de prédios e edificações públicas da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e dos demais poderes do Estado.

6.15 COORDENAÇÃO E ASSESSORAMENTO

6.15.1 Planejamento

No âmbito do Sistema Estadual de Planejamento, pretende-se a execução de programas e metas voltados ao assessoramento direto ao Chefe do Executivo Estadual.

Para a execução dos trabalhos alocados nas atividades: Supervisão do Sistema Estadual de Planejamento, Administração dos Serviços de Informática e Administração e Gerência do Sistema Estadual de Planejamento, estão previstos recursos no total de Cr\$ 358,5 milhões.

Suas principais metas são:

Informática

- continuidade à implementação, aperfeiçoamento e integração da Base de Dados que compõe o Sistema de Informações da Governadoria (SIG), com atualização e acesso direto para todas as secretarias e órgãos da Administração Pública Estadual;

Cooperação Técnica

- ampliação das relações de articulação entre organismos federais, estaduais e municipais, no que concerne à cooperação técnica recebida e prestada e
- assessoramento ao Secretário nas questões de cooperação técnica, através da criação de um grupo intersetorial, no intuito de agilizar ações de cooperação técnica.

Regionalização

- continuidade dos estudos das regiões paranaenses, em toda a sua abrangência, tais como suas magnitudes físicas, econômicas e sociais, suas potencialidades, deficiências e condicionantes.

Capacitação da SEPL no sentido do acompanhamento de empréstimos externos, tanto do sistema BIRD — BID como de agências governamentais.

Planejamento Governamental

As principais atividades na área de estudos, projetos e desenvolvimento territorial são:

- elaboração do Plano Plurianual do Governo Estadual e participação na elaboração da Lei de Diretrizes Oramentárias Anual;
- realização de estudos para a elaboração de anteprojeto de lei relativo ao Título I, Capítulo III, da Constituição Estadual (artigos 21 a 26), destinados a instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, bem como estabelecer normas sobre o planejamento regional (Decreto nº 7.467/90);
- participação técnica no Grupo Interestadual constituído em decorrência do Convênio de Cooperação entre os Estados da Região Sul;
- coordenação das negociações e da implantação do Programa de Saneamento Ambiental para a Região Metropolitana de Curitiba.

Planejamento Institucional

As principais metas nesta área são:

- avaliação crítica do modelo organizacional do Poder Executivo Estadual;
- edição do Cadastro Organizacional do Poder Executivo Estadual — Edição 1991;
- atendimento às solicitações de assessoramento e orientação técnica na área de planejamento institucional;
- cooperação técnica com outros estados na troca de experiências na área de planejamento institucional.

Para o desenvolvimento de tais ações estão previstos, para 1991, Cr\$ 45,4 milhões, na atividade Coordenação do Planejamento Governamental.

Orçamento e Programação

- participação na elaboração do Plano Plurianual para o período 1992/95;
- participação na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1992;
- elaboração do Anteprojeto de Lei Orçamentária Anual para ao exercício de 1992;
- desenvolvimento de um Sistema Gerencial de acompanhamento por projetos e atividades da execução física do orçamento de 1991;
- elaboração do Relatório de Execução Física do Orçamento de 1990, por projetos e atividades de todos os órgãos e unidades da Administração Pública Estadual;
- acompanhamento e ajustes necessários através de mensagens e de abertura de créditos suplementares para o orçamento de 1991;
- revisão do documento Padronização e Interpretação das Rubricas Orçamentárias para 1992;
- assistência técnica permanente sobre matéria orçamentária a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

No orçamento de 1991, estão estimados recursos no valor de Cr\$ 55,0 milhões na atividade Administração do Sistema de Orçamento.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPARDES — FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA

Além da manutenção normal da entidade, pretende-se, para o exercício de 1991, o desenvolvimento dos programas e metas a seguir descritos. Para a execução destes objetivos, foram alocados recursos da ordem de Cr\$ 265,2 milhões na atividade Gerência Administrativa do IPARDES.

Área da Coordenadoria de Pesquisa

- continuidade à revisão da metodologia de cálculo do índice mensal do Custo de Vida em Curitiba, mediante total reformulação do atual sistema de geração do índice de Preços ao Consumidor — IPC;
- manutenção do Boletim de Análise Conjuntural;
- elaboração de estatísticas e atualização metodológica da Renda Interna do Paraná (cálculo do PIB);
- continuidade na elaboração da Projeção da População dos Municípios do Paraná, para o período 1990/2010;
- Conclusão da pesquisa Serviços Públicos e Política de Saúde (Convênio IPARDES/MINSAÚDE);
- monitoramento e controle do uso do solo, do Programa Paraná Rural (Convênio IPARDES/SEAB/ITCF/EMATER);
- Banco de Dados da Indústria — 1940/1980 (Convênio IPARDES/FINEP/CONCITEC): 2º fase;
- Recursos Naturais e Meio Ambiente objetiva estudos da ocupação racional do solo urbano e rural.

Subdivide-se em dois subprojetos:

- Zoneamento Florestal no Estado do Paraná — Subprojeto 1 MRH de Londrina, Maringá e Paranavaí (Convênio IPARDES/IBAMA/ITCF);
- Diagnóstico Físico-Ambiental da Serra do Mar — Área Sul (Convênio IPARDES/ITCF).
- Diagnóstico da Base Econômica e Produtiva do Estado;
- Diagnóstico da Situação Social do Paraná;
- Diagnóstico do Desempenho Fiscal e Financeiro do Estado do Paraná na década de 80;

A conclusão desses três diagnósticos deverá se constituir numa efetiva contribuição do IPARDES ao governo que se inicia;

- Avaliação do Impacto Regional do PRORURAL.

Os trabalhos desenvolvidos nesta Coordenadoria contarão com recursos para 1991 num total de Cr\$ 307,6 milhões, previstos na atividade Pesquisas Econômico-Sociais.

Área do Centro Estadual de Estatística

Continuidade à manutenção e desenvolvimento, em termos de otimização, da Base de Dados do Estado (BDE), bem como auditoria permanente das suas informações.

Pretende ainda:

ampliação e desenvolvimento da BDE, através da implantação de novas informações e novas funções;

- divulgação da BDE junto aos órgãos da Administração Pública;
- manutenção do Sistema de Referenciação de Dados junto à estrutura da BDE;
- atendimento ao usuário, visando atender à demanda de informações através da Sala de Atendimento Público, destinada aos usuários não ligados à rede de teleprocessamento da CELEPAR e Treinamento On-Line às entidades com acesso direto ao Sistema.

Elaboração dos seguintes documentos:

- Projeto Imagens Estatísticas do Paraná;
- Dicionário Conceitual para posterior implantação no sistema BDE, visando à conceituação/definição das informações contidas na base, permitindo aos usuários o conhecimento dos dados solicitados e/ou utilizados;
- nova edição do Manual de Normas para Apresentação Tabular e Gráfica.

Para o desenvolvimento desses trabalhos estão previstos, no orçamento de 1991, recursos no valor de Cr\$ 75,7 milhões alocados na atividade Gerência do Sistema de Informações Estatísticas.

Ainda com relação ao orçamento do IPARDES para 1991, cabe lembrar que para a execução dos projetos Paraná Rural/BIRD e Floresta Atlântica existem recursos num total de Cr\$ 61,3 milhões.

6.15.2 Assessoramento

O campo de atuação da Casa Civil, envolve ações de assessoramento técnico, jurídico, político e administrativo ao Chefe do Poder Executivo, e o Orçamento Programa Anual prevê a aplicação de cerca de Cr\$ 1,1 bilhão, tendo em mira as metas a seguir discriminadas:

- Coordenação e articulação política nas relações do Estado com o Governo Federal, o Legislativo Federal e o Estadual, Municípios do Paraná e com entidades representativas da sociedade civil.
- Descentralização e municipalização dos serviços de assistência à população carente, através de transferência de recursos a 450 municípios.
- Atendimento às situações emergenciais de 600 entidades sociais.
- Apoio, através de bolsas de estudo, a 200 estudantes.
- Assessoramento ao Governador na formulação da política de assistência ao menor, elaborando campanhas de cunho assistencial a fim de auxiliar 240 entidades públicas e/ou privadas.
- Operacionalização dos sistemas de microinformática no âmbito do Governadoria.
- Coordenação, organização e controle das atividades sociais e protocolares do Governo.
- Trabalhos específicos de estudos e pesquisas sobre assuntos gerais de governo e da administração pública.

No âmbito da Casa Militar, responsável pelo assessoramento ao Governador, no que concerne a assuntos de natureza protocolar, garantia de sua segurança e de seus familiares, bem como de visitantes oficiais e serviços de transporte rodoviário e aéreo, estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 86,4 milhões.

6.15.3 Comunicação Social

A Secretária de Estado da Comunicação Social pretende, para o ano de 1991, realizar atividades de planejamento, elaboração e divulgação de cerca de doze campanhas; assessorar o Governador em seu relacionamento com a imprensa local, nacional e estrangeira; exercer atividades junto às unidades da Administração Direta e Indireta do Estado, em nível de coordenação.

Deverá também coordenar as atividades de imprensa, relações públicas, propaganda, publicidade e veiculação, marketing e planejamento junto aos dezessete Centros de Comunicação Social existentes.

Para a execução deste programa de trabalho foram previstos recursos num total de Cr\$ 673,8 milhões.

6.15.4 Procuradoria Geral do Estado

São as seguintes as metas da Procuradoria Geral do Estado, para 1991: efetuar o pagamento de 64 precatórias trabalhistas; prestar atendimento jurídico às Prefeituras e Câmaras Municipais, quando consultada; manter em atividade as 15 Procuradorias Regionais; realizar concurso público para o preenchimento de vagas na classe inicial da carreira de Procurador do Estado; cadastrar no sistema de processamento de dados cerca de 20.000 processos judiciais; celebrar 143 convênios com Prefeituras e Faculdades, visando ao atendimento jurídico à população carente, no interior do Estado e à prestação de assistência judiciária gratuita a aproximadamente 30.000 pessoas, na Capital do Estado.

7. PARANÁ: PERSPECTIVAS

A política econômica do Governo Federal terá que enfrentar diversos desafios nos anos 90, principalmente no que tange à retomada do crescimento. Esta, necessariamente, passará pela renegociação da dívida, pelo retorno às linhas de crédito externo e, sobretudo, pela queda dos níveis de inflação, redução de déficit público e reestruturação do papel do Estado.

Até agora o único resultado positivo foi o superávit do Tesouro no ano de 1990, quanto ao resto, a incerteza ainda é grande. Entretanto, ficou evidente que o aperto de liquidez levado a efeito para reduzir a inflação não se mostrou eficaz, muito pelo contrário. De um patamar de 3,2% em abril, a inflação chegou em dezembro a quase 20%. A par disso, agravou-se o problema do desemprego, notadamente em São Paulo, onde chegou aos níveis de 1981, conforme a FIESP.

O superávit do Tesouro Nacional, sinalização para as negociações da dívida externa, deu-se, em grande parte, às custas de uma sensível redução dos investimentos públicos, afetando setores industriais fortemente dependentes da demanda institucional, particularmente aqueles vinculados à produção de bens de capital. Vale lembrar, por outro lado, que esse aperto de liquidez utilizado para combater a inflação afetou outros setores, como os de produção de bens-salário.

A se manter o clima recessivo experimentado pela sociedade brasileira — que pode ser agravado pela crise do Golfo — e, como parece ser a disposição do Governo Federal, a se manter a terapia ortodoxa de combate à inflação, tudo leva a crer que a recessão se acentuará em 1991, com o aumento de concordatas e falências. E, o que será pior, a reação dos agentes econômicos na manutenção das margens de lucro, através de uma corrida de preços, associada às dúvidas destes quanto a eficácia da política econômica.

Para a economia paranaense, que tem sua base produtiva assentada, fundamentalmente na agropecuária e agroindústria, este cenário recessivo, se não revertido, tende a comprometer qualquer perspectiva menos pessimista, pois as restrições impostas de crédito, dos salários, de câmbio, vêm afetando de forma dramática importantes segmentos da economia local e brasileira, com repercussões negativas nos setores industriais e comerciais do Estado.

Na área das finanças públicas é de se prever, mantida a estratégia recessiva, uma queda acentuada nos níveis de arrecadação, uma vez que a receita tributária se encontra diretamente associada ao nível da atividade econômica, o que dificulta sobremaneira as ações de governo voltadas seja para o equilíbrio seja para o superávit fiscal, sem que sejam comprometidos os investimentos sociais.

O comprometimento desses investimentos enfraquecerá a capacidade de resposta aos desafios da sociedade paranaense. Estes, em grande medida, vêm se delineando a partir do processo de urbanização pois, de uma população urbana de 24% do total, em 1950, passou para quase 60% em 1980.

Um outro fenômeno delineado ao longo dos anos 80, de concentração

urbana, levará a que no ano 2000, segundo estimativas, 80% da população paranaense estará vivendo nas cidades. Este processo irá acentuar uma demanda por serviços sociais.

A falência do mecanismo de financiamento para áreas como habitação e saneamento — Sistema Financeiro de Habitação — irá exigir um volume de recursos cada vez maior do Tesouro Estadual, ou, uma eventual mobilização de recursos externos — estes, dependendo das condições ditadas pelo Governo Federal — para fazer frente à crescente demanda.

Vale lembrar, por outro lado, que o Paraná tem uma situação privilegiada no que tange ao abastecimento de água, já que, em 1990, mais de 97% da população urbana era atendida.

Quanto à habitação, apesar dos esforços do Governo Estadual em suprir o déficit paranaense, este tende a agravar-se na medida em que se acelera o processo de urbanização.

A implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde — SUS vem permitindo uma mobilização de recursos destinados aos governos municipais, no intuito de atender melhor e com mais rapidez suas populações, e cujos resultados poderão ser avaliados a médio e longo prazo. Assim mesmo, mostra-se ainda tímido diante do expressivo número de óbitos cuja causa deve-se às doenças infectocontagiosas, fortemente associadas à pobreza. O Paraná apresenta os melhores indicadores de saúde, no Brasil embora se coloque abaixo de outros países da América Latina.

A educação será outro desafio para os anos 90, levando-se em conta a queda da renda real da classe média, o que aumentará a clientela pelo ensino público, levando o Governo Estadual a investir maciçamente no setor, assumindo um papel mais efetivo quanto ao ensino de 1º e 2º grau, como está definido na Constituição Federal.

Em face da conjuntura caótica e do malogro do programa ortodoxo de combate à inflação, cabe ao Estado do Paraná, através de suas representações executiva, legislativa e lideranças empresariais, pressionar politicamente o Governo Federal para a utilização de instrumentos que revertam o processo recessivo e que privilegiem:

- a) a realização de gastos públicos de menor impacto inflacionário e forte potencial produtivo (infra-estrutura econômica e social); e
- b) a implementação de uma política de rendas que garanta a recomposição do poder aquisitivo dos salários e promova substancial redução dos encargos financeiros incidentes sobre o aparelho produtivo.

APÊNDICES ESTATÍSTICOS

- 1. ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS**
- 2. ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**

APÊNDICE ESTATÍSTICO

1. ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

— INDICADORES ECONÔMICOS GLOBAIS	A.1.1 a A.1.9
— FINANÇAS PÚBLICAS	A.1.10 a A.1.13
— AGROPECUÁRIA	A.1.14 a A.1.16
— TRANSPORTES	A.1.17 a A.1.27
— ENERGIA	A.1.28 a A.1.31
— EDUCAÇÃO	A.1.32 a A.1.39
— SAÚDE	A.1.40 a A.1.47

**INDICADORES ECONÔMICOS
GLOBAIS
(A.1.1 a A.1.9)**

A.1.1 — TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB, NO PARANÁ E NO BRASIL — 1970-1990*

UNIDADE	1970-1980	1980-1990	1980-1984	1985-1990	1987-1990
Paraná	13,0	4,5	3,7	5,3	3,9
Brasil	8,6	2,2	1,3	2,9	0,7

FONTE: IBGE/IPARDES

* Previsão IPARDES

A.1.2 — TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB, NO PARANÁ E NO BRASIL — 1970-1990

PERÍODO	(Em %)	
	PARANÁ	BRASIL
1970-71	25,0	11,3
1971-72	8,5	11,9
1972-73	(2,3)	14,0
1973-74	23,2	8,2
1974-75	13,4	5,2
1975-76	4,8	10,3
1976-77	23,9	4,9
1977-78	6,0	5,0
1978-79	9,1	6,8
1979-80	22,9	9,2
1980-81	6,4	(4,4)
1981-82	(9,5)	0,7
1982-83	2,2	(3,4)
1983-84	(1,0)	5,0
1984-85	15,8	8,3
1985-86	0,9	7,5
1986-87	21,8	3,6
1987-88	(3,0)	0,0
1988-89	4,4	3,6
1989-90	(5,69)*	(4,60)*

FONTE: IPARDES/IBGE

* Previsão IPARDES

A.1.3 — PARTICIPAÇÃO DO PIB, DO PARANÁ NO BRASIL — 1970-1980-85-87-89

ANO	(Em %)
1970	5,5
1980	6,3
1985	5,7
1987	5,5
1989	5,6

FONTE: IBGE/IPARDES

A.1.4 — COMPOSIÇÃO DO PIB DO PARANÁ — 1970-1980-1985-1988

ANO	(Em %)		
	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1970	25,6	23,6	50,8
1980	19,4	28,8	51,8
1985	20,8	25,4	53,8
1988	13,7	27,2	59,1

FONTE: IPARDES

A.1.5 — DISTRIBUIÇÃO DO PIB, SEGUNDO OS PRINCIPAIS GÊNEROS INDUSTRIAIS, NO PARANÁ — 1970-1980-1985-1988

GÊNERO	(Em %)			
	1970	1980	1985	1988
Minerais Não-Metálicos	7,2	7,7	5,0	5,4
Metalurgia	3,2	3,2	2,2	2,8
Mecânica	3,3	4,5	5,4	6,2
Material Elétrico e de Comunicação	0,5	3,6	4,4	5,0
Material de Transporte	1,8	2,1	4,0	6,7
Madeira	22,5	15,1	7,2	5,6
Mobiliário	3,9	3,7	1,9	1,9
Papel e Papelão	5,2	6,1	6,1	7,4
Química	7,7	24,4	24,8	20,6
Têxtil	8,5	4,4	3,8	4,9
Produtos Alimentares	23,7	16,1	25,9	22,4
Bebidas	3,0	1,0	1,9	1,6
Fumo	0,2	0,5	2,7	2,7
Outros	9,3	7,6	4,7	6,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IPARDES/SEFA

A.1.6 — COEFICIENTE DE EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DO PARANÁ — 1986-1988

ANO	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
	Externas ¹	Internas ²	TOTAL	Externas ³	Internas ⁴	TOTAL
1986	11,7	57,2	68,9	3,8	62,9	66,7
1987	12,4	55,6	68,0	2,7	60,7	63,4
1988	13,7	53,9	67,6	2,7	55,7	58,4

FONTE: IPARDES/SEFA

OBS.: O coeficiente representa a razão entre o valor das exportações ou importações e do PIB, multiplicado por 100

¹Para o exterior²Para outros estados³Do exterior⁴De outros estados

**A.1.7 — TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO,
POR SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ E BRASIL — 1990**

(Em %)

SETOR	PARANÁ	BRASIL
Agropecuária	(10,50)	(5,60)
Indústria	(3,37)	(9,60)
Serviços *	—	(0,90)
Comércio	(5,57)	(6,90)
TOTAL	(5,69)	(4,60)

FONTE: Previsões IPARDES

* Não existe previsão para o Paraná

**A.1.8 — TAXAS DE CRESCIMENTO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DO
PARANÁ — 1990/89**

PRODUTOS	%
Algodão	5,88
Alho	—21,40
Amendoim	— 2,49
Arroz	—12,10
Batata-doce	1,23
Batata-inglesa	23,01
Cana-de-açúcar	6,12
Cebola	52,91
Feijão	25,32
Fumo	6,87
Mamona	—22,90
Mandioca	36,80
Milho	— 3,32
Rami	17,95
Soja	— 7,58
Tomate	9,92
Trigo	—56,30
Banana	— 3,74
Café	—47,60
Laranja	12,81
Tangerina	0,80
Uva	—11,30
Casulos	42,66
Cera	8,70
Lã	2,56
Leite	5,46
Mel	8,79
Ovos	4,78
Aves (galinhas)	6,73
Bovinos	1,14
Suínos	22,89
Carvão Vegetal	— 6,25
Erva-Mate	6,06
Palmito	— 5,26
Carvão Vegetal	— 4,01
Lenha	— 3,34
Madeira	7,48

FONTE: IBGE/SEAB-DERAL/IPARDES

A.1.9 — TAXAS DE VARIAÇÃO DO PIB INDUSTRIAL PARANAENSE — 1989/90

SETOR	%
Extrativa e de Transformação	(4,17)
Extração de Minerais	(15,41)
Produtos de Minerais Não-Metálicos	(3,47)
Metalurgia	(6,49)
Mecânica	6,18
Material Elétrico de Comunicações	(7,51)
Material de Transporte	1,07
Madeira	(0,19)
Mobiliário	(7,80)
Papel e Papelão	4,42
Borracha	(6,56)
Couros e Peles	7,13
Química	(14,64)
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	0,27
Perfumaria, Sabões e Velas	(23,96)
Produtos de Matéria Plástica	(23,03)
Têxtil	(4,66)
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	12,87
Produtos Alimentares	0,91
Bebidas	3,77
Fumo	(6,77)
Editorial e Gráfica	10,69
Diversas	(23,38)
Construção Civil	(3,87)
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3,55
TOTAL	(3,37)

FONTE: Previsões do IPARDES

FINANÇAS PÚBLICAS
(A.1.10 a A.1.13)

A.1.10 — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA PAGA — 1990

(Cr\$ milhões)

ELEMENTOS DESPESA	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro(*)
DESPESAS CORRENTES	1161	2463	4270	8626	9637	6774	8990	10196	9139	10095	11537	24666
Despesas Custeio	455	837	1009	2359	1772	1953	3162	3355	3763	4035	4843	8124
Pessoal	420	776	838	2201	1613	1539	2674	2550	3253	3556	4234	7350
Outros Custeios	35	61	171	158	159	414	488	805	510	479	609	774
Transferências Correntes	706	1626	3260	6267	7865	4821	5828	6841	5376	6060	6694	16542
Intragovernamentais	177	469	853	4440	3456	2021	1979	2958	2669	2721	3606	7190
Intergovernamentais	—	30	21	76	66	255	252	1098	103	100	46	2137
Encargos Dívida	533	745	1900	17	3309	1320	2176	1255	640	1106	642	2173
Interna	525	716	1811	6	3194	1176	1708	766	565	767	187	2173
Externa	8	29	89	11	115	144	468	489	75	339	455	—
Outras Transf.	—	382	486	1734	1034	1225	1421	1530	1964	2133	2400	5042
DESPESAS DE CAPITAL	102	59	477	-67	827	2057	1221	3027	3191	2275	2875	2013
Investimentos	5	5	200	-167	19	188	70	939	232	57	259	1038
Const. ou Aumento Capital	4	2	194	-167	8	155	16	429	184	16	80	925
Outros Investimentos	1	3	6	—	11	33	54	510	48	41	179	113
Inversões Financeiras	—	—	22	—	4	75	50	45	107	206	248	103
Transferências de Capital	97	54	254	100	804	1794	1101	2043	2852	2012	2368	872
Intragovernamentais	33	54	254	79	543	895	461	1784	1562	1023	475	553
Intergovernamentais	—	—	—	—	—	—	2	4	16	1	—	27
Amortização da Dívida	64	—	—	20	261	899	638	255	1274	988	1893	292
Interna	52	—	—	—	132	545	351	255	230	729	193	292
Externa	12	—	—	20	129	354	287	—	1044	259	1700	—
TOTAL DESPESA	1263	2522	4747	8559	10464	8831	10211	13223	12330	12370	14412	26679

FONTE: CAFE — SECRETARIA DA FAZENDA

(*) Valores preliminares.

A.1.11 — COMPOSIÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA PAGA — 1990

(Em %)

ELEMENTOS DESPESA	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro(*)
DESPESAS CORRENTES	91,1	97,7	90,0	100,8	92,1	76,7	88,0	77,1	74,1	81,6	80,1	92,5
Despesas Custeio	36,0	33,2	21,3	27,6	16,9	22,1	31,0	25,4	30,5	32,6	33,6	30,5
Pessoal	33,2	30,8	17,6	25,7	15,4	17,4	26,2	19,3	26,4	28,7	29,4	27,5
Outros Custeios	2,8	2,4	3,6	1,8	1,5	4,7	4,8	6,1	4,1	3,9	4,2	2,9
Transferências Correntes	55,9	64,5	68,7	73,2	75,2	54,6	57,0	51,7	43,6	49,0	46,4	62,0
Intragovernamentais	14,0	18,6	18,0	51,9	33,0	22,9	19,4	22,4	21,7	22,0	25,0	30,0
Intergovernamentais	—	—	0,4	—	—	—	—	8,3	0,8	0,9	0,3	8,0
Encargos Dívida	42,2	29,5	40,0	0,2	31,6	15,0	21,3	9,5	5,2	8,9	4,5	8,1
Interna	41,6	28,4	38,2	—	30,5	13,4	16,7	5,8	4,6	6,2	1,3	8,1
Externa	0,6	1,1	1,9	—	1,1	1,6	4,6	3,7	0,6	2,7	3,2	—
Outras Transf.	—	—	10,2	—	—	—	—	11,6	15,9	17,2	16,7	18,9
DESPESAS DE CAPITAL	8,1	2,3	10,0	—	7,9	23,3	12,0	22,9	25,9	18,4	19,9	7,5
Investimentos	0,4	0,2	4,2	—	0,2	2,1	0,7	7,1	1,9	0,5	1,8	3,9
Const. ou Aumento Capital	0,3	—	4,1	—	0,1	1,8	0,2	3,2	1,5	0,1	0,6	3,5
Outros Investimentos	—	0,1	0,1	—	0,1	0,3	0,5	3,9	0,4	0,3	1,2	0,4
Inversões Financeiras	—	—	0,5	—	—	0,9	0,5	0,3	0,9	1,7	1,7	0,4
Transferências de Capital	7,7	2,1	5,4	1,1	7,7	20,3	10,8	15,5	23,1	16,2	16,4	3,3
Intragovernamentais	2,6	2,1	5,4	0,9	5,2	10,1	4,5	13,5	12,7	8,2	3,3	2,1
Intergovernamentais	—	—	—	—	—	—	—	0,1	0,1	—	—	0,1
Amortização da Dívida	5,1	—	—	0,2	2,5	10,2	6,2	1,9	10,3	8,0	13,1	1,1
Interna	4,1	—	—	—	1,3	6,2	3,4	1,9	1,9	5,9	1,3	1,1
Externa	1,0	—	—	0,2	1,2	4,0	2,8	—	8,5	2,1	11,8	—
TOTAL DESPESA	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: CAFE — SECRETARIA DA FAZENDA

(*) Valores preliminares.

A.1.12 — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA — 1990

ESPECIFICAÇÃO	(Cr\$ milhões)											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro(*)
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.337	2.382	3.736	5.607	9.300	9.676	9.275	11.008	11.347	12.115	13.014	13.873
ICMS	1.277	2.257	3.495	5.258	8.512	9.312	8.825	10.701	11.109	11.792	12.675	13.408
ITCMD	6	6	14	19	104	27	28	39	34	44	61	64
IPVA	2	14	96	147	185	177	242	74	41	43	42	31
AIR	39	89	102	136	443	103	115	122	99	156	158	286
TAXAS	12	15	28	46	56	57	65	73	64	79	79	84
RECEITA PATRIMONIAL	135	85	87	117	173	411	19	695	416	121	1.961	7.335
TRANSFÊNCIAS FEDERAIS	219	439	916	1.248	2.191	944	1.796	2.035	1.749	3.430	2.095	5.427
FPE	150	255	736	618	1.651	516	1.086	865	625	1.447	203	2.960
IRRF	48	45	65	390	161	281	196	314	576	450	623	1.332
SALÁRIO EDUCAÇÃO	21	—	34	119	177	64	216	435	130	768	170	576
FUNDO EXPORTAÇÃO	—	139	81	120	201	83	298	421	418	764	1.099	560
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	57	14	119	3.955	162	288	312	710	230	310	3.053	2.055
Internas	46	14	86	3.955	162	254	311	268	222	310	2.838	1.899
Externas	11	—	33	—	—	34	2	443	8	—	216	156
OUTRAS RECEITAS	20	18	47	553	157	281	337	(596)	201	132	175	214
RECEITA TOTAL	1.768	2.936	4.905	11.478	11.982	11.600	11.741	13.852	13.943	16.107	20.298	28.904

FONTE: CAFE — SECRETARIA DA FAZENDA

(*) Valores preliminares.

A.1.13 — COMPOSIÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA — 1990

(Em %)

ESPECIFICAÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro(*)
RECEITA TRIBUTÁRIA	75,6	81,1	76,2	48,8	77,6	83,4	79,0	79,5	81,4	75,2	64,1	48,0
ICMS	72,2	76,9	71,2	45,8	71,0	80,3	75,2	77,2	79,7	73,2	62,4	46,4
ITCMD	,4	,2	,3	,2	,9	,2	,2	,3	,2	,3	,3	,2
IPVA	,1	,5	2,0	1,3	1,5	1,5	2,1	,5	,3	,3	,2	,1
AIR	2,2	3,0	2,1	1,2	3,7	,9	1,0	,9	,7	1,0	,8	1,0
TAXAS	,7	,5	,6	,4	,5	,5	,6	,5	,5	,5	,4	,3
RECEITA PATRIMONIAL	7,6	2,9	1,8	1,0	1,4	3,5	2	5,0	3,0	,8	9,7	25,4
TRANSFÊNCIAS FEDERAIS	12,4	14,9	18,7	10,9	18,3	8,2	15,3	14,7	12,5	21,3	10,3	18,8
FPE	8,5	8,7	15,0	5,4	13,8	4,5	9,3	6,2	4,5	9,0	1,0	10,2
IRRF	2,7	1,5	1,3	3,4	1,3	2,4	1,7	2,3	4,1	2,8	3,1	4,6
SALÁRIO EDUCAÇÃO	1,2	—	,7	1,0	1,5	,6	1,8	3,1	,9	4,8	,8	2,0
FUNDO EXPORTAÇÃO	—	4,7	1,6	1,0	1,7	,7	2,5	3,0	3,0	4,7	5,4	1,9
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	3,3	,5	2,4	34,5	1,3	2,5	2,7	5,1	1,7	1,9	15,0	7,1
Internas	2,6	,5	1,8	34,5	1,3	2,2	2,6	1,9	1,6	1,9	14,0	6,6
Externas	,6	—	,7	—	—	,3	—	3,2	,1	—	1,1	,5
OUTRAS RECEITAS	1,1	,6	1,0	4,8	1,3	2,4	2,9	-4,3	1,4	,8	,9	,7
RECEITA TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: CAFE — SECRETARIA DA FAZENDA

(*) Valores preliminares.

AGROPECUÁRIA
(A.1.14 a A.1.16)

A.1.14 — EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO PECUÁRIA, SEGUNDO O PRODUTO, NO PARANÁ — 1986-90

PRODUTO	UNIDADE	1986	1987	1988 ⁽²⁾	1989	1990 ⁽²⁾
Carne Bovina ⁽¹⁾	t	132.187	173.935	204.000	192.793	195.000
Carne Suína ⁽¹⁾	t	110.350	124.245	115.000	86.959	102.000
Carne Avícola ⁽¹⁾	t	260.000	297.854	292.000	325.114	347.000
Leite	1000 litros	1.030.743	1.059.774	1.080.000	1.132.145	1.194.000
Ovos	1000 dúzias	215.000	217.412	208.700	201.378	211.000
Mel	t	1.738	1.918	2.110	2.298	2.500
Lã	t	276	302	332	390	450
Ovos de Codorna	1000 dúzias	210	342	480	518	560
Cera de Abelha ⁽³⁾	t	88	74	81	92	90
Casulo do Bicho-da-Seda ⁽⁴⁾	t	5.968	5.778	6.829	7.150	10.333

FONTE: FIBGE/MA

NOTAS: (1) Referente a Abates com Inspeção Federal.

(2) Estimativa SEAB/DERAL.

(3) Associação Paranaense de Apicultores.

(4) EMATER/PR — (1986/88) — ABRASSEDA (1989/90)

A.1.15 — EVOLUÇÃO DO REBANHO PECUÁRIO, SEGUNDO O TIPO DE REBANHO, NO PARANÁ — 1985-89

(Em Cabeças)

TIPO DE REBANHO	1985	1986	1987	1988	1989⁽¹⁾
Bovino	8.538.179	8.563.315	8.582.536	8.472.318	8.620.318
Bubalino	59.528	65.555	83.251	87.764	90.000
Suíno	4.168.703	4.569.031	4.140.580	3.695.934	3.582.820
Aves (galináceos)	56.300.000	66.877.000	68.097.383	66.808.109	70.717.252
Asinino	1.865	2.032	2.035	1.971	2.009
Muar	120.782	118.091	118.217	118.295	121.370
Equino	426.937	441.160	444.259	445.855	452.294
Caprino	290.703	290.068	279.958	275.909	273.033
Ovino	279.741	304.690	316.765	340.701	355.527
Coelho	115.367	186.088	226.544	204.536	166.025
Codorna	28.703	37.733	53.689	56.534	69.682
Perus	89.856	94.097	99.682	95.611	100.000
Patos, Marrecos e Gansos	621.403	626.270	630.354	627.658	630.000

FONTE: FIBGE — Produção Pecuária Municipal

(1) Estimativa — SEAB/DERAL

A.1.16 — ESTIMATIVA DE ÁREA E DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS CULTURAS DE VERÃO, NO PARANÁ — 1988-90 e 1990-91

CULTURA	ÁREA (ha)			PRODUÇÃO (t)		
	1988/89	1989/90	1990/91 ⁽¹⁾	1988/89	1989/90	1990/91 ⁽¹⁾
Algodão	415.091	490.000	570.000	805.277	852.600	1.050.000/1.150.000
Amendoim	2.345	2.430	2.400	3.487	3.400	3.500/4.000
Arroz sequeiro	142.722	132.000	133.000	214.783	193.000	193.000/218.000
Arroz irrigado	20.911	18.000	16.000	80.915	67.000	63.000/73.000
Feijão (águas)	465.623	500.000	600.000	180.427	250.000	395.000/440.000
Mamona	5.613	4.162	3.200	7.885	6.061	4.500/4.900
Milho normal	1.866.417	1.900.000	2.155.034	4.620.034	4.800.000	5.700.000/6.200.000
Soja	2.399.993	2.270.000	1.970.000	5.031.297	4.650.000	4.100.000/4.400.000
Fumo	22.720	21.970	23.000	41.972	44.470	42.000/45.000
Cana	153.539	170.000	180.000	11.401.852	12.750.000	13.800.000/14.400.000
Mandioca	77.349	110.000	110.000	1.622.846	2.310.000	2.300.000/2.500.000
Rami	8.030	7.140	5.500	9.193	10.245	10.500/12.000
Batata (águas)	23.942	26.200	24.000	292.065	418.435	335.000/370.000
Cebola	4.541	5.500	5.950	27.674	41.980	40.800/45.000
TOTAL	5.608.836	5.657.402	5.789.050	24.339.707	26.397.191	

FONTE: SEAB/DERAL-IBGE

NOTA (1) — Estimativa

TRANSPORTES
(A.1.17 a A.1.27)

A.1.17 — EVOLUÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO NO ESTADO DO PARANÁ — 1986-1990 (km)

ANO	NÃO PAVIMENTADA				PAVIMENTADA				
	Planejada (A)	Em Obras de Implant. (B)	Leito Natural Implantada (C)	TOTAL (C)	Em Obras de Paviment. (D)	Pav. Pista Simples	Em Obras Duplic. (E)	TOTAL (E)	TOTAL ABCDE
1986	3.566,10	49,20	104.622,80	24.282,00	128.904,80	10.906,60	103,80	11.382,15	145.599,85
1987	3.552,10	—	104.622,80	24.218,40	128.841,20	11.233,90	175,80	11.781,45	145.599,85
1988	3.502,00	—	104.622,80	24.082,10	128.704,90	11.797,89	166,00	12.412,74	145.611,64
1989	3.486,00	—	104.622,80	23.999,30	128.622,10	12.065,89	166,00	12.684,14	145.611,64
1990	3.506,40	—	104.747,70	24.087,20	128.834,90	12.209,79	139,20	12.828,04	145.607,64

FONTE: DER/SETR

A.1.18 — SISTEMA RODOVIÁRIO NO ESTADO DO PARANÁ — EXTENSÕES TOTAIS — 1990 (km)

SITUAÇÃO	NÃO PAVIMENTADA				PAVIMENTADA				
	Planejada (A)	Em Obras de Implant. (B)	Leito Natural Implantada (C)	TOTAL (C)	Em Obras de Paviment. (D)	Pav. Pista Simples	Em Obras Duplic. (E)	TOTAL (E)	TOTAL ABCDE
REDE	911,00	—	146,80	82,80	229,60	2.674,50	89,90	3.105,00	4.258,70
Federal	—	—	176,60	185,50	362,10	1.162,10	—	1.164,00	1.626,30
Est. Transitória	—	—	136,40	1.579,40	1.715,80	8.021,29	49,30	8.159,69	12.794,39
Estadual	2.595,40	—	2,30	23,30	25,60	175,70	—	175,70	201,30
Acessos	—	—	2,00	1,90	3,90	97,20	—	144,65	150,05
Ex. Urb. Estaduais	—	—	104.283,60	22.214,30	126.497,90	79,00	—	79,00	126.576,90
Municipal	—	—	104.747,70	24.087,20	128.834,90	12.209,79	139,20	12.828,04	145.607,64
TOTAL	3.506,40	—	104.747,70	24.087,20	128.834,90	12.209,79	139,20	12.828,04	145.607,64

FONTE: CPPT/SETR

A.1.19 — TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO PARANÁ — 1986-90

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	1990*
Movimento de Passageiros (em milhões)	129	144	138	146	144
Linhas em operação (nº)	760	781	817	912	929
Frota de Veículos (nº)	2.596	2.655	2.656	2.606	2.708
Empresas Concessionárias (nº)	54	53	53	51	53

FONTE: DER/SETR

(*) — Estimativa

A.1.20 — MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, SEGUNDO OS ANOS — 1986-90

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS (1.000 t)					
ANOS	Porto de Paranaguá			Porto de Antonina	TOTAL
	Carga Geral	Granéis Sólidos	Granéis Líquidos		
1986	1.000	7.734	3.170	166	12.070
1987	962	9.095	3.303	196	13.556
1988	1.246	8.323	3.173	62	12.804
1989	1.546	10.022	2.992	67	14.627
1990	1.587	8.619	2.703	22	12.931

FONTE: APPA/SETR

OBS.: A movimentação do Porto de Antonina a partir de 1986, é constituída de Granéis Sólidos.

A.1.21 — MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM TONELADAS, PELO PORTO DE ANTONINA — 1986-90

MERCADORIAS	1986	1987	1988	1989	1990
LONGO CURSO					
Fertilizantes (imp.)	1.338	6.783	2.916	12.785	2.635
CABOTAGEM					
Minérios (imp.)	28.359	14.880	—	44.535	13.366
Carvão (imp.)	136.671	174.499	53.184	5.997	—
Fertilizantes (imp.)	—	—	6.194	3.517	3.079
Sal (imp.)	—	—	—	—	3.320
TOTAL	166.368	196.162	62.294	66.834	22.400

FONTE: APPA/SETR

A.1.22 — RECEITA CAMBIAL — 1986-90 (US\$ 1.000)

MERCADORIAS	1986	1987	1988	1989	1990
CARGA GERAL	665.768	573.097	1.006.744	1.142.945	1.183.000
Algodão	13.824	69.455	5.719	73.326	109.749
Café em grão	236.102	91.469	258.361	242.060	111.855
Café solúvel	168	—	1.410	1.613	6.767
Congelados	132.132	123.147	195.522	168.797	200.358
Madeira	71.463	86.711	161.836	117.646	138.621
Outras	212.079	202.315	383.896	539.503	615.650
GRANÉIS SÓLIDOS	880.031	1.118.243	1.469.956	1.483.991	1.209.940
Farelos	747.014	867.213	1.243.211	1.079.851	889.301
Milho em grão	—	150	—	—	—
Soja em grão	131.221	250.282	226.158	403.724	320.166
Trigo mourisco	1.796	598	587	416	473
GRANÉIS LÍQUIDOS	278.406	307.324	290.319	284.766	197.644
Derivados de petróleo	243.171	216.097	214.851	106.252	62.391
Óleos Vegetais	35.235	91.227	75.468	178.514	135.253
TOTAL	1.824.205	1.998.664	2.767.019	2.911.702	2.590.584

FONTE: APPA/SETR

A.1.23 — VALOR DAS MERCADORIAS POR TONELADA — 1986-90 (US\$)

MERCADORIAS	1986	1987	1988	1989	1990
Café	5.932	1.753	2.273	1.567	1.130
Café solúvel	—	—	3.398	1.653	2.309
Milho	—	150	—	—	—
Soja *	176	194	262	254	218
Farelos	176	173	238	186	183
Algodão	486	966	715	837	1.059
Madeira	455	490	757	432	422
Óleos vegetais	255	197	298	417	426
Congelados	1.023	902	1.118	1.165	1.118
Trigo mourisco	138	80	115	152	108
Derivados de petróleo	265	250	250	250	234
Outras	586	532	604	793	438

FONTE: APPA/SETR

* Exceto soja paraguaia.

**A.1.24 — EXPORTAÇÕES DE LONGO CURSO PELO PORTO DE PARANAGUÁ,
SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1986-90**

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES DE LONGO CURSO (t)				
	1986	1987	1988	1989	1990
CARGA GERAL	716.413	818.114	1.145.014	1.333.605	1.402.759
Café em grão	39.804	52.174	113.642	154.452	98.993
Madeira	156.922	176.969	213.915	272.192	328.846
Algodão	28.455	71.883	8.003	87.563	103.644
Café Solúvel	—	—	415	976	2.931
Congelados	129.147	136.582	174.961	144.876	179.216
Têxteis	4.468	3.442	2.975	4.158	3.884
Cerâmicas	43.820	31.354	36.887	45.674	34.684
Papel	172.988	157.848	327.974	342.233	332.147
Diversas	140.809	187.862	266.242	281.481	318.414
GRANÉIS SÓLIDOS	5.390.521	6.918.723	6.651.517	8.240.518	6.984.580
Milho em grão	—	1.000	—	—	—
Soja em grão *	1.131.839	1.888.728	1.414.067	2.418.648	2.096.688
Farelos	4.245.702	5.021.506	5.230.494	5.812.203	4.850.631
Trigo Mourisco	12.980	7.489	5.111	2.731	4.384
Trigo em Grão **	—	—	—	—	28.966
Feijão	—	—	1.845	1.503	3.911
Minérios	—	—	—	5.433	—
GRANÉIS LÍQUIDOS	1.055.483	1.327.742	1.112.736	853.456	584.196
Óleos Vegetais	137.914	463.346	253.327	428.443	317.513
Derivados de Petróleo	917.569	864.396	859.409	425.013	266.683
TOTAL	7.162.417	9.064.579	8.909.267	10.427.579	8.971.535

FONTE: APPA/SETR

(*) — A soja exportada engloba a movimentação do Paraguai:

1986 — 384.123 t

1987 — 600.537 t

1988 — 550.547 t

1989 — 827.675 t

1990 — 627.453 t

(**) — O trigo em grão é de procedência Paraguaia.

A.1.25 — IMPORTAÇÕES DE LONGO CURSO PELOS PORTOS DE PARANGUÁ E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1986-90

TIPO DE CARGA	IMPORTAÇÕES DE LONGO CURSO (t)				
	1986	1987	1988	1989	1990
CARGA GERAL	275.738	132.108	87.138	193.459	168.702
Carga Containerizada	11.616	22.845	26.918	54.949	68.338
Diversas	264.122	109.263	60.220	138.510	100.364
GRANÉIS SÓLIDOS	942.802	731.274	432.414	612.056	872.356
Cevada	—	10.242	48.703	63.488	43.945
Fertilizantes	210.876	339.997	374.080	453.468	742.082
Farelos	—	—	—	—	30.477
Milho em grão	399.043	169.192	—	18.344	—
Minérios	42.208	22.411	2.421	7.178	986
Soja em Grão	127.627	135.530	7.210	—	—
Arroz	163.048	—	—	—	29.513
Sal	—	53.902	—	69.578	25.353
GRANÉIS LÍQUIDOS	87.764	93.797	74.850	99.664	183.304
Derivados de petróleo	423	8.647	3.441	70.347	32.958
Produtos químicos	65.491	85.150	64.429	20.660	33.560
Óleos vegetais	21.850	—	6.980	—	2.808
Diversas	—	—	—	8.657	—
Álcool	—	—	—	—	113.978
TOTAL	1.306.304	957.179	594.402	905.179	1.224.362

FONTE: APPA/SETR

A.1.26 — EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM PELOS PORTOS DE PARANGUÁ E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1986-90

TIPO DE CARGA	EXPORTAÇÕES POR CABOTAGEM (t)				
	1986	1987	1988	1989	1990
CARGA GERAL	4.143	4.143	6.685	9.787	4.888
Café em grão	597	—	—	—	—
Diversas	3.546	4.143	6.685	9.787	4.888
GRANÉIS SÓLIDOS	1.246.276	1.234.919	1.004.243	1.035.777	591.430
Milho	49.189	310.380	113.752	70.914	19.380
Farelos	77.207	50.895	15.148	1.200	3.140
Minérios	20.580	—	15.046	107.254	—
Trigo em Grão	1.099.300	873.644	860.297	856.409	568.910
GRANÉIS LÍQUIDOS	1.994.377	1.711.007	1.949.856	1.954.429	1.841.430
Óleos vegetais	42.275	22.100	24.000	19.000	19.500
Deriv. do petróleo	1.654.870	1.439.726	1.717.708	1.755.746	1.647.198
G.L.P.	29.070	8.772	—	17.802	3.150
Combust. p/ navios	182.005	155.393	134.050	71.875	73.109
Água p/ navios	86.157	85.016	74.098	90.006	98.473
TOTAL	3.244.796	2.950.069	2.960.784	2.999.993	2.437.748

FONTE: APPA/SETR

A.1.27 — IMPORTAÇÕES POR CABOTAGEM PELOS PORTOS DE PARANGUÁ E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA — 1986-90

TIPO DE CARGA	IMPORTAÇÕES POR CABOTAGEM (t)				
	1986	1987	1988	1989	1990
CARGA GERAL	3.654	7.233	7.124	9.772	10.451
Diversas	3.654	7.233	7.124	9.772	10.451
GRANÉIS SÓLIDOS	320.878	406.205	297.049	200.237	192.712
Carvão	136.671	174.499	53.184	5.997	—
Fertilizantes	28.261	37.339	29.853	19.407	14.833
Minérios	28.359	45.700	57.027	59.295	42.898
Sal	127.587	148.667	156.985	115.538	134.981
GRANÉIS LÍQUIDOS	32.161	170.640	35.901	84.493	94.311
Deriv. de petróleo	26.048	168.398	31.924	54.221	24.312
G. L. P.	6.113	2.242	—	11.606	27.031
Prod. químicos	—	—	3.977	18.666	29.556
Álcool	—	—	—	—	13.412
TOTAL	356.693	584.078	340.074	294.502	297.474

FONTE: APPA/SETR

ENERGIA
(A.1.28 a A.1.31)

A.1.28 — CONSUMO GLOBAL DE ENERGIA PRIMÁRIA NO PARANÁ — 1985/89

FONTES	1.000 tEP									
	1985	%	1986	%	1987	%	1988	%	1989	%
Petróleo	3.233	37,8	3.552	38,9	3.761	38,8	3.842	38,5	3.903	37,9
Energia Hidráulica	2.453	28,7	2.488	27,2	2.766	28,5	2.964	29,7	3.072	29,9
Lenha	1.598	18,7	1.672	18,3	1.714	17,7	1.724	17,3	1.715	16,7
Produtos da Cana	923	10,8	1.053	11,5	1.056	10,9	1.004	10,0	1.061	10,3
Carvão Mineral	285	3,3	309	3,4	328	3,4	378	3,8	325	3,2
Xisto	46	0,5	48	0,5	46	0,5	49	0,5	49	0,5
Outras	18	0,2	20	0,2	17	0,2	24	0,2	158	1,5
TOTAL	8.556	100,0	9.142	100,0	9.688	100,0	9.985	100,0	10.283	100,0
Crescimento sobre o ano anterior (%)	—	9,3	—	6,8	—	6,0	—	3,1	—	3,0

FONTE: Balanço energético do Paraná — 1980/1989

**A.1.29 — DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA, NO PARANÁ
— 1986/90**

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1986	1987	1988	1989	1990
Disponibilidade de Energia					
Elétrica	27.361	39.644	37.980	46.803	55.743
Geração Bruta no Estado	27.267	39.561	37.859	46.724	55.665
COPEL	4.878	7.254	6.244	7.383	10.792
ELETROSUL	8.753	10.930	8.850	11.571	13.927
ITAIPU	10.926	17.903	19.254	23.615	26.545
CESP	1.901	2.691	2.687	3.285	3.522
Força e Luz Cel. Viva	3	3	3	3	3
Autoprodutores	806	780	821	867	876
Recebimentos	94	83	121	79	78
Requisitos de Energia					
Elétrica no Estado	9.073	9.973	10.680	11.084	11.355
Distribuição Direta	8.577	9.190	9.912	10.310	10.617
Concessionárias	7.846	8.465	9.123	9.471	9.768
Autoprodutores	731	725	789	839	849
Perdas e Diferenças	496	783	768	774	738
Fornecimento para outros Estados e Exterior	18.288	29.671	27.300	35.719	44.388

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1) Foi considerada como geração bruta no Estado a metade da energia elétrica gerada em rios limítrofes — Paraná e Paranapanema, explorados, respectivamente, pela Itaipu Binacional e pela Companhia Energética de São Paulo — CESP.

2) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 kWh (quilowatt-hora).

3) 1990 valores preliminares.

A.1.30 — CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, NAS ÁREAS URBANA E RURAL, SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES, NO PARANÁ — 1986/90

CLASSES DE CONSUMIDORES	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1986	1987	1988	1989	1990
Residencial	1.742	1.970	2.131	2.306	2.532
Industrial	4.345	4.426	4.812	4.943	4.892
Comercial	1.041	1.140	1.199	1.256	1.327
Poderes Públicos	190	210	224	228	236
Iluminação Pública	404	472	523	542	543
Serviços Públicos	259	281	304	312	324
Próprio	67	67	53	53	53
Subtotal-Urbano	8.048	8.566	9.246	9.640	9.907
Rural	529	624	666	670	710
TOTAL	8.577	9.190	9.912	10.310	10.617

SPE/DRMR/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 kWh (quilowatt-hora).

2) Inclusive autoprodutores.

3) 1990 valores preliminares.

A.1.31 — NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES, NO PARANÁ — 1986/90

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				
	1986	1987	1988	1989	1990
Residencial	1.226.376	1.283.301	1.352.531	1.432.780	1.488.816
Industrial	22.414	23.592	24.765	26.844	28.312
Comercial	147.003	153.382	159.021	167.241	174.973
Rural	180.612	207.010	225.616	232.101	239.930
Poderes Públicos	16.204	17.829	19.394	19.962	20.770
Iluminação Pública	1.019	1.029	1.040	1.029	1.031
Serviços Públicos	1.515	1.627	1.775	1.862	1.945
Próprio	1.154	1.198	1.266	1.302	1.322
TOTAL	1.596.297	1.688.968	1.785.408	1.883.121	1.957.099

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

1) Inclusive autoprodutores.

2) 1990 valores preliminares.

EDUCAÇÃO
(A.1.32 a A.1.39)

A.1.32 — TAXA DE REPETÊNCIA DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ
— 1985/89

ANO	ZONA URBANA					ZONA RURAL					TOTAL				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1985	11,09	19,48	19,20	8,13	18,08	20,21	18,62	22,07	18,44	21,41	15,78	19,42	20,88	8,59	18,86
1986	16,43	18,52	17,66	7,83	17,12	32,15	16,26	20,68	16,70	19,83	29,68	18,36	19,39	8,19	17,73
1987	9,66	18,97	18,34	7,84	17,50	33,83	16,06	20,44	15,96	19,57	27,65	18,77	19,49	8,10	17,95
1988	8,26	19,62	18,22	7,51	17,96	30,75	16,77	20,40	16,32	19,63	27,60	19,42	19,35	7,75	18,30
1989	—	17,29	16,49	5,89	16,00	25,96	15,45	19,45	9,73	18,52	25,96	17,17	17,91	5,96	16,48

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A.1.33 — TAXA DE REPROVAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ
— 1984/88

ANO	ZONA URBANA					ZONA RURAL					TOTAL				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1984	15,13	22,02	22,05	11,89	20,71	30,19	20,93	25,42	18,96	24,59	21,44	21,95	24,03	12,20	21,65
1985	16,51	20,21	20,19	11,02	18,99	40,88	17,57	22,94	19,82	22,03	27,65	20,03	21,77	11,37	19,69
1986	8,92	21,24	21,23	10,86	19,84	42,44	17,73	22,69	18,45	21,80	29,11	21,00	22,05	11,14	20,29
1987	11,98	21,60	20,59	10,43	19,88	32,79	17,85	22,24	18,86	21,40	26,37	21,35	21,46	10,67	20,21
1988	—	18,86	19,00	9,89	17,14	35,70	16,29	21,00	16,00	19,84	28,00	18,68	19,93	10,05	18,18

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: 1989 — Em processamento.

A.1.34 — TAXA DE REPROVAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ
— 1984-88

ANO	ZONA URBANA					ZONA RURAL					TOTAL				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1984	0,78	17,57	23,53	8,88	14,58	—	5,74	5,66	4,85	5,24	0,78	17,54	14,42	8,84	14,54
1985	16,60	13,73	2,17	8,30	12,32	—	4,71	—	11,31	8,73	16,60	13,70	2,17	8,34	12,30
1986	7,29	13,73	3,26	9,75	12,66	—	5,14	8,00	6,54	6,20	7,29	13,72	4,27	9,72	12,63
1987	8,63	14,35	30,47	10,28	13,23	—	4,23	—	5,37	4,81	8,63	14,33	24,07	10,22	13,18
1988	9,36	12,20	20,31	9,96	11,93	—	7,82	4,44	8,30	7,92	11,52	16,11	16,18	9,94	11,61

FONTES: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: A partir de 1985 os dados dos cursos não seriado não constam deste quadro.
 1989 — Em Processamento.

A.1.35 — TAXA DE REPETÊNCIA DO ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ
— 1985/89

ANO	ZONA URBANA					ZONA RURAL					TOTAL				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1985	0,41	12,11	5,17	4,07	9,94	—	7,86	—	1,07	3,83	0,41	12,10	—	4,03	9,91
1986	1,13	10,67	—	3,96	8,89	—	4,63	—	5,16	4,72	1,13	10,66	—	3,97	8,88
1987	0,40	10,19	0,67	4,95	8,60	—	5,58	—	2,27	2,98	0,40	10,18	0,53	4,91	8,57
1988	0,41	11,25	7,48	4,28	9,40	—	2,41	4,00	1,71	2,10	0,41	11,23	6,60	4,25	9,37
1989	0,36	9,78	6,99	4,28	8,37	—	4,19	—	1,40	3,02	0,36	9,76	5,49	4,26	8,34

FONTES: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A.1.36 — MOVIMENTO ESCOLAR DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA, ALUNOS APROVADOS E REPROVADOS, TRANSFERÊNCIAS EXPEDIDAS, ABANDONO E MATRÍCULA TOTAL — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA					ZONA RURAL					TOTAL				
	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total	Apro- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matric. Total
1984	776.116	202.685	125.356	162.395	1.266.552	235.613	76.822	52.237	53.240	417.912	1.011.729	279.507	177.593	215.635	1.684.464
1985	809.901	189.811	118.044	154.876	1.272.632	236.381	66.769	45.064	48.102	396.316	1.046.282	256.580	163.108	202.978	1.668.948
1986	819.552	202.900	129.425	164.586	1.316.463	232.965	64.948	49.183	46.889	393.985	1.052.517	267.848	178.608	211.475	1.710.448
1987	840.296	208.532	127.566	155.137	1.331.531	224.918	61.255	44.808	45.420	376.401	1.065.214	269.787	172.374	200.557	1.707.932
1988	902.488	194.896	148.348	163.143	1.408.875	220.827	54.654	45.250	43.559	364.290	1.123.315	249.550	193.598	206.702	1.773.165

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: 1989 — Em Processamento.

A.1.37 — EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 2º GRAU, POR SÉRIE — PARANÁ — 1985-89

ANO	SÉRIES				TOTAL	CONCLUINTE
	1:	2:	3:	4:		
1985	86.405	50.774	37.003	1.000	181.952	32.910
1986	88.906	54.846	37.877	885	188.281	32.562
1987	86.314	54.469	39.195	1.091	186.753	33.484
1988	96.981	57.173	39.813	1.127	200.978	34.657
1989	102.781	63.322	43.270	1.356	218.058	

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: A partir de 1985 os dados dos cursos não seriado estão incluídos na coluna NÃO SERIADO.
Dados de Concluintes de 1989 — Em Processamento.

A.1.38 — EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU POR SÉRIE — PARANÁ — 1985-89

ANO	SÉRIES							TOTAL	CONCLUINTES	
	1:	2:	3:	4:	5:	6:	7:			8:
1985	369.207	271.971	230.985	184.741	195.595	135.548	97.796	74.427	1.560.270	56.599
1986	365.616	272.671	238.038	195.235	205.349	140.243	101.132	76.498	1.594.782	57.743
1987	352.682	266.926	235.981	197.928	207.855	142.207	101.752	76.311	1.581.642	58.421
1988	352.649	270.971	238.331	201.640	226.429	151.002	108.824	81.044	1.630.890	62.606
1989	337.643	286.955	242.573	206.595	238.351	162.781	116.189	86.841	1.677.928	

FONTA: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Dados de Concluintes de 1989 — Em Processamento.

A.1.39 — MOVIMENTO ESCOLAR DO ENSINO DE 2º GRAU POR ZONA, ALUNOS APROVADOS E REPROVADOS, TRANSFE-RÊNCIAS EXPEDIDAS, ABANDONO E MATRÍCULA TOTAL — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA							ZONA RURAL							TOTAL						
	Apró- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matr. Não Ser.	Matric. Total	Apró- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matr. Não Ser.	Matric. Total	Apró- vados	Repro- vados	Transf. Expedidas	Aban- dono	Matr. Não Ser.	Matric. Total			
1984	112.338	19.176	10.700	42.060	—	184.274	561	31	77	46	—	715	112.899	19.207	10.777	42.106	—	184.989			
1985	112.059	15.748	11.302	42.007	6.670	187.786	596	57	82	82	—	817	112.655	15.805	11.384	42.089	6.670	188.603			
1986	120.260	16.568	12.945	45.962	5.767	195.502	575	38	69	80	—	762	114.835	16.606	13.014	46.042	5.767	196.264			
1987	115.050	17.540	13.448	43.431	4.873	194.342	673	34	118	78	—	903	115.723	17.574	13.566	43.509	4.873	195.245			
1988	125.827	16.566	13.842	47.244	5.769	209.248	767	66	107	152	—	1.092	126.594	16.632	13.949	47.396	5.769	210.340			

FONTA: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: A partir de 1985 os dados dos cursos não seriado estão incluídos na coluna Matrícula Final — Não Seriado.
1989 — Em Processamento.

SAÚDE
(A.1.40 a A.1.47)

A.1.40 — NÚMERO DE CONSULTAS MÉDICAS, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL, REALIZADAS PELA FCMR, NO PARANÁ — 1986/90

GRUPO POPULACIONAL	NÚMERO DE CONSULTAS				
	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Menor de 1 ano	167.452	158.245	152.409	146.538	
1 a 4 anos	231.839	220.258	220.984	214.299	
5 a 14 anos	225.384	224.019	237.269	233.709	
15 e mais anos	857.037	884.772	963.647	999.870	
Gestantes	132.612	125.676	120.165	108.017	
Puérperas	13.467	13.465	11.927	11.583	
TOTAL	1.627.791	1.626.435	1.706.401	1.714.016	15.604.896 (1)

FONTE: FCMR/SESA

(1) — A partir de 1990 os dados deixaram de ser coletados por faixa etária, passando a ser coletados por prestador de toda a rede SUDS.

(*) — Dados preliminares.

A.1.41 — ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRESTADA, SEGUNDO O GRUPO POPULACIONAL, NO PARANÁ — 1986/90

GRUPO POPULACIONAL	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA				
	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Aplicação do Fluor (crianças)	1.129.469	1.213.588	1.261.582	1.283.479	1.411.827
Escolares e Pré-Escolares					
Gestantes e Outros (1)	568.284	3.516.501	5.335.922	5.848.537	6.543.783

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

(1) — Os dados de 1986, referem-se aos atendimentos prestados pela SESA/FCMR; e os de 1987 a 90; referem-se a Procedimentos e Tratamentos Concluídos por todos os prestadores da rede SUDS.

(*) Dados preliminares.

A.1.42 — COBERTURA VACINAL DE ROTINA EM CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO, SEGUNDO O TIPO DE DOENÇA, NO PARANÁ — 1986/90

TIPO DE DOENÇA	COBERTURA VACINAL (%)				
	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Contra a Tuberculose (BCG)	90,9	94,9	95,5	100,2	100,0
Contra a Difteria, Tétano e Coqueluche (Tríplice) (1)	80,5	80,9	81,5	85,5	97,6
Contra o Sarampo	87,1	88,7	83,7	88,0	100,0
Contra Pólio ⁽¹⁾	79,6	81,1	83,1	85,8	96,6

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

(1) Refere-se à terceira dose.

(*) Dados preliminares.

A.1.43 — COBERTURA VACINAL NOS DIAS NACIONAIS CONTRA A POLIO-MIELITE EM CRIANÇAS DE 0 A 4 ANOS, SEGUNDO AS FASES, NO PARANÁ — 1986/90

FASES	COBERTURA VACINAL (%)				
	1986	1987	1988	1989	1990
1ª Fase	90,6	88,0	86,7	93,7	102,6
2ª Fase	78,6	93,6	89,5	95,6	100,1

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

A.1.44 — INTOXICAÇÕES POR AGROTÓXICOS NOTIFICADAS AO CENTRO DE EPIDEMIOLOGIA NO PARANÁ — 1986/90

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Número de Casos	585	567	421	558	715
Número de Óbitos	65	39	42	56	74
Coef. de Incidência (por 100.000 hab.)	6,7	6,3	4,5	6,0	7,5
Coef. de Mortalidade (por 100.000 hab.)	,7	,4	,4	,6	,8
Coef. de Letalidade (%)	11,1	6,9	9,9	10,0	10,3

FONTE: FCMR/SESA

(*) — Dados Preliminares.

A.1.45 — OUTROS ACIDENTES TOXICOLÓGICOS NOTIFICADOS AO CENTRO DE EPIDEMIOLOGIA NO PARANÁ — 1987/90

DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	1989	(*)1990
Medicamentos	208	219	233	420
Picada de Aracnídeo	316	500	680	684
Picada de Ofídio	997	983	1188	831
Plantas Tóxicas	23	26	24	36
Outros Produtos ⁽¹⁾	249	263	461	952

FONTE: FCMR/SESA

(1) Inclui produtos químico-industriais, pesticida doméstico, raticidas, domissanitários, cosméticos e outros produtos.

(*) Dados preliminares.

**A.1.46 — COEFICIENTE DE INCIDÊNCIA DAS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO
COMPULSÓRIA, NO PARANÁ — 1986/90**

DOENÇAS	1986	1987	1988	1989	(1)1990
Poliomielite	,1	,0	,0	,0	—
Doença Meningocócica	1,1	1,0	1,4	1,8	3,7
Meningite de Outras Etiol.	10,1	10,3	8,5	18,3	13,7
Meningite de Etiol. não Específica.	8,5	9,1	8,5	10,6	6,4
Difteria	1,1	,7	,4	,4	,2
Tétano	1,7	1,9	1,6	1,3	,9
Coqueluche	19,9	13,2	4,7	11,8	10,5
Sarampo	126,9	108,7	5,7	5,4	13,9
Hepatite	47,1	46,0	51,4	75,3	52,0
Leptospirose	,6	,6	,6	,3	1,1
Febre Tifóide	,3	,1	,1	,3	,2
Raiva Humana	,9	1,6	—	—	—
Tuberculose	43,2	37,4	33,7	30,0	22,5
Hanseníase	8,6	11,2	15,4	12,8	7,5
Aids	,2	,2	,6	7,6	7,8

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: Todos os coeficientes são calculados por 100.000hab., com exceção do caso da AIDS, que é calculado por 1.000.000hab.

(1) — Dados Preliminares.

A.1.47 - ALGUNS INDICADORES DE SAÚDE, PARANÁ - 1982/87

ANO	Coefficiente de mortanda- de infantil por 1.000 nas- cidos vivos	Mortandade proporcio- nal (%) por grupo etário 0 - 1	50 e +	Coefficiente de mortalida- de por doença transmis- sível por 100.000 habitan- tes	Coefficiente de mortalida- de materna por 1.000 nascidos vivos	Coefficiente de natalidade geral por 1.000 habitan- tes	Coefficiente de fecundida- de por 1.000 mulheres 15 a 49 anos
1982	41,60	20,30	51,56	41,10	0,79	27,77	109,92
1983	42,63	17,82	54,78	37,73	0,95	23,73	96,16
1984	43,69	16,60	56,17	41,64	1,05	21,25	86,00
1985	39,07	15,67	57,70	33,72	0,85	21,67	85,82
1986	36,98	15,08	58,97	33,20	0,79	21,51	87,61
1987	35,27	14,17	60,32	27,79	0,83	20,01	76,01

FONTE: FCMR/SESA

APÊNDICE ESTATÍSTICO

2. ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

— AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	A.2.1 a A.2.3
— TRANSPORTES	A.2.4 a A.2.17
— ENERGIA	A.2.18 a A.2.22
— EDUCAÇÃO	A.2.23 a A.2.39
— SAÚDE	A.2.40 a A.2.49
— ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA	A.2.50 a A.2.56
— ADMINISTRAÇÃO GERAL	A.2.57 a A.2.60

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
(A.2.1 a A.2.3)

A.2.1 — MICROBACIAS TRABALHADAS NO PROGRAMA DE MANEJO INTEGRADO DE SOLOS E ÁGUA, SEGUNDO OS NÚCLEOS REGIONAIS DA SEAB — 1986-90

NÚCLEOS REGIONAIS	1986			1987			1988			1989			1990 ⁽¹⁾				
	Micro-bacias	Área Propriedades (ha)	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área Propriedades (ha)	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área Propriedades (ha)	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área Propriedades (ha)	Municípios Envolvidos	Micro-bacias	Área Propriedades (ha)	Municípios Envolvidos		
Apacarana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		
Campo Mourão	23	98.477	18	30	170.363	23	55	291.337	9.132	—	23	62	146.633,08	4.885	—		
Casavel	97	157.389	17	138	447.475	16	149	496.928	15.045	—	17	57	214.267,88	6.776	—		
Comélio Procópio	37	62.088	18	27	50.871	16	40	79.549	2.789	—	18	62	122.708,19	4.089	—		
Cunitiba	29	35.670	22	33	36.532	21	49	45.345	2.290	—	22	85	188.245,99	7.299	—		
Francisco Beltrão	25	12.743	15	73	24.556	17	97	252.339	13.698	—	17	77	201.125,86	9.233	—		
Guarapuava	20	21.873	6	26	84.680	6	35	98.537	2.040	—	8	55	95.862,41	2.597	—		
Iraí	15	21.417	8	16	29.436	8	19	40.075	1.345	—	8	25	38.096,17	1.458	—		
Ivaiporã	17	47.349	15	5	14.620	15	25	143.237	6.718	—	16	60	190.339,11	7.691	—		
Jacarezinho	8	6.338	7	10	22.752	8	36	37.217	2.041	—	25	46	70.903,20	4.919	—		
Londrina	29	22.111	18	36	62.341	17	77	105.962	2.721	—	15	44	85.089,97	2.334	—		
Maringá	33	55.586	21	43	70.331	23	105	227.526	6.620	—	30	91	217.807,46	6.227	—		
Paranaguá	14	31.704	6	11	9.848	5	19	73.170	1.096	—	5	16	75.767,00	867	—		
Paranavai	30	124.884	25	30	129.060	19	45	171.807	2.457	—	20	56	200.239,96	3.460	—		
Pato Branco	21	25.443	11	23	28.907	11	35	66.134	1.889	—	11	33	101.318,06	2.887	—		
Ponta Grossa	39	46.018	10	52	52.246	12	82	131.373	4.159	—	13	90	196.640,34	4.900	—		
Toledo	72	219.687	14	98	737.439	14	70	757.578	36.627	—	13	49	245.912,80	10.954	—		
Umuarama	27	15.943	17	30	14.649	20	55	30.202	1.444	—	21	71	64.772,21	2.868	—		
União da Vitória	11	25.738	10	07	14.893	7	24	73.298	1.701	—	10	18	48.118,00	1.263	—		
TOTAL	547	1.030.458	33.091	688	2.000.999	258	1.017	3.121.614	113.812	292	997	2.503.847,69	84.707	313	1.117	3.013.378,25	99.899

FONTE: SEAB

(1) Estão em análise e cadastramento mais 83 microbacias, totalizando até o final do período (1990), 1200 microbacias hidrográficas.

A.2.2 - PROGRAMA DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM, SEGUNDO OS NÚCLEOS REGIONAIS DA SEAB - 1990

REGIONAL	Incorporada	Melhorada	Total	Saneamento	Drenagem	Sistem.	Aspersão	Irrig. Local	Pequeno	Médio	Grande	Total Projetos	Arroz	Olivícola	Pastagem	Outros Cultivos
	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha	ha					ha	ha	ha	ha
Apucarana	3,51	-	3,51	-	-	1,50	-	2,01	12	-	-	12	1,50	2,01	-	-
Campo Mourão	612,20	4,20	616,40	24,50	256,70	4,20	420,00	-	29	8	26	63	231,90	13,00	-	460,50
Casavel	112,80	26,00	138,80	38,00	65,10	38,70	1,00	-	17	7	7	31	55,70	-	-	87,10
Comêdio Procopio	203,50	2,00	205,50	68,90	215,80	3,00	4,00	3,80	64	7	11	82	257,10	,80	-	37,60
Curitiba	619,50	-	619,50	88,50	574,70	-	41,50	-	56	10	5	71	100,30	39,50	50,00	514,90
Francisco Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-
Guarapuava	29,60	-	29,60	-	29,60	-	-	-	4	-	.01	5	15,20	-	-	14,40
Irati	145,00	-	145,00	-	236,50	2,80	-	-	7	.01	11	19	19,20	-	-	220,10
Ivaipora	111,16	2,60	113,76	2,40	99,76	2,60	10,00	-	35	9	6	50	70,56	-	2,40	41,80
Jacarezinho	375,20	1,00	376,20	38,50	389,21	2,00	23,10	-	144	9	6	159	431,01	21,80	-	-
Londrina	125,00	-	125,00	1,20	79,40	-	43,00	25,40	31	1	6	38	93,10	46,40	2,50	7,00
Maringá	177,20	16,00	193,20	71,50	106,10	30,00	2,20	-	62	8	10	80	207,60	2,20	-	-
Paranaíba	589,92	7,00	596,92	57,00	538,42	44,00	9,00	27,00	59	2	6	67	120,30	130,00	153,10	272,02
Paranaíba	963,60	-	963,60	141,40	793,80	10,00	1,40	17,00	16	3	13	32	376,20	1,40	81,00	505,00
Pato Branco	,40	-	,40	-	-	-	,40	-	.01	-	-	1	-	,40	-	-
Ponta Grossa	926,00	-	926,00	-	1,101,60	48,50	26,10	-	15	6	19	40	698,20	13,50	-	464,50
Tobelo	552,40	-	552,40	37,90	237,00	85,00	190,50	2,00	66	9	9	84	152,40	11,50	112,40	276,10
Umuarama	972,10	-	972,10	-	1,006,20	-	2,30	-	6	-	13	19	202,40	1,30	700,80	104,00
União da Vitória	474,40	-	474,40	37,70	440,90	-	-	-	9	2	7	18	129,00	-	-	349,60
Sub-total	6.993,49	58,80	7.052,29	607,50	6.170,79	272,30	774,50	77,21	633	82	156	871	3.161,67	283,81	1.102,30	3.354,62
INICIATIVA PRIVADA	-	-	5.231,08	-	132,70	102,10	360,80	20,05	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.993,49	58,80	12.283,37	607,50	6.303,49	374,40	1.135,30	97,26	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SEAB-DAGRI

A.2.3 — COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIGRANJEIROS, SEGUNDO AS UNIDADES DO CEASA DO PARANÁ — 1987-90

UNIDADES	1987	1988	1989	1990
Ceasa de Curitiba	351.317,6	316.661,4	387.900,0	407.000,0
Ceasa de Maringá	124.878,9	114.282,8	143.714,0	150.000,0
Ceasa de Londrina	44.165,4	42.792,6	44.731,0	45.000,0
Ceasa de Foz do Iguaçu	26.324,4	25.133,6	31.529,0	33.000,0
Ceasa de Cascavel	15.244,8	15.184,5	14.769,0	15.000,0
TOTAL DAS UNIDADES	561.931,1	514.054,9	622.643,0	650.000,0
Merc. Produtor Morretes	1.546,4	1.301,4	955,0	1.000,0
Merc. Produtor Cerro Azul	1.207,6	1.115,3	1.852,0	2.000,0
Merc. Produtor Agudos do Sul	213,2	164,3	223,0	200,0
Merc. Produtor Alm. Tamandaré	1.258,2	715,6	397,0	400,0
Merc. Produtor Araucária	1.267,2	872,4	993,0	1.000,0
Merc. Produtor S. J. Pinhais	930,6	1.212,0	1.196,0	1.500,0
Merc. Produtor Tijucas do Sul	259,4	754,2	51,0	50,0
FEPAR/Ceasa	2.688,4	1.851,8	1.955,0	2.200,0
TOTAL MERCADOS PRODUTOR⁽¹⁾	9.371,0	7.987,0	7.622,0	8.350,0
Hortomercado S. Quitéria	6.913,2	10.241,5	11.359,0	13.000,0
Hortomercado Corn. Procópio	729,9	464,0	277,0	300,0
TOTAL HORTOMERCADOS	7.643,1	10.705,5	11.636,0	13.300,0
Varejão Capão Raso	2.851,4	—	—	—
Varejão Capão da Imbuia	2.698,6	—	—	—
Varejão Pinhais	679,6	—	—	—
TOTAL VAREJÕES⁽²⁾	6.229,6	—	—	—
TOTAL	585.174,8	532.747,4	641.901,0	671.650,0

FONTE: DITEC-CEASA/PR

NOTAS: (1) Os Mercados do Produtor estão sendo administrados pelas Associações de Produtores e os Varejões pela Prefeitura Municipal.

(2) Referente Varejão Capão Raso, Capão da Imbuia e Pinhais, a execução do referido programa passou a cargo da Prefeitura Municipal.

Os projetos "Compras Comunitárias" e "Mercadão Popular" apresentaram o seguinte desempenho neste mesmo período:

ANO	Nº de Famílias Atendidas (Média Mensal)	Volume de Prod. Repassados as Famílias (em t)	Margem Média de Economia (%)
1987	22.000	7.725	21,0
1988	73.400	15.421	23,8
1989	49.800	10.751	20,0
1990	31.217	8.337	17,0

FONTE: DIVAS/CEASA-PR

TRANSPORTES
(A.2.4 a A.2.17)

A.2.4 — OBRAS E PROJETOS EXECUTADOS PELO DER, POR TIPO DE SERVIÇO — 1986/1990

SERVIÇO	1986	1987	1988	1989	1990	
					Concluída	Em Andamento
Terraplenagem e Pavimentação (km)	662,74	1.125,48	1.093,40	816,60	402,13	404,87
Restauração e Rejuvenescimento de Pavimento (km)	412,87	897,19	753,54	334,05	186,81	13,50
Revestimento Primário (km)	5.325,05	4.971,58	5.578,58	4.173,62	3.099,95	16,00
Obras-de-Arte Especiais (m)	5.547,24	3.109,85	2.583,37	1.716,95	1.139,90	408,20
Constr. de Prédios Públicos (m ²)	1.736,44	—	1.309,54	228,60	—	—
Projetos Finais de Engenharia						
Terrapl. e Pavimentação (km)	1.508,45	1.712,77	3.726,60	597,42	461,00	201,07
Restauração (km)	232,30	466,16	62,90	103,90	808,00	136,00
Obras-de-Arte Especiais (m)	515,00	2.785,00	3.224,00	40,00	365,00	145,00

FONTE: DER/SETR

A.2.5 — TOTAL DE PROJETOS EXECUTADOS PELO DER/PR, POR TIPO DE SERVIÇO NO ESTADO DO PARANÁ — 1986/1990

DISCRIMINAÇÃO	1990		1989	1988	1987	1986
	Em Andamento	Concluídos				
Projetos Finais de Engenharia						
Terraplenagem e Pavimentação	461,00	201,07	597,42	3.726,60	1.712,77	1.508,45
Projetos Finais de Engenharia						
Restaurações	808,00	136,00	103,90	62,90	466,16	232,30
Projetos de Obras-de-Arte-Especiais (m)	365,00	145,00	40,00	3.224,00	2.785,00	515,00

FONTE: DER/SETR

A.2.6 — ATIVIDADES DAS CENTRAIS DE FRETES NO PARANÁ — 1986/1990

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	1990(*)
Motoristas atendidos (n°)	27.196	37.133	62.043	60.645	41.254
Comissionamentos (n°)	27.223	37.147	33.696	32.760	15.948
Tonagem comissionada (1.000 t)	571	808	697	683	509
Percurso total evitado (1.000 km)	5.711	6.681	6.063	5.895	2.871
Combustível economizado (1.000 l)	1.632	2.227	2.021	1.965	957

FONTE: DER/SETR

(*) — Estimativa

**A.2.7 — VALOR PROCESSADO PELO DER POR PROJETO/ATIVIDADE
1986/1990 (Cr\$ 1,00)**

PROJETO/ATIVIDADE	1986	1987	1988	1989	1990(*)
Construção de Rodovias P/N	855.165	3.975.477	32.068.371	161.374.018	3.289.498.772
Rodovias Alimentadoras Bid III	1.156.180	3.208.777	18.879.544	67.516.844	9.298.349
Rodovias Vicinais BNDES	486.985	853.148	2.043.534	852.228	—
Estradas Rurais CEF	—	—	12.142.753	74.478.220	801.044.165
Programa — Pirmic	—	—	—	1.818.392	—
Adequação de Estradas Municipais	—	—	—	2.524.679	138.918.487
Ponte sobre o Rio Paraná	—	—	—	25.155.556	1.969.620
Manutenção do DSTC	—	—	—	613.341	70.303.642
Serviço de Administração Geral	282.941	765.987	5.314.101	74.721.565	2.203.480.420
Dívida Pública (Interna e Externa)	90.386	1.153.588	5.813.734	73.775.805	5.414.626.668
Conservação de Rodovias	139.892	473.266	2.081.821	23.658.741	1.068.686.730
Apoio Rodoviário a Municípios	18.985	182.166	764.513	3.878.371	181.124.601
Estradas Coletoras Pró-Rural	71.111	46.348	269.141	1.156.299	29.244.711
Segurança Tráfego e Combate Erosão	16.138	22.867	316.777	—	—
Programa de Ação Municipal Pram	—	—	68.858	—	—
TOTAL	3.117.783	10.681.624	79.763.147	511.524.059	13.208.196.165

FONTE: DER/SETR

A.2.8 — EVOLUÇÃO DA REDE DE CONSERVAÇÃO A CARGO DO DER-PR (RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS DELEGADAS) 1986/1990

(km)

ANO	Pavimentada	Revestimento Primário	Leito Natural	TOTAL
1986	11.126,0	2.261,0	504,0	13.891,0
1987	12.053,8	1.914,0	348,4	14.316,2
1988	12.035,1	1.937,0	347,4	14.319,5
1989	11.677,6	1.852,2	351,2	13.881,0
1990*	11.677,6	1.852,2	351,2	13.881,0

FONTE: DER/SETR

(*) — Valores relativos a 1990 somente em agosto de 1991.

**A.2.9 — REDE ROVODIÁRIA DE CONSERVAÇÃO A CARGO DO DER-PR SE-
GUNDO O TIPO DE RODOVIA — 1990(*)**

(km)

JURISDIÇÃO	Pavimentada	Rev. Primário	Leito Natural	Total
Federal Delegada	2.130,6	85,0	—	2.215,6
Estadual	9.547,0	1.767,2	351,2	11.665,4
TOTAL	11.667,6	1.852,2	351,2	13.881,0

FONTE: DER/SETR

(*) — Valores relativos a 1990 somente em agosto de 1991.

A.2.10 — OBRAS CONCLUÍDAS E EM ANDAMENTO PELO DER/PR POR TIPO DE SERVIÇO 1990

Tipo Obra	Programa	(km)	
		1990 Concluídas	Em Andamento
PAVIMENTAÇÃO	PROGRAMA NORMAL	253,04	202,38
	Rodovias Rurais	149,09	202,49
	TOTAL	402,13	404,87
RESTAURAÇÃO	PROGRAMA NORMAL	186,81	13,50
	TOTAL	186,81	13,50
REVESTIMENTO PRIMÁRIO	PROGRAMA NORMAL	3.099,95	16,00
	TOTAL	3.099,95	16,00
OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS	PROGRAMA NORMAL	1.139,90	408,20
	TOTAL	1.139,90	408,20

FONTE: DER/SETR

**A.2.11 — PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR
RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ
— 1990**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Alvorada do Sul	PR-437 — Primeiro de Maio — Alvorada do Sul	,20
Andirá	PR-092 — Andirá — Leopoldina	10,74
Arapongas	BR-369 — contorno norte de Arapongas (*)	5,20
Barbosa Ferraz	PR-462 — Barbosa Ferraz — Tereza Breda	17,00
Cambira	PR-170 — Itacolomi — BR-376 (Apucarana)	24,30
Cantagalo	PRT-158 — Laranjeiras do Sul — Marquinho — PR-546 (Palmital)	70,68
Centenário do Sul	PR-340 — E. PR-450 — E. PR-543	,30
Floresta	Ligação PR-317 — Floresta	1,90
Ibaiti	PRT-153 — Ibaiti — Ventania	50,24
Ibiporã	Acesso ao Conjunto H. Figueira	2,20
Irati	Acesso a Colônia Gonçalves Junior	1,90
Japira	PRT-272 — Pinhalão — Japira — BR-153	,40
Londrina	PR-218 — Londrina — Maravilha	,30
Londrina	Interseção PR-445 — PR-538	,30
Londrina	Três Marcos — BR-369	,20
Londrina	Três Marcos — Irere	,30
Lunardelli	Trevo e Acesso a Lunardelli	,60
Mandaguari	BR-376 — Mandaguari — Sarandi (*)	21,20
Nova Londrina	Avenida A. Ormense	,30
Palmital	Entroncamento PRT-158 — Palmital	5,00
Piraquara	Acesso Avenida Iraí	1,00
Planalto	PRT-163 — Planalto — Pérola do Oeste	20,58
Rolândia	Rolândia — Balancão	11,00
Umuarama	Contorno de Umuarama (*)	7,20
TOTAL		253,04

FONTE: DER/SETR

* Duplicação.

A-212 — PAVIMENTAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA, DE RODOVIAS RURAIS, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1990

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Cianorte	Venda Maringá — Vidigal	9,23
Coronel Vivida	BR-158 — Lambedor (*)	8,80
Curitiba	Rua Nicola Pelanda	3,10
Icaraíma	Fazenda Sacramento — Vila Rica do Ivaí	8,00
Iguaracú	Angulo — Flórida	13,20
Itambaracá	Itambaracá — São Joaquim do Pontal	11,20
Jussara	PR-323 — Acesso a Destilaria Melhoramentos Norte do Paraná	4,95
Londrina	Tamarana — Entroncamento Lerroville	2,40
Mariópolis	Mariópolis — Bom Jesus dos Gramados (*)	11,05
Matinhos	Flamingo — Betaras (Av. Beira Mar)	5,94
Pato Branco	Pato Branco — Fazenda Barra (*)	6,00
Pérola	Pérola — Bairro do Lontra (7 de Setembro)	9,40
Pérola do Oeste	Pérola do Oeste — Vila Progresso (*)	5,60
Pinhão	Rio Capivara — Dois Pinheiros	5,30
Pinhão	Pinhãozinho — Rio Capivara	7,10
Planalto	Planalto — Santa Luzia (*)	3,00
Realeza	PR-182 — Vila Nova — Saltinho (*)	5,70
Salto do Lontra	Salto do Lontra — São Jorge (*)	6,00
Tapira	Tapira — Venda do Pedro	14,20
Toledo	Nova Concórdia — Dez de Maio	8,92
TOTAL		149,09

FONTE: DER/SETR

* Pavimentação Poliédrica

**A-213 — RESTAURAÇÕES CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR RO-
DOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ —
1990**

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO (km)
Arapongas	Aeroporto de Arapongas	,52
Assis Chateaubriand	Assis Chateaubriand — PR-317 — PR-581 (LA)	,18
Assis Chateaubriand	Assis Chateaubriand — Palotina (LA)	,25
Bela Vista do Paraíso	PR-090 — B. Vista Paraíso — Sta. Margarida (RC)	1,00
Cafelândia	PR-574 — Cafelândia — BR-369 (N. S. Penha) (LA)	2,91
Cafelândia	PR-574 — Cafelândia — BR-369 (LA)	,60
Campo Mourão	Aeroporto de Campo Mourão (LA)	1,40
Ibaití	PR-435 — Ibaití — Congonhinhas	13,00
Ibiporã	PR-090 — Ibiporã — Sertanópolis (RC)	3,60
Ibiporã	Ibiporã — Figueira	2,20
Iretama	PR-462 — Acessos a Iretama (RC)	1,00
Jacarezinho	PR-855 — Aces. Aeroporto de Jacarezinho (LA)	,70
Jardim Alegre	PR-082 — Placa Luar — São João Ivaí (RC)	,60
Jardim Alegre	PR-082 — Placa Luar — Pouso Alegre (RC)	4,00
Jundiá do Sul	PR-218 — Entr. BR-153 — Jundiá do Sul (LA)	18,00
Loanda	Ruas e Avenidas de Loanda (LA)	4,50
Nova Aurora	PR-239 — Nova Aurora — Jesuítas (LA)	,15
Nova Londrina	Avenida Brasil e Av. Londrina (LA)	,60
Paranaguá	Avenida Portuária	6,30
Sabáudia	PR-281 — Entroncamento PR-218 — Sabáudia (RC)	,45
Sabáudia	PR-281 — Acesso a Sabáudia (RC)	,70
Salto do Lontra	PR-471 — Salto do Lontra — Nova Prata (LA)	16,00
Santo Antonio Sudoeste	PR-481 — Ampére — Sto. Antonio Sudoeste (RC)	5,00
Santo Antonio Sudoeste	PR-481 — Ampére — Sto. Antonio Sudoeste (LA)	10,00
Siqueira Campos	Aeroporto de Siqueira Campos (LA)	1,20
Toledo	PR-317 — PR-239 — PR-581 — PR-182 (Toledo) (LA)	2,35
Toledo	PR-585 — Toledo — Vera Cruz (LA)	24,00
Verê	PR-469 — Verê — Entr. PR-281 (LA)	19,00
Wenceslau Braz	PRT-272 — Wenceslau Braz — Tomazina — Pinha- lão — BR-153	46,60
TOTAL		186,81

FONTE: DER/SETR

RC — Recapeamento

LA — Lama Asfáltica

A.2.14 — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1990

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO
		km
Abatiá	Estrada da 409 — da 510 — da 402 — da 001	12,00
Agudos do Sul	Estrada Papanduvas — Taquara Lisa	4,00
Agudos do Sul	Estrada Pedra Grande — Bateias	12,80
Agudos do Sul	Estrada Pedra Branca — Div. PR-SC	2,15
Agudos do Sul	Estrada Dobrado — Pavão	4,00
Agudos do Sul	Estrada Palmito — Colônia Nova	5,20
Agudos do Sul	Estrada Palmito — Areia	3,20
Agudos do Sul	Estrada Areias — Taramã	4,80
Altamira do Paraná	Acesso PR-364	6,00
Altamira do Paraná	PR-364 — Rio Achado	7,00
Altamira do Paraná	Estrada Riozinho — Bela Fonte	13,00
Alto Paraná	Estradas Urbanas Diversas	3,70
Alto Paraná	Estrada João Morante Parra	,50
Alto Paraná	Estrada Sta. Terezinha	,50
Alto Paraná	Estrada Petroba	,90
Alto Paraná	Estrada Paulo Nicoletti	,50
Alto Paraná	Estrada Chodo	,90
Alto Paraná	Estrada Riozinho — B. Forte	13,00
Alto Paraná	Estrada Velha — Nova Esperança	,50
Alto Paraná	Estradas Municipais	13,00
Alto Piquiri	Estrada Cemitério	12,00
Alto Piquiri	Estrada Saltinho	13,00
Alto Piquiri	Estrada Ercilândia	16,00
Amaporá	Estrada Nordestina	18,00
Andirá	Bairro Pimenteira — PR-517	5,40
Antonio Olinto	Estrada DM 003 — Sede — V. Lavador	17,20
Antonio Olinto	Estrada D 202 — Lavador — DM 501	5,50
Antonio Olinto	DM 202 — Divisa Lapa	2,80
Arapoti	Bairro Homem Morto — B. Vista — Quizot	28,00
Araruna	Estrada Lirial — S. Luiz — Taquarimbi	12,00
Araucária	Estrada Roça Velha	5,80
Assaí	Estradas Municipais	6,00
Assis Chateaubriand	Linha Alto Alegre	9,81
Astorga	Estr. Tupinambás — Estr. Chinsu — Santa Maria	10,00
Barracão	Estrada S. José — Rio Capanema	8,00
Barracão	Estrada Linha Botafogo — Taramã	9,00
Barracão	Estrada S. Sebastião — L. V. Cruz	8,90
Barracão	Estrada Ac. B. Vista do Capanema	5,90
Barracão	Estrada B. Jesus — Boa Esperança	6,20
Bituruna	Estradas Municipais	9,50
Boa Esperança	Estrada Olaria Velha	2,80
Boa Esperança	Estrada Takao I	2,80
Boa Esperança	Estrada Takao II	3,60
Boa Esperança	Estrada Estrela Dalva	2,00
Bocaiúva do Sul	Estrada João XXIII	40,00
Bom Sucesso	Estrada Cemerezinho	2,50

continua

A.2.14 — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1990

continuação

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Bom Sucesso	Estrada Cambará	,80
Bom Sucesso	Estrada Keller	2,50
Borrazópolis	Estrada Sta. Terezinha — J. Meira	21,00
Cafeara	Estrada EK 502 — 402	12,40
Cambé	Estrada Mimobo — Bom Sucesso	21,80
Cambé	EN 413 — EN 414	8,90
Cambira	Estradas Municipais	3,80
Campina da Lagoa	Estrada 3 Águas	2,90
Campina da Lagoa	Estrada Joaquim Carola	2,60
Campina da Lagoa	Estrada Velha Ubiratá	1,10
Campina da Lagoa	Estrada Campina da Lagoa — Hervera	2,00
Campina Grande do Sul	Estrada Aracatuba — T. Velho — Jardim Paulista	24,00
Campina Grande do Sul	Estradas Municipais	6,30
Campo do Tenente	Lajea do Rosário	5,00
Campo do Tenente	Cascavel — Pau de Casca	5,00
Campo do Tenente	Sede — Buriti — Buriti	3,30
Campo do Tenente	Sede — Campo de Fora	2,50
Campo Largo	Acesso a Ponte S/Rio Passaúna	,52
Campo Largo	Estrada Bom Retiro	24,00
Campo Mourão	Estrada Vila Seca — Rio Grande	11,35
Cantagalo	Estrada R. Cobre — Pinhalzinho	44,00
Carlópolis	Estrada EY 404 — Entr. PR-218 — Rep. Cesp	7,00
Cerro Azul	Estrada do Mato Preto	16,00
Cerro Azul	Estrada do IAPAR	5,00
Cerro Azul	Estrada da Barra Bonita	8,00
Céu Azul	Estradas Municipais	20,13
Chopinzinho	Estrada Alto Sta. Rosa — PR-158	3,10
Chopinzinho	Estrada S. Luiz — Sta. Rosa	6,20
Chopinzinho	Estrada Alto Sta. Rosa — 3 Saltos	1,30
Chopinzinho	Estrada Sta. Rosa — Alto Sta. Rosa	4,70
Cidade Gaúcha	Estrada Canavieira	15,00
Cidade Gaúcha	Estrada José Tomé	7,00
Cidade Gaúcha	Estrada Santa Monica	5,00
Clevelândia	PR-280	3,00
Colombo	Estrada Jardim Guaraituba	28,40
Congonhinhas	Estradas Municipais	11,00
Cornélio Procópio	Estradas Congonhas	3,90
Corumbataí do Sul	Estrada Santo Antonio	8,00
Corumbataí do Sul	Estrada Seis Pontas	7,60
Corumbataí do Sul	Estrada Mercado	6,00
Cruz Machado	Estrada L. Vitória — Linha Lapa	14,40
Cruzeiro do Sul	Estradas Municipais	25,00
Curiúva	Espigão — Pelma	7,00
Curiúva	PR-090 — Catarina Santas	3,50
Curiúva	PR-090 — Curiúva	3,00

continua

A.2.14 — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1990

continuação

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Curiúva	Alecrim — Espigão Bonito	6,20
Diamante do Oeste	Estradas Municipais	10,65
Doutor Camargo	Estrada Reserva	7,00
Eneas Marques	Estrada Aparecida Oeste — Pinhalzinho	6,10
Eneas Marques	Estrada A. Pinhal — Linha Felipe	3,80
Eneas Marques	Estrada Cristo Rei — Barra Bonita	9,00
Eneas Marques	Estrada Bela União — Rio Arroio	3,70
Eneas Marques	Estrada Bela União — Eneas Marques	1,10
Eneas Marques	Estrada Rio Passa Fome — Rio Mata Fome	3,50
Eneas Marques	Acessos	1,50
Eneas Marques	PR-180 — A. Pocado — R. do Poço	7,30
Engenheiro Beltrão	Estradas Municipais	10,00
Faxinal	Estrada Boa Vista	11,60
Fenix	Estrada B. Vista Ivaí	1,00
Fenix	Estrada Três Vendas — Água Azul	13,00
Floresta	Estrada 004	7,50
Florestópolis	Estradas Municipais	3,00
Francisco Beltrão	Estrada Água Vermelha — L. Volpato	10,70
Francisco Beltrão	Estrada L. Volpato — Rio Marrecas — Fazendinha — F. Beltrão	2,20
Francisco Beltrão	Estrada Fazendinha — Rio Marrecas — Água Vermelha	6,80
Francisco Beltrão	Estrada São Pio — Rio Erval	7,20
Francisco Beltrão	Estrada Santa Bárbara — Francisco Beltrão	6,00
Francisco Beltrão	Estradas Municipais	15,00
Francisco Beltrão	Estrada S. Braz — Palmeirinha	6,10
General Carneiro	BR-153 — Arroio do Gato	15,00
Godoy Moreira	Estrada L. Guavira — Cruzinha — Ferrador	10,50
Goioerê	Estrada Chico Galo — Rancho Alegre — Ceuninse	20,60
Guaraci	Estrada GJ 514 — GJ 501	8,20
Guarapuava	BR-373 — Rio Novo	26,00
Guarapuava	PR-170 — Estrada Curucaca	22,00
Guaratuba	Estrada Piçarras — Barra do Saí	9,30
Ibaiti	Bairros Amorinha — A. Preta — S. Rei	9,60
Ibema	Linha Gaúcha	11,52
Ibiporá	Estrada HA 414 — HA 428 — HA 431X — HA 547	21,80
Iguaraçu	Estrada 003	2,00
Iguaraçu	Estrada 115	1,50
Iguaraçu	Estrada 002 (Munhoz)	1,50
Iguaraçu	Estrada 201	,50
Imbituva	Estrada Apiaba — Bela Vista	18,10
Imbituva	BR 376 — Campina	6,40
Imbituva	São Miguel — Arroio Grande	7,50
Imbituva	Cidade — Maria Brava	4,20

continua

A.2.14 — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1990

		continuação
MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Imbituva	Mato Branco — Faxinal dos Galvão	6,30
Imbituva	Estrada Palmar — Madrugada	5,30
Imbituva	Estrada Palmar — Barra Bonita	2,40
Imbituva	Estrada Rebouças — Bugio	5,60
Imbituva	Estrada Poço Bonito — Barra dos Andrades	1,70
Imbituva	Estrada Rebouças — Rio Corrente	9,60
Imbituva	PR — 364 — Estrada Barro Branco	5,20
Inácio Martins	Estrada Campina — Três Antas	4,10
Inácio Martins	Sede — Dallegrave	9,20
Inácio Martins	Sede — Fazenda Stroparo	2,30
Inácio Martins	Sede — Fazenda Cabral	2,40
Inácio Martins	Sede — Estrada Gavazone	6,50
Inácio Martins	Sede — Estrada Moderot	1,20
Inácio Martins	Estrada Renuculo — São Domingos	4,90
Inácio Martins	Estrada Goes Artigas — Hemanía	1,70
Ipiranga	Estrada São Braz — Pombal	12,88
Iporã	Estrada Ercilândia	32,00
Irati	Col. S. Lourenço — Div. T. Soares	15,10
Irati	Estrada Vila Nova	4,00
Irati	Estrada L. Ordenança — Linha B	8,60
Iretama	Estrada Gramado — Água da Anta	4,00
Iretama	Estrada Malibu — Sítio S. Antonio	2,00
Iretama	Estrada Esplanada — A. Anta	4,30
Ivaiporã	Estradas Municipais	4,50
Ivatuba	Jardim Refúgio — Porto Areia	9,40
Ivatuba	Estradas Municipais	8,40
Jacarezinho	Estrada JA 402 (Entr. BR-153)	5,20
Jaguapitã	Estrada HT 105 — HT 101 — HT 202	16,00
Jaguariaíva	Bairro Pesqueiro	20,00
Janiópolis	BR-272 — Bredópolis	12,20
Japira	Estrada Guape	13,00
Jardim Olinda	Estrada Paranapoema	3,00
Jardim Olinda	Estrada Pirapo	4,00
Jardim Olinda	Estrada Água Amarela	4,00
Jardim Olinda	Água Azul	2,00
Jataizinho	Estrada IC 202 — IC 307 — IC 546	24,80
Juranda	Estrada Distrito R. Verde — Primavera	6,50
Juranda	BR-369 — Rib. Guajuvira	2,00
Lapa	Estrada Divisa Rio Negro	21,00
Lindoeste	Estradas Municipais	15,22
Luiziana	Estrada São Domingo — Estrada Rio Leão	26,40
Mallet	Estrada Ind. R. Claro — B. Lima	11,00
Mallet	Estrada Linha Norte	5,80
Mallet	Estrada Fazendinha	5,00
Mandaguacú	Estrada Moreschi — Três Corações	9,90

continua

A.2.14 — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1990

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação
		EXTENSÃO km
Mandirituba	Loteamento Faz. Rio Grande	20,60
Maria Helena	Estrada Ipiranga	15,00
Maria Helena	Estrada Alvorada	5,00
Marialva	Estrada Aquidaban — S. Luiz	15,00
Marilena	Estrada JB 006	3,00
Marilena	Estrada JB 320	4,00
Marilena	Estrada JB 120	1,80
Marilena	Estrada JB 001	8,20
Marmeleiro	Estradas Municipais	15,00
Matelândia	Estradas Municipais	6,50
Matinhos	Acesso Cabaraquara	1,00
Mirador	Estradas Municipais	18,00
Mirassolva	JK 304 — JK 305 — JK 306 — JK 414	13,40
Moreira Sales	Bairro 17	4,00
Moreira Sales	Bairro 34	4,00
Nova Cantu	Estrada Rio do Peixe — N. Cantu — Cantuzinho	21,44
Nova Londrina	Sede — Placa Itauna	15,00
Nova Londrina	Sede — Porto Tigre	20,00
Nova Prata do Iguaçu	Estrada Nova Floresta — Col. Nova	2,50
Nova Prata do Iguaçu	PR-471 — Santa Cruz	5,50
Nova Prata do Iguaçu	Vila Saleté — Nova Vitória	3,50
Nova Prata do Iguaçu	Nova Vitória — Nova Gaúcha	7,00
Nova Prata do Iguaçu	Nova Gaúcha — Cangaçu	3,10
Nova Prata do Iguaçu	Fazenda Vetorello — Guarani	1,80
Nova Prata do Iguaçu	Estrada Guarani — Estrada Grapia	4,80
Nova Prata do Iguaçu	Estrada Encruzilhada — S. J. Vora	3,70
Nova Prata do Iguaçu	Estrada São João — Nova Gaúcha	4,00
Nova Prata do Iguaçu	Estrada São João — PR-471	4,30
Nova Prata do Iguaçu	PR-471 — Linha Vidal — Faz. Rizzotto	4,50
Nova Prata do Iguaçu	Estrada Flor da Serra — Campina	6,30
Nova Tebas	Nova Tebas — Nova Pitanga	24,00
Ortigueira	Estrada Banhadão — Lageado Bonito — Campina dos Pupos	12,50
Ortigueira	BR-376 — Vista Alegre	30,00
Palmas	PR-479 — Bairro Lagoado	7,27
Palmital	Estrada PR — 158 — Rio das Conchas	18,50
Palotina	Estradas Municipais	12,00
Paranavaí	Perímetro Urbano	35,00
Pato Branco	Pato Branco — S. J. Batista — S. J. Rio Tamanduá	11,30
Paula Freitas	Estrada Carazin — Faxinal — P. Preto	14,00
Paula Freitas	BR-476 — Rio Iguaçu — Divisa SC	20,00
Paula Freitas	BR-476 — Rio Iguaçu	20,00
Peabiru	Estrada Peabiru — S. Pedro — Sede 465	
	Peabiru — Silviolândia	19,80
Pérola	Estrada Jaguarite	9,00

continua

A.2.14 — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1990

MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	continuação
		EXTENSÃO km
Piên	Estrada C. Verde — Vermelho — C. Novo	11,00
Piên	Estrada C. Novo — Poço Frio	1,30
Piên	Estrada Poço Frio — Campina Maia	2,00
Piên	Estrada Campo Novo — Laj. Caçador	2,30
Piên	Estrada Campo Novo — Laj. Vieira	2,50
Pinhão	PR-170 — Rio Pimpão	28,00
Piraf do Sul	Bairro Boa Vista	15,00
Piraquara	Acesso Col. Penal — Penit. Central do Estado	7,00
Piraquara	Avenida Maringá	7,00
Pitanga	Sede — Rio do Meio — Limeira	19,00
Planalto	Estradas Municipais	30,00
Ponta Grossa	BR-373 — Lajeado	30,00
Porto Rico	Entronc. Porto Rico — Porto São José	6,00
Porto Rico	Estrada Reliqui	6,00
Pranchita	Estradas Municipais	5,00
Prudentópolis	Sede — Estrada Jaciaba — L. Piquiri	11,25
Quatiguá	Estradas Municipais	12,00
Quatro Barras	BR-116 — Estrada Municipal	6,00
Quatro Barras	Loteam. M. Deus — Perdigão — B. Campo	45,50
Quedas do Iguaçu	Água do Meio — PR-431	8,80
Querência do Norte	Estrada Icatu — Encruzilh. R. Novo	10,60
Quinta do Sol	PR-082 — Fazenda Prosdócimo	11,80
Quinta do Sol	Sede Peabiru — Rib. Ariranha	2,00
Quitandinha	Estrada C. Paulis. — Campestre	6,90
Quitandinha	Estrada São Gabriel	1,00
Quitandinha	Estrada S. Gabriel — Barro Branco	7,00
Quitandinha	Estrada Mato Branco — Caizinho	8,40
Quitandinha	Estrada Barro Branco — Ponte Nova	6,00
Rancho Alegre	Sede — PR-443 — A. Parente	8,50
Rebouças	Rebouças — Bugio — Conceição	22,10
Renascença	PR-280 — Divisa Pato Branco	6,30
Renascença	Estrada Barrinha — Novo Mundo	5,00
Reserva	Estrada Camp. Bela — Imbuia	12,40
Reserva	Estrada Sertãozinho — Botucudos	2,00
Rio Azul	Rio Azul — Porto Soares — Rio Azul — Cachoeira	18,80
Rio Azul	Estradas Municipais	10,00
Rio Negro	Estrada Campina Bonita — Lajeado	7,00
Rio Negro	Estrada MO 003 — Campo Tenente	2,55
Rolândia	Estradas Municipais	10,00
Roncador	Estrada Alto São João	3,87
Roncador	Estrada Manda Saca	6,00
Roncador	Estrada Progresso — Palmital	8,00
Rosário	Sede — R. Branco — Água Amarela	11,00
Salto do Lontra	PR-471 — Barra do Lontra	4,70
Salto do Lontra	Estrada Barra do Lontra — São Sebastião	3,00

continua

A.2.14 — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1990

		<i>continuação</i>
MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
Salto do Lontra	Diversos Acessos	1,70
Salto do Lontra	Estrada Bonfim — São Luiz	5,70
Salto do Lontra	PR-471 — Pio X — Barra do Lontra	7,00
Salto do Lontra	Estrada Rio Juqueatia — São Jorge	2,70
Salto do Lontra	Estrada P. da Várzea — São Jorge	8,80
Salto do Lontra	Estrada São Jorge — N. Sumanduva	8,00
Salto do Lontra	PR-471 — Estrada Varanda	3,60
Salto do Lontra	Estrada Carmela	2,30
Santa Fé	Santa Fé — Fernão Dias	9,00
Santana do Itararé	Estradas Municipais	20,00
Santa Tereza do Oeste	Estradas Municipais	7,90
Santo Antonio do Caiuá	Sede — Divisa Inajá	5,00
Santo Antonio do Caiuá	Sede — Fazenda D. Amélia	12,00
Santo Antonio do Caiuá	Sede — Vila Xavier	10,00
Santo Antonio do Sudoeste	Estrada S. Antonio — Rio Verde	10,00
Santo Antonio do Sudoeste	Estrada S. Antonio — Mariópolis	9,00
Santo Antonio do Sudoeste	PRT-163 — Entr. Rio Verde	3,40
Santo Antonio do Sudoeste	Estrada Jaboti — Alto Florido	2,70
Santo Antonio do Sudoeste	Estrada Alto Florido — B. Vista — PR-481	15,90
São Carlos do Ivaí	Estrada Pé de Galinha — Barreiros — Via 7 — Divisora	8,00
São João do Ivaí	Estrada Jaboticaba	4,40
São João do Ivaí	Estrada Ibaúna	13,70
São João do Ivaí	Estrada Costa Rica	3,10
São João do Triunfo	Estrada Colônia Bromado	14,30
São João do Triunfo	Estrada Taquaruçú	5,00
São Jorge do Oeste	Estrada Verê — Tiradentes — Limeira	6,50
São Jorge do Oeste	PR-175 — Estrada Alagado	6,40
São Jorge do Oeste	PR-281 — Nova Santana	5,90
São Jorge do Oeste	Estrada Nova — Samanduva — Pio X	5,90
São Jorge do Oeste	Sede — Estrada Gruta	2,50
São Jorge do Oeste	Estrada Linha N. S. Fátima — B. Chopim	1,00
São Jorge do Oeste	Estrada Linha Fátima — Estrada Gruta	1,20
São Jorge do Oeste	Sede — Linha N. S. Fátima	7,00
São Jorge do Oeste	PR-281 — Rio Chopim	6,80
São Jorge do Oeste	PR-281 — Pedreira	1,30
São José da Boa Vista	Bairro Culturinho — R. Pescaria	8,00
São José da Boa Vista	PR-151 — Bairro Tamanduá	7,00
São José do Patrocínio	Estrada Gurucaia — PR-490	30,00
São José dos Pinhais	Estrada Roça Velha — Malhada	10,00
São José dos Pinhais	Estrada Colônia Muricy — Faz. C. Alta	6,40
São Pedro do Ivaí	Estrada Marisa — Divisa Itambé	1,30
São Pedro do Ivaí	Estrada Sta. Vitória	4,00
São Pedro do Ivaí	Estrada Marisa — Fazenda Tucumbira	5,90
São S. da Moreira	Estrada OC 201 — OC 505 — PR-525	5,40

continua

A.2.14 — TERRAPLENAGEM E REVESTIMENTO PRIMÁRIO CONCLUÍDOS NO PROGRAMA NORMAL, POR RODOVIA E/OU TRECHO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, NO PARANÁ — 1990

		continuação
MUNICÍPIOS	RODOVIA E/OU TRECHO	EXTENSÃO km
São Tomé	Estrada do Pavão	10,00
Sertaneja	Estrada OG 404 — OG 408	8,10
Sertanópolis	Estrada OH 418	10,00
Sertanópolis	Estrada OH 208	5,00
Sertanópolis	Estrada OH 207	5,00
Sertanópolis	Estrada OH 004	2,20
Tamboara	Estrada Farinheira	14,00
Tapejara	Estrada Tapiracui	6,00
Tapejara	Estrada Secon	4,00
Tapejara	Estrada Bernardelli	40,00
Tapejara	Estrada Brasitália	41,00
Tapira	Estrada 200	3,00
Teixeira Soares	Estrada Angai — Diversos — F. Pinheiro	10,00
Terra Boa	Mussulum — Mocarai — Muchulu	9,67
Terra Rica	Estrada Itapoã	3,00
Terra Rica	Estrada Coroa do Frade	4,00
Terra Rica	Estrada Ponte Preta	3,50
Terra Rica	Estrada da Barragem	5,00
Terra Roxa	Estradas Municipais	8,50
Tibagi	Estrada São Bento — Barra Pitangui	22,00
Tibagi	Estradas Municipais	13,00
Tijucas do Sul	Estrada Lagoinha — Papand. Campestre	16,40
Tomazina	Bairro do Sapé	5,00
Três Barras do Paraná	Estradas Municipais	3,30
Ubiratã	Estrada Ingrid	3,50
Ubiratã	Estrada Juranda	3,00
Ubiratã	Estrada Santo Antonio	2,50
Ubiratã	Estrada Três Olhos	4,30
Ubiratã	Estrada do Palmito	4,00
Umuarama	Parque Jabcotabeira	6,00
Umuarama	Estrada do Pavão	5,00
União da Vitória	Estrada Bertuzo — Div. Mallet	23,00
Uraí	Estradas Municipais	6,50
Vera Cruz do Oeste	Estrada 45 — PR-488	12,25
Vera Cruz do Oeste	Estrada da Santa	6,07
Vitorino	Estrada Caçadorzinho — A. Caçador	8,40
Wenceslau Braz	PR-472 — Div. S. João da Boa Vista	10,00
Wenceslau Braz	PR-092 — PR-151	15,00
TOTAL		3.099,95

FONTE: DER/SETR

A-215 — OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS, NO PROGRAMA NORMAL, POR OBSTÁCULO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ — 1990

MUNICÍPIOS	OBSTÁCULO	EXTENSÃO (m)
Adrianópolis	Vigas pré-moldadas Rio Tatupeva	12,50
Alto Piquiri	Vigas p/Rio Capim	6,00
Apucarana	Vigas p/Rio Indaia	12,00
Arapongas	Vigas Ponte S/Rio Arapongas	15,50
Barbosa Ferraz	Vigas p/Rio A do Lontra	28,00
Bela Vista do Paraíso	Vigas p/Rio Barro Preto	8,00
Bituruna	Vigas p/Rio Herval	9,50
Bituruna	Vigas pré-moldadas Ponte Rio Engano	15,00
Boa Vista da Aparecida	Vigas p/Rio Jacutinga	15,50
Campo Bonito	Vigas pré-moldadas Ponte Rio Bandeira	12,50
Castro	Viaduto de Acesso a Carambeí	46,00
Chopinzinho	Vigas p/Rio Chopinzinho	30,00
Chopinzinho	Vigas pré-moldadas Ponte Rio Bugre	15,50
Cianorte	Vigas p/Rio São Tomé	12,50
General Carneiro	Vigas pré-moldadas Ponte Rio Tourino	13,00
General Carneiro	Vigas p/Rio Tourino II	12,50
Grandes Rios	Vigas p/Rio Branco	41,00
Guaraniacu	Vigas pré-moldadas Ponte Rio São Francisco	31,00
Guaraniacu	Vigas p/Rio Medeiros	15,50
Guaraqueçaba	Vigas pré-moldadas Ponte Rio das Pederneiras	27,00
Imbituva	Vigas p/Rio Barra Mansa	10,50
Iretama	Vigas pré-moldadas Ponte Rio Formoso II	41,00
Iretama	Vigas pré-moldadas Ponte Rio Formoso	70,00
Jataizinho	Ponte sobre o Córrego Jacutinga	18,00
Jataizinho	Ponte sobre o Rio Tibagi (alargamento)	303,00
Jesuítas	Vigas p/Rio Jesuítas	10,50
Jussara	Vigas pré-moldadas ponte Rio Cananea	11,00
Laranjeiras do Sul	Vigas pré-moldadas ponte Rio Bonito	10,50
Londrina	Viaduto na PR-445	44,00
Mandaguari	Viaduto Trecho Arapongas	11,60
Maria Helena	Ponte s/Rio Piau	30,00
Mariópolis	Vigas p/Rio Panela	7,50
Nova Esperança	Vigas p/Rio Anhumay I	11,20
Nova Esperança	Vigas p/Rio Piúna	8,70
Paicandú	Pontes s/Rio Bandeirantes	25,00
Palotina	Vigas p/Rio S. Camilo	18,00
Piên	Vigas pré-moldadas ponte Rio Poço Frio	5,50
Porto Vitória	Vigas pré-moldadas Ponte Arroio do Tombo I	5,00
Primeiro de Maio	Vigas pré-moldadas ponte Rio Barra Bonita	7,20
Quinta do Sol	Vigas para Rio Leão	10,50
Rolândia	Trincheira (Rodovia Ligação) Cont. Sul de Rolândia	20,70
Roncador	Vigas p/Rio das Barras	15,50
Rosário	Vigas p/Rio Águas Escrita	12,50
São João	Vigas p/Rio Lontrinha	8,00
Turvo	Vigas p/Rio Cachoeira	46,00
TOTAL		1.139,90

FONTE: DER/SETR

**A.2.16 — ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PROGRAMA DE MELHORAMENTOS — 1990**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR CONTRATUAL (BTN)	SITUAÇÃO
Manutenção preventiva e corretiva de guindastes (2ª fase)	4.211.736,60	em andamento
Pavimentação da avenida portuária	600.340,47	concluída
Pavimentação das vias operacionais	1.217.025,10	em andamento
Pavimentação lateral da avenida portuária	12.513,20	concluída
Recup. da rede de drenagem e paviment. do pátio do AZ-1	38.076,73	concluída
Reforma da instal. elét. do Centro Adm. Taguaré	19.995,77	concluída
Reparos na vedação da cortina do cais do AZ-8	7.917,26	concluída
Projeto de reforma da cortina do cais do AZ-13	8.090,32	concluída
Manut. preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado do Centro Adm. Taguaré	40.025,42	concluída
Reforma de um flutuante do Corredor de Exportação	47.054,32	concluída
Cobertura do RC e RC 2 do Corredor de Exportação	321.791,58	concluída
Portas dos armazéns	22.195,49	concluída
Reforma da tubulação subterrânea da rede telefônica	78.222,30	concluída
Almoxarifado central	292.568,82	em andamento
Reforma do posto de classificação IBC	312.651,65	em andamento
Reforma da estrutura de cobertura do AZ-4B	97.990,81	concluída
Dragagem da Baía de Evolução	1.355.902,60	concluída
Dragagem dos berços	358.890,70	em andamento

FONTE: APPA/SETR

**A.2.17 — ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PLANO DE EXPANSÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ — 1990
PORTOBRÁS/BNDES/GOVERNO DO ESTADO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR CONTRATUAL (1.000 US\$)	SITUAÇÃO
TERMINAL DE CONTEINERES		
— Cais 160m	5.777,46	concluído
CORREDOR DE EXPORTAÇÃO		
— 02 Silos horizontais e moegas (*)	16.471,29	concluída (1 unidade)
— 02 ships-loaders 1.500t/h (**)	2.552,11	concluída
— 01 sistema de transportadores (*)	1.775,61	em andamento

FONTE: APPA/SETR

(*) — Investimento da iniciativa privada.

(**) — uma unidade pela iniciativa privada

ENERGIA
(A.2.18 a A.2.22)

A.2.18 – REDES DE DISTRIBUIÇÃO E LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO DO SISTEMA COPEL – 1986/90

ANOS	REDES DE DISTRIBUIÇÃO		LINHAS DE DISTRIBUIÇÃO E TRANSMISSÃO (km)		TOTAL
	Número de Postes Instalados em redes	Número de Transformadores	Distribuição	Transmissão	
1986	612.612	156.871	82.454	5.048	87.502
1987	632.379	185.528	96.734	5.193	101.927
1988	650.119	207.835	107.268	5.454	112.722
1989	665.103	219.469	111.654	5.615	117.269
1990	667.850	231.306	116.047	5.937	121.984

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1) Inclui transformadores de linhas rurais e também equipamentos de propriedades de terceiros atendidos pelo sistema da COPEL.
2) 1990 valores preliminares.

A.2.19 — NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA, DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES — 1986/90

CLASSES DE CONSUMIDORES	NÚMERO DE CONSUMIDORES				
	1986	1987	1988	1989	1990
Residencial	1.187.467	1.243.060	1.309.706	1.387.521	1.441.479
Industrial	21.851	22.988	24.148	26.224	27.607
Comercial	142.987	149.345	154.916	163.056	170.611
Rural	178.717	204.996	223.502	229.992	237.797
Poderes Públicos	15.787	17.380	18.924	19.487	20.261
Iluminação Pública	1.005	1.015	1.025	1.017	1.018
Serviços Públicos	1.490	1.598	1.743	1.826	1.908
Próprio	1.131	1.171	1.240	1.275	1.296
TOTAL	1.550.435	1.641.553	1.735.204	1.830.398	1.901.977

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

1) 1990 valores preliminares.

A.2.20 — DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA PELO SISTEMA COPEL — 1986/90

BALANÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	DISPONIBILIDADE E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1986	1987	1988	1989	1990
Geração Própria	4.878	7.254	6.244	7.383	10.792
Interc. Líquido	3.398	1.913	3.582	2.795	-352
Energia Requerida	8.276	9.167	9.826	10.178	10.440
Distribuição Direta	7.626	8.226	8.872	9.204	9.498
Concessionárias	178	201	215	226	229
Perdas e Diferenças	472	740	739	748	712

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

2) Intercâmbio Líquido = Energia Recebida-Energia Suprida

3) 1990 valores preliminares.

A.2.21 — CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO AS CLASSES DE CONSUMIDORES — 1986/90

CLASSES DE CONSUMIDORES	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (GWh)				
	1986	1987	1988	1989	1990
Residencial	1.685	1.909	2.065	2.234	2.454
Industrial	3.547	3.627	3.927	4.006	3.950
Comercial	1.016	1.113	1.170	1.226	1.296
Rural	522	614	657	656	696
Poderes Públicos	186	205	219	223	231
Iluminação Pública	392	457	507	525	526
Serviços Públicos	251	272	295	303	315
Próprio	27	29	32	31	30
TOTAL	7.626	8.226	8.872	9.204	9.498

SPE/DPRM/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 Kwh (quilowatt-hora).

2) 1990 valores preliminares.

A.2.22 — CONSUMO INDUSTRIAL DO SISTEMA COPEL, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE — 1986/90

RAMOS DE ATIVIDADE	CONSUMO INDUSTRIAL (GWh)				
	1986	1987	1988	1989	1990
Indústrias Extrativas de Produtos Minerais	32,8	29,5	26,8	48,1	40,9
Indústrias de Transformação	3.414,1	3.477,9	3.790,7	3.865,2	3.847,6
Minerais Não-Metálicos	365,8	400,5	420,6	445,1	440,6
Metalurgia	212,4	242,7	254,2	267,4	242,8
Mecânica	94,7	80,8	88,5	107,5	100,1
Materiais Elétricos e de Comunicação	38,9	42,6	47,0	48,7	45,0
Construção e Montagem de Transporte	49,9	55,4	68,8	75,3	73,4
Madeira	170,8	188,7	180,4	175,1	167,7
Mobiliário	39,6	39,3	40,4	39,4	36,5
Papel e Papelão	719,5	796,8	886,3	870,2	900,4
Couro, Peles e Produtos Derivados	12,4	13,8	17,6	21,7	22,5
Química	528,9	483,2	560,2	543,4	523,5
Têxtil	104,5	135,0	147,4	170,0	181,0
Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos	8,2	10,7	10,6	11,6	13,3
Produtos Alimentares	846,2	757,5	819,1	819,6	844,0
Bebidas	63,6	57,8	62,5	66,8	71,3
Editorial e Gráfica	8,5	9,4	10,3	12,8	14,0
Diversas	43,0	46,7	53,5	52,6	39,4
Borracha	11,5	13,3	14,4	15,7	14,4
Produtos de Perfumaria, Sabões e Velas	2,1	2,0	2,1	2,6	2,5
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	1,3	1,3	1,2	1,3	1,3
Matérias Plásticas	82,7	88,9	93,5	107,1	101,0
Fumo	9,6	11,5	12,1	11,3	12,9
Indústrias de Construção Civil	100,1	119,6	109,8	92,3	61,5
TOTAL	3.547,0	3.627,0	3.927,3	4.005,6	3.950,0

SPE/DPMR/VESM

FONTE: COPEL

OBS.: 1) 1 GWh (Gigawatt-hora) = 1.000.000 kWh (quilowatt-hora).

2) 1990 valores preliminares.

EDUCAÇÃO
(A.2.23 a A.2.39)

A.2.23 — MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 2: GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1985/89

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL												
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular		Total		
	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	
1985	7.010	135.357	58	38.743	181.168	—	318	—	466	784	7.010	135.675	58	39.209	181.952	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1986	6.179	140.701	92	40.588	187.560	—	216	—	465	721	6.179	140.917	132	41.053	188.281	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1987	6.060	134.727	149	44.945	185.881	—	215	—	618	872	6.060	134.942	188	45.563	186.753	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1988	6.071	150.230	147	43.480	199.928	—	415	—	585	1.050	6.071	150.645	197	44.065	200.978	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1989	7.476	166.610	143	42.835	217.064	—	597	—	358	994	7.476	167.207	182	43.193	218.058	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A.2.24 — NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 2: GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1985/89

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL												
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular		Total		
	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	
1985	2	381	1	181	565	—	3	—	1	4	8	384	2	185	573	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1986	3	389	1	178	571	—	2	—	1	5	8	391	2	183	579	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1987	3	399	1	176	579	—	2	—	1	7	10	401	2	183	589	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1988	3	410	1	169	583	—	3	—	1	6	10	413	2	175	593	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1989	2	440	1	170	613	—	4	—	1	4	9	444	2	174	622	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A.2.25 — MATRÍCULA INICIAL DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1985-89

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL												
	Estadual		Municipal		Particular		Estadual		Municipal		Particular		Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular		Total		
	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	Federal	Total	
1985	23.471	30.853	20.775	55.094	130.193	6.397	1.211	2.246	277	10.131	29.868	32.064	23.021	55.371	140.324	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1986	1.824	34.314	42.649	62.499	141.286	585	1.355	8.666	359	10.965	2.409	35.669	51.315	62.858	152.251	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1987	832	36.185	45.026	67.988	150.031	303	1.569	9.355	421	11.648	1.135	37.754	54.381	68.409	161.679	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1988	1.069	39.889	48.946	63.891	153.795	285	1.814	9.202	414	11.715	1.354	41.703	58.148	64.305	165.510	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1989	1.053	36.301	49.436	59.497	146.287	225	1.672	7.661	327	9.885	1.278	37.973	57.097	59.824	156.172	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A.2.26 — NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1985-89

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1985	654	620	354	601	2.229	298	47	97	11	453	952	667	451	612	2.682
1986	40	666	935	635	2.276	25	59	395	13	492	65	725	1.330	648	2.768
1987	18	714	953	675	2.360	13	63	437	14	527	31	777	1.390	689	2.887
1988	21	2.439	992	672	2.439	13	72	426	15	526	34	826	1.418	687	2.965
1989	19	752	987	614	2.372	11	75	377	11	474	30	827	1.364	625	2.846

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A.2.27 — MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1985/89

ANO	ZONA URBANA						ZONA RURAL						TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1985	532	846.948	207.032	141.704	1.196.216	564	62.413	294.430	6.647	364.054	1.096	909.361	501.462	148.351	1.560.270
1986	347	871.646	215.505	144.317	1.231.815	650	66.313	289.823	6.181	362.967	997	957.959	505.328	150.498	1.594.782
1987	207	862.996	225.771	151.052	1.240.026	603	64.616	271.359	5.038	341.616	810	927.612	497.130	156.090	1.581.642
1988	109	908.455	242.531	149.562	1.300.657	670	67.415	258.054	4.094	330.233	779	975.870	500.585	153.656	1.630.890
1989	—	953.313	268.404	134.903	1.356.520	701	69.830	248.403	2.374	321.308	701	1.023.143	516.807	137.277	1.677.928

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A.2.28 — NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1985/89

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL	
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1985	1	1.604	783	363	2.751	11	1.174	8.163
1986	1	1.623	788	375	2.787	13	1.190	8.166
1987	1	1.647	822	379	2.849	14	1.169	8.116
1988	1	1.660	860	395	2.916	14	1.166	8.042
1989	—	1.688	927	351	2.966	14	1.158	7.955

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A.2.29 — MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO SUPLETIVO DE 2: GRAU — FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1983-87

ANO	ZONA URBANA				ZONA RURAL				TOTAL						
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
	1983	—	—	127	21.075	21.202	—	—	—	—	—	—	—	127	21.075
1984	—	—	238	21.035	21.273	—	—	—	—	—	—	—	238	21.035	21.273
1985	—	—	137	19.929	20.066	—	—	—	—	—	—	—	137	19.929	20.066
1986	—	—	320	21.716	22.157	—	—	—	—	—	—	—	320	21.716	22.157
1987	—	—	320	21.764	22.205	—	—	—	—	—	—	—	320	21.764	22.205

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: 1988 — Em Processamento.

A.2.30 — MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO SUPLETIVO DE 1: GRAU — FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984-88

ANO	ZONA URBANA				ZONA RURAL				TOTAL						
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
	1984	—	27.201	754	26.062	54.017	—	116	19	36	171	—	27.317	773	26.098
1985	—	25.935	762	23.052	49.749	—	117	—	39	156	—	26.052	762	23.091	49.905
1986	—	30.067	1.157	21.658	52.882	—	121	—	—	121	—	30.188	1.157	21.658	53.003
1987	—	30.990	1.371	20.945	53.306	—	112	—	—	112	—	31.102	1.371	20.945	53.418
1988	—	32.262	1.510	18.630	52.402	—	80	—	—	80	—	32.342	1.510	18.630	52.482

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: 1988 — ESTIMATIVA.

A.2.31 — NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPLETIVO DE 1: GRAU — FUNÇÃO SUPLENÇA I: SEMESTRE POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1984/88

ANO	ZONA URBANA				ZONA RURAL				TOTAL						
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
	1984	—	132	3	115	250	—	2	1	1	4	—	134	4	116
1985	—	127	4	100	231	—	2	—	1	3	—	129	4	101	234
1986	—	148	4	103	255	—	1	—	—	1	—	149	4	103	256
1987	—	147	4	102	253	—	1	—	—	1	—	148	4	102	254
1988	—	182	4	75	261	—	—	—	—	—	—	182	4	75	261

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR E DESU/SEED

NOTA: 1988 — ESTIMATIVA.

A.2.32 — MATRÍCULA INICIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL — CLASSE ESPECIAL POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1985/89

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal
1985	—	2.132	438	—	—	14	—	2.132	452
1986	—	2.730	419	8	12	20	—	2.738	431
1987	—	4.016	493	9	9	18	—	4.025	502
1988	—	4.450	505	27	22	49	—	4.477	527
1989	—	5.825	581	47	23	70	—	5.872	604
									261

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: De 1985 a 1988 a demanda escolar foi alterada, com a inclusão das classes especiais.

A.2.33 — NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL — CLASSE ESPECIAL POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1985/89

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal
1985	—	146	34	7	—	1	—	146	35
1986	—	152	40	9	2	2	—	154	42
1987	—	367	50	14	2	2	—	369	52
1988	—	406	58	11	6	3	—	412	61
1989	—	437	65	7	7	4	—	444	69

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A.2.34 — MATRÍCULA INICIAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL — INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1985/89

ANO	ZONA URBANA			ZONA RURAL			TOTAL		
	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal	Federal	Estadual	Municipal
1985	—	322	258	—	—	—	—	322	258
1986	—	325	526	—	—	—	—	325	526
1987	—	427	544	—	—	—	—	427	544
1988	—	377	490	—	—	—	—	377	490
1989	—	481	643	—	—	264	—	481	643

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: 1989 — ESTIMATIVA.

A.2.35 — NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL — INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS POR ZONA E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA — PARANÁ — 1985/89

ANO	ZONA URBANA				ZONA RURAL				TOTAL				
	Estadual		Particular		Estadual		Particular		Estadual		Particular		Total
	Federal	Municipal	Federal	Municipal	Federal	Municipal	Federal	Municipal	Federal	Municipal	Particular		
1985	—	3	6	106	—	—	—	—	—	—	3	6	115
1986	—	3	12	112	—	—	—	—	—	—	3	12	127
1987	—	4	13	124	—	—	1	—	—	—	4	13	142
1988	—	4	9	132	—	—	2	—	—	—	4	9	147
1989	—	1	9	153	—	—	—	—	—	—	1	9	163

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR E DEE/SEED

A.2.36 — EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 1º GRAU POR SÉRIE — REDE ESTADUAL — PARANÁ — 1985/89

ANO	SÉRIES								CONCLUINTE	
	1:	2:	3:	4:	5:	6:	7:	8:		
1985	157.956	122.973	108.431	90.046	169.164	115.791	82.502	62.498	909.361	46.090
1986	157.508	123.847	111.769	94.627	179.639	120.973	85.705	63.891	937.959	46.615
1987	151.175	120.484	110.084	94.879	180.152	121.601	86.014	63.223	927.612	46.868
1988	154.185	122.998	112.271	97.809	197.747	130.119	92.783	67.958	975.870	51.060
1989	146.515	136.991	115.472	101.140	209.185	141.029	99.378	73.433	1.023.143	

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Dados de Concluintes de 1989 — Em Processamento.

A.2.37 — EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO DE 2º GRAU POR SÉRIE — REDE ESTADUAL — 1985/89

ANO	SÉRIES				NÃO SERIADO	TOTAL	CONCLUINTE
	1:	2:	3:	4:			
1985	69.869	39.322	25.644	840	—	135.675	22.280
1986	70.875	42.318	27.024	700	—	140.917	22.624
1987	65.874	40.884	27.320	864	—	134.942	23.112
1988	77.983	43.332	28.411	919	—	150.645	24.430
1989	84.773	50.134	31.136	1.164	—	167.207	

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

NOTA: Dados de concluintes de 1989: em processamento.

A.2.38 — EXPANSÃO DA REDE ESTADUAL E PARTICULAR DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU 1988/90

CURSOS	1988		1989		1990	
	Estadual	Particular	Estadual	Particular	Estadual	Particular
Magistério	252	042	016	05	08	01
Contabilidade	215	058	003	01	04	—
Educ. Geral	251	051	060	07	47	10
Téc. Agrícola	009	007	—	—	—	—
Téc. Florestal	001	—	—	—	—	—
Outros Cursos	266	074	007	02	03	04

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

A.2.39 — MATRÍCULA INICIAL DA REDE ESTADUAL E PARTICULAR DO ENSINO DE SEGUNDO GRAU POR CURSO
— 1988/89

MATRÍCULAS	1988		1989		Total
	Estadual	Particular	Estadual	Particular	
Magistério	31.649	5.574	34.363	5.570	37.223
Contabilidade	49.904	7.484	55.591	7.159	57.388
Educ. Geral	36.333	22.779	45.300	24.014	59.112
Téc. Agrícola	1.434	658	2.568	406	2.092
Téc. Florestal	165	—	167	—	165
Outros Cursos	44.749	12.927	29.218	5.844	57.676
Total					213.656

FONTE: SIE-SEED/PR-FUNDEPAR

SAÚDE
(A.2.40 a A.2.49)

A.2.40 — ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADA PELOS HOSPITAIS DA FUNDAÇÃO CAETANO MUNHOZ DA ROCHA, NO PARANÁ — 1986/90

DISCRIMINAÇÃO	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR				
	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Internamentos	23.381	24.027	26.271	27.523	32.397
Saídas ⁽¹⁾	23.325	22.887	25.132	27.144	31.508
Pacientes/Dia/Ano	432.293	490.115	530.107	385.485	316.672
Taxa de Ocupação	53,2	55,6	64,1	71,0	62,2
Consultas Médicas	96.800	98.010	102.010	128.326	136.422
Exames Radiológicos	40.015	49.744	58.424	64.273	70.700
Atend. Odontológicos	6.987	5.697	4.625	8.317	9.188
Cirurgias	1.819	2.000	1.967	2.274	2.637
Ações Obstétricas	4.858	4.930	5.020	5.036	5.128
Eletrodiagnósticos	1.213	1.358	1.402	911	1.433
Exames de Laboratório ⁽²⁾	122.784	125.767	144.778
Ações de Serviço Social	66.763	45.284	64.366	73.159	113.987

FONTE: FCMR/SESA

(1) Estão incluídos os pacientes remanescentes do ano anterior.

(2) Dados compilados pelo LACEN, a partir de 1989.

(*) Dados Preliminares.

A.2.41 — NÚMERO DE MEDICAMENTOS, SOROS E VACINAS, DISTRIBUÍDOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE, NO PARANÁ — 1986/90

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Medicamentos	89.129.649	101.669.000	110.947.838	145.628.659	
Soros e Vacinas		11.300.613	10.142.120	10.870.835	13.684.515
Unidades Distribuídas	60.944.767	100.430.262	111.811.120	121.818.673	159.313.174

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

NOTA: Somente a partir de 1987, os dados passaram a ser desdobrados entre medicamentos e soros/vacinas.

(1) Do total de medicamentos distribuídos, 35% foram produzidos pelo laboratório próprio.

(*) Dados preliminares.

A.2.42 — NÚMERO DE EXAMES LABORATORIAIS REALIZADOS, SEGUNDO O TIPO, DE EXAME NO PARANÁ — 1986/90

TIPOS DE EXAMES	NÚMERO DE EXAMES				
	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Exames Físico-Químicos, Microbiológicos e Microscópicos, para Análises Fiscais e Controle de Alimentos	9.341	7.234	5.099	9.162	9.709
Exames Microbiológicos para o Diagnóstico, Controle e Tratamento das Doenças Infecto Contagiosas	34.219	61.610	23.662	26.667	33.062
Exames Cito e Histopatológicos	15.412	8.922	10.387	6.151	4.368
Exames Imunológicos (1)	20.601	13.383	13.028	15.398	20.382
Exames de Análises Clínicas (2)	471.904	493.226	627.694	1.013.046	1.451.232
Exames Viroológicos		1.287	2.128	2.672	4.419
Exames Toxicológicos			59	428	1.116
Exames de Controle de Qualidade				3.488	10.454
TOTAL	551.477	584.375	679.870	1.073.096	1.534.742

FONTE: FCMR/SESA

NOTA: Dados referentes ao Laboratório Central do Estado (LACEN).

(1) — 1988, inclui AIDS

(2) — Inclui a produção dos laboratórios e dos hospitais da FCMR e os em comodato.

(*) — Dados Preliminares.

A.2.43 — NÚMERO DE INVESTIGAÇÕES EPIDEMIOLÓGICAS REALIZADAS, NO PARANÁ — 1986/90

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Investigações Realizadas	23.488	14.810	6.823	7.184	8.206

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

(*) — Dados preliminares.

A.2.44 — NÚMERO DE SINTOMÁTICOS, COMUNICANTES E PACIENTES PORTADORES DE TUBERCULOSE, CONTROLADOS PELO SERVIÇO DE PNEUMOLOGIA SANITÁRIA, NO PARANÁ — 1986/90

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Sintomáticos Respiratórios Examinados	16.146	14.110	11.956	12.398	9.298
Comunicantes Examinados	8.277	8.011	9.173	9.313	7.301
Casos de Tuberculose Diagnosticados e Tratados	3.525	3.062	3.115	2.784	2.140
Casos de Tuberculose que Receberam Alta por Cura	1.716	2.339	2.136	1.584	1.727

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

(*) — Dados preliminares.

A.2.45 — NÚMERO DE PACIENTES PORTADORES DE HANSENÍASE, CONTROLADOS PELO SERVIÇO DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA, NO PARANÁ — 1986/90

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Doentes Controlados	13.695	14.018	14.815	15.592	22.098
Pacientes Submetidos às Técnicas de Prevenção de Incapacidades Físicas	4.626	5.888	3.613	3.267	... (1)

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

(1) — Dados não mais trabalhados.

(*) — Dados preliminares.

A.2.46 — NÚMERO DE AMOSTRAS COLETADAS EM ANIMAIS SUSPEITOS DE RAIVA PELO SERVIÇO DE ZONÓSES E PERCENTUAL DE POSITIVIDADE, NO PARANÁ — 1986/90

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Amostras coletadas em animais domésticos e silvestres suspeitos	1.280	1.329	1.404	1.744	874
Percentual de amostras positivas	6,0	10,4	6,6	8,0	7,4

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

(*) — Dados preliminares.

A.2.47 — NÚMERO DE ATENDIMENTOS PRESTADOS PELO CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA, NO PARANÁ — 1986/90

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	(*)1990
Atendimentos Prestados às Solicitações de Todo o Estado	2.467	4.080	2.412	3.144	3.638

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

NOTA: Refere-se ao número de acidentes toxicológicos atendidos e notificados pelos CITs de Curitiba, Londrina, Maringá e pelas Regionais de Saúde do Paraná.

(*) — Dados preliminares.

A.2.48 — NÚMERO DE REFORMAS EM UNIDADES DE SAÚDE, SEGUNDO O TIPO DE UNIDADE, NO PARANÁ — 1986/90

TIPO DE UNIDADE	NÚMERO DE REFORMAS				(*)1990
	1986	1987	1988	1989	
Centros de Saúde	11	45	56	17	16
Escritórios Distritais					1
Laboratórios			1		2
Hospitais	17	6	11	13	10
Centro Social Rural Adaptado para Hospital			4	6	8
Postos de Saúde	42	14	15		3
PAM				1	

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

NOTA: Refere-se a obras concluídas.

(*) — Dados preliminares.

A.2.49 — NÚMERO DE CONSTRUÇÕES E AMPLIAÇÕES DE UNIDADES, SANITÁRIAS, SEGUNDO O TIPO DE UNIDADE, NO PARANÁ — 1986/90

TIPO DE UNIDADE	1986		1987		1988		1989		(*)1990	
	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)	Número	Área (m ²)
Postos de Saúde Construídos	114	6.599	135	8.025	55	2.804	33	1.850	58	2.925
Postos de Saúde Ampliados			4	193	3	292	3	187	5	227
Centros de Saúde Construídos	15	3.028	16	3.368	12	2.950	6	1.482	9	1.860
Centros de Saúde Ampliados	1	107	34	1.532	32	7.247	20	2.841	24	2.620
Hospitais Construídos ⁽¹⁾	2	1.556	3	1.589	4	1.876	4	12.080	4	2.530
Hospitais Ampliados	1	264	2	303	4	6.168	6	1.731	11	1.392
CSR Construídos/Ampliados ⁽²⁾	16	3.138			1	306	2	496	1	20
Laboratórios Construídos					1	218	1	718	1	80
Esc. Dist. Ampliado/Construído					1	450	1	1.200		

FONTE: FCMR/SESA/SUDS

NOTA: Refere-se as obras concluídas.

(*) — Dados Preliminares.

(1) — Incluiu uma Unidade Mista com área de 225m², no ano de 1988.

(2) — Até 1986 somente construção, a partir de 1987 apenas ampliação.

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA
(A.2.50 a A.2.56)

A.2.50 — EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA, NO PARANÁ — 1989/90 **Valores Correntes — Cr\$ mil**

RECEITAS	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (1)					
	Realizada em 1989 A	Prevista em 1990 B	Varição Percentual B/A	Realizada em 1990 C	Varição Percentual C/A	C/B
ICMS	3.262.537	100.002.288	2.965,2	98.620.888	2.930,2	(1,1)
ITBI — ITCMD	19.134	400.000	1.990,5	446.337	10.098,0	387,8
IPVA	21.675	1.280.000	5.805,4	1.094.208	5.270,4	(9,1)
AIR	47.290	1.760.000	3.621,7	1.849.060	3.807,5	5,0
Outras Receitas (2)	246.981	7.643.591	2.994,8	13.749.472	4.223,9	39,7
Transferências Federais	513.635	19.378.460	3.672,8	22.501.077	4.290,6	16,4
Operações de Crédito	227.944	14.083.633	6.078,5	11.266.091	3.748,2	(37,7)
TOTAL	4.339.196	144.547.972	3.231,2	149.527.133	3.260,7	,9

FONTE: CAFE-SEFA

NOTA: 1) Valores preliminares.

2) Neste valor está incluído o valor das taxas.

A.2.51 — TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS, PARA O ESTADO DO PARANÁ — 1989/90

Valores Correntes — Cr\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS					Variação Percentual C/A	C/B
	Receita Executada em 1989 A	Receita Orçamentária Previsão em 1990 B	Variação Percentual B/A	Receita Orçamentária Executada em 1990 C			
Fundo de Participação dos Estados	314.898	10.415.850	3.207,7	11.112.194	3.427,1	6,6	
Imposto de Renda Retido na Fonte	115.103	3.260.640	2.732,8	4.482.550	3.818,4	38,3	
Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Gasosos	5.901						
Fundo Rodoviário Nacional	699						
Adicional	55.662	1.450.000	2.505,0	2.710.394	4.769,4	86,9	
Salário Educação	3.559			2.170	(39,0)		
Imposto sobre Serviços e Transportes	6.928			10			
Imposto Único sobre Energia Elétrica	1.083			2.856	163,7		
Imposto Único sobre Minerais	9.802			1.748	(81,1)		
Outras Transferências da União		4.231.970		4.182.100		(1,2)	
Fundo de Exportação		20.000		7.055		77,0	
Convênios							
TOTAL	513.635	19.378.460	3.672,8	22.501.077	4.290,6	16,4	

FONTE: CAFE-SEFA

NOTA: Valores financeiros, sujeitos a correção por ocasião da elaboração do Balanço Geral do Estado.

A.2.52 — COMPORTAMENTO HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL, NO PARANÁ — 1986/90 (Valores Correntes)

ANOS	COMPOSIÇÃO DA RECEITA										Total das Receitas
	Receita Tributária		Outras Receitas		Operações de Crédito		Transferências Federais		Total das		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Receitas	Receitas	
1986	12.126	70,93	590	3,45	2.572	15,04	1.810	10,58			17.097
1987	31.825	63,17	2.603	5,17	10.360	20,56	5.594	11,10			50.382
1988	211.191	65,16	30.123	9,29	44.398	13,70	38.403	11,85			324.115
1989	3.370.204	77,62	230.227	5,30	227.944	5,25	513.635	11,83			4.342.010
1990 (1)	102.669.627	68,66	13.090.338	8,76	11.266.091	7,53	22.501.077	15,05			149.527.133

(1) Valores financeiros sujeitos a correção.

A.2.53 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA, SEGUNDO AS ÁREAS E OS ÓRGÃOS, NO PARANÁ - 1989/90
Em Cr\$ mil

ÁREAS E ÓRGÃOS	Realizada em 1989 (A)	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 1990		Total (B)	Variação B/A	
		Pessoal	Desp. Corrente			Capital
INSTITUCIONAL	3.336.999	45.181.430	22.031.686	9.962.824	77.175.940	2.212,7
ALE	80.353	2.375.500	257.970	5.050	2.638.520	3.183,7
TC	37.587	1.156.130	65.270	12.100	1.233.500	3.181,7
TJ	217.529	7.565.200	240.700	27.000	7.832.900	3.500,9
TA	16.307	672.730	23.647	4.649	701.026	4.198,9
CPE	434.018	9.486.254	928.304	2.083.782	12.498.340	2.779,7
SEPL	17.361	332.688	58.273	564	391.525	2.155,2
SEAD	103.795	2.626.421	710.276	191.750	3.528.447	3.299,4
SEAF	175.290	425.613	1.622.855	577.848	2.626.316	1.398,3
AGE/SEPL				461.580		
AGE/SEFA	2.111.101	17.840.600	16.879.927	6.584.917	41.304.697	1.856,5
SECS	43.405	82.812	1.148.989		1.231.801	2.737,9
PGE	16.898	363.109	40.027		403.136	2.285,7
M. PÚBLICO	83.355	2.254.373	56.195	13.584	2.324.152	2.688,3
SOCIAL						
SEEC	1.614.297	32.859.564	8.505.484	3.209.663	44.574.711	2.661,2
SEED	25.685	505.964	262.316	26.982	795.262	2.996,2
SESA	991.802	17.855.800	6.059.400	2.658.733	26.573.933	2.579,4
SESP	182.054	3.610.986	792.797	50.250	4.454.033	2.346,5
SEJA	342.339	9.340.764	792.249	337.995	10.471.008	2.958,7
ECONÔMICA	72.417	1.546.050	598.722	136.702	2.280.475	3.049,1
SETR	935.308	6.386.154	8.133.947	6.871.544	21.391.645	2.187,1
SEAB	544.634	1.783.958	6.979.854	4.268.722	13.032.534	2.292,9
SEDU	261.480	4.044.345	969.426	338.659	5.352.430	1.947,0
SEIC	119.454	556.041	184.667	2.264.181	3.004.871	2.415,5
TOTAL	9.740	1.810			1.810	(81,4)
	5.886.604	84.427.148	38.671.864	20.045.048	143.144.060	2.331,7

FONTE: CAFE/SEFA

OBS: 1) 1989 - Valores contábeis (despesa empenhada).

2) 1990 - Cotas de despesa creditadas, COR 315 - 31/12/90 (Despesa Financeira).

2) 1990 - Dados preliminares.

**A.2.54 — OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INTERNAS E EXTERNAS, NO PARANÁ
— 1990**

DISCRIMINAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	Valores Correntes — Cr\$ mil	
		OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS (INGRESSADAS ATÉ 31/12/90)	
INTERNA	18.295.955	8.354.579	
Vinculadas	3.457.184	609.031	
Não Vinculadas	14.838.771	7.745.548	
EXTERNA	2.092.673	443.477	
Vinculadas	2.092.643	443.477	
Não Vinculadas	30		
TOTAL	20.388.628	8.771.673	
Antecipação da Receita Orçamentária		6.036.000	
TOTAL	20.388.628	14.807.673	

Fonte: CAFE/SEFA

A.2.55 — OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS E CONTRATADAS, NO PARANÁ — 1990

DISCRIMINAÇÃO	Valores Correntes — Cr\$ mil		
	Realizadas no Exercício	Contratadas no Exercício	Exercícios Anteriores
DÍVIDA INTERNA	8.328.196	8.156.701	171.495
Aviso 09	2.984.786	2.984.786	
FAS/SEDU			926
BACEN/BRDE	437.590	437.590	
FAS/SEJU	239		239
CURA/Litoral/Municípios	68.597		68.597
CEF/Rodovias Rurais	76.067		76.067
PIRMIC	23.264		23.264
ESCRITURAIIS	2.348		2.348
TÍTULOS	4.760.762	4.760.762	
DÍVIDA EXTERNA	443.477		443.477
BID III	11.283		11.283
BIRD Paraná Rural	398.946		398.946
BIRD/PEDU	33.248		33.248
TOTAL	8.771.673	8.156.701	614.972
Antecipação de Receita Orçamentária	6.036.000	6.036.000	
TOTAL GERAL	14.807.673	14.192.701	614.972

FONTE: DIDIP — CAFE/SEFA

(*) Dados financeiros.

A diferença para valores contábeis deve-se ao fato do não lançamento no demonstrativo financeiro da operação BACEN/BRDE, considerada somente no contábil (COR 305).

A.2.56 - SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA PÚBLICA, NO ESTADO DO PARANÁ - 1989/90

DISCRIMINAÇÃO	SALDO DEVEDOR EM 31/12				EVOLUÇÃO DO SALDO DA DÍVIDA	
	Moeda Original em mil	31/12/89 Equivalente em Cr\$ mil	Moeda Original em mil	31/12/90 Equivalente em Cr\$ mil	Moeda Original	%
DÍVIDA INTERNA						
Cr\$	120	120	1.369	1.369	1.040,8	
OTN	25.010	1.786.666	16.626	20.870.599	(33,5)	
US\$	333.926	3.792.734	428.950	72.947.167	28,5	
UPC	7,5	293.465	7.066	6.687.440	(6,4)	
LFT			4.436.288	13.840.449		
BTN			129.257	11.425.581		
TOTAL		5.872.985		125.772.605		
DÍVIDA EXTERNA						
US\$	241.527	2.743.774	201.491	34.265.493	(16,6)	
DM	81.107	551.594	75.281	8.573.038	(7,2)	
Sw.Ft.	65.958	493.221	62.771	8.376.157	(4,8)	
YEN	21.098.426	1.693.191	20.640.944	26.063.320	(2,2)	
FL	22.982	138.352	22.199	2.240.810	(3,4)	
Libra	9.403	174.016	7.635	2.503.303	(18,8)	
TOTAL		5.794.148		82.022.121		

FONTE: DIDIP - CAFE-SEFA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
(A.2.57 a A.2.60)

A.2.57 — CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA — 1986/90

	1.000 litros				
COMBUSTÍVEL	1986	1987	1988	1989	1990
Gasolina	1.654	1.621	1.264	616	563
Álcool	4.764	6.319	6.834	4.218	3.666
Diesel	406	460	518	389	397
TOTAL	6.824	8.400	8.617	5.223	4.626

A.2.58 — CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PELA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA — 1986/90

	1.000 litros				
COMBUSTÍVEL	1986	1987	1988	1989	1990
Gasolina	3.129	2.616	1.677	648	954
Álcool	11.982	12.624	8.991	5.321	3.794
Diesel	11.850	11.239	8.938	935	2.069
TOTAL	26.961	26.479	19.607	6.814	6.817

A.2.59 — FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO PARANÁ — 1986/90

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	1990
Direta	2.875	3.070	2.830	3.208	3.496
Indireta	6.278	6.788	7.776	7.179	7.877
TOTAL	9.153	9.858	10.606	10.387	11.373

A.2.60 — RECURSOS HUMANOS DO PODER EXECUTIVO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E AUTÁRQUICA DO PARANÁ — 1986/90

DISCRIMINAÇÃO	1986	1987	1988	1989	1990
Ativos	99.120	97.487	98.080	97.885	97.783
Inativos	34.245	37.526	39.225	40.949	43.030
TOTAL	133.365	135.013	137.305	138.834	140.813